

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2025

NÚMERO 22.840 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

Câmara aprova isenção do IR até R\$ 5 mil e taxa para ricos

Por unanimidade em Plenário (493 votos), os deputados deram ontem aval ao projeto de lei que aumenta a faixa salarial sem cobrança de Imposto de Renda. Proposta vai ao Senado

PÁGINA 2. NAS ENTRELINHAS, 3 E BRASÍLIA-DF, 4

Câncer de mama

O caminho é a prevenção

Num encontro que reuniu médicos e autoridades, o **Correio** promoveu ontem o **CB.Debate: Câncer de mama — uma rede de cuidados**, na abertura do “Outubro Rosa”, mês dedicado a reforçar a prevenção da doença. O evento começou com uma boa notícia. A vice-governadora do DF, Celina Leão, prometeu zerar a fila de espera de mamografias na rede pública com o programa “O câncer não espera”. “Se detectado (o câncer) no início, o grau de recuperação é de até 90%”, destacou Celina, que falou também sobre a redução nos prazos para aplicação da quimioterapia. Os médicos reforçaram a importância do diagnóstico precoce e do tratamento multidisciplinar.



Celina Leão

Fotos: Ed Alves/CB/D.A Press



As jornalistas Sibeile Negromonte e Carmen Souza mediaram os painéis realizados no auditório do Correio



Nadya Guimaraes



Jana Pacifico



Cristiano Resende



Ana Carolina Salles



Anderson Silvestrini



Andreza Souto



Accesse o QR.Code e veja a íntegra do **CB.Debate: Câncer de mama — uma rede de cuidados**

PÁGINA 13 A 15

Bruna Gaston/CB/D.A Press



DF terá R\$ 6,4 bi do PAC

Ministro da Casa Civil, Rui Costa, vai à Câmara Legislativa explicar investimentos federais em obras na capital. Mobilidade urbana, com metrô e BRT, terão mais verbas. PÁGINA 15

Sumy Sadurni/AFP

Amiga dos chimpanzés

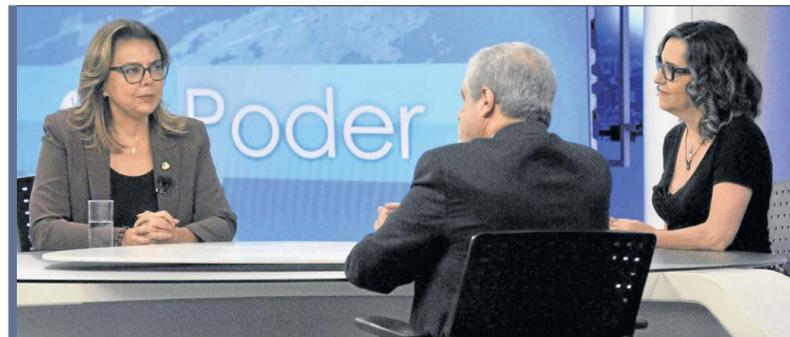
Pioneira no estudo da espécie, a primatologista Jane Goodall morreu ontem, aos 91 anos. PÁGINA 12



Trump reage à paralisação e ameaça com demissões

PÁGINA 9

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“Quero governar Brasília, mas vou buscar a reeleição”

CPMI do INSS, Eleições 2026, Lei da Ficha Limpa e Fundão eleitoral foram temas do **CB.Poder** com a senadora Leila Barros (PDT-DF). Cotada para a sucessão do GDF, a parlamentar admitiu que sonha governar a cidade, mas diz que a prioridade é a reeleição ao Senado. Integrante da comissão que apura o roubo aos aposentados da Previdência, ela afirma que os envolvidos vão à cadeia. “O objetivo geral é punir os culpados e resgatar o que for possível dos recursos.”

PÁGINA 3

Metanol faz a 6ª vítima em SP

Autoridades trabalham com a forte hipótese de terem sido causadas pela falsificação de bebidas. Em Pernambuco, foram registrados três óbitos. No DF, não há casos, mas a Vigilância Sanitária apreendeu 896 litros de cachaça com irregularidades. PÁGINAS 6 E 18. VISÃO DO **CORREIO**, 10

Intoxicação: a quem culpar



Advogados mostram as sanções que devem ser aplicadas nos casos das mortes por metanol.

Autoescola

Lula autoriza fim da obrigatoriedade

PÁGINA 5

Futebol

CBF reformula o calendário da bola

PÁGINA 20





PODER

Isenção do IR tem aprovação histórica

Em votação unânime, Câmara avalia benefício para quem ganha até R\$ 5 mil e taxa super-ricos. Texto segue para o Senado

» ISRAEL MEDEIROS
» VANILSON OLIVEIRA

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Hugo Motta durante a sessão: "Demonstramos que, quando o tema é o bem-estar das famílias brasileiras, não há lados nem divisões"

Depois de quase sete meses de tramitação, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi aprovada pelo plenário da Câmara, ontem, por unanimidade: 493 votos. O texto, que também diminui a alíquota para quem recebe até R\$ 7.350 por mês, sofreu poucas alterações em relação ao relatório do deputado Arthur Lira (PP-AL), apresentado em comissão especial e avaliado em julho. A taxa de super-ricos em 10% para bancar o avanço da faixa de isenção foi mantida. A matéria segue, agora, para o Senado.

Antes de declarar o resultado, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), cumprimentou a ministra Gleisi Hoffmann, da Secretaria de Relações Institucionais, que acompanhou a votação no plenário.

"A isenção do Imposto de Renda é um avanço na justiça social do país, garantindo mais dinheiro no bolso do trabalhador que ganha até R\$ 5 mil. Não é apenas uma mudança técnica, é um alívio direto no bolso de milhões de trabalhadores e aposentados em todo o país", disse o parlamentar.

Motta, que viu a Câmara ser pressionada nas últimas semanas por ter aprovado pautas impopulares, como a PEC da Blindagem (derrubada no Senado) e a urgência da anistia, fez questão de dizer que a Casa é aliada da população.

"A Câmara dos Deputados mostra, mais uma vez, que é amiga do povo. Estamos demonstrando, com esta votação, que o Parlamento está do lado do Brasil e do lado de quem acorda cedo, enfrenta dificuldades e merece um Estado que devolva em dignidade aquilo que arrecada em impostos", pontuou.

E continuou: "Aqui, demonstramos que, quando o tema é o bem-estar das famílias brasileiras, não há lados nem divisões. É o interesse do país acima de qualquer diferença. Este é um momento importante da nossa história. Um passo firme para um Brasil mais justo, digno e

mais equilibrado. O Brasil precisa e merece a nossa união e o nosso trabalho", destacou.

A aprovação é uma vitória política de Lira, que ensaia disputar o Senado em Alagoas em 2026, mas também é uma das maiores apostas políticas do governo Lula: visa a reeleição do petista no próximo ano.

"Esse é um assunto importante que vai tratar de um tema que atinge quase 16 milhões de brasileiros, vai fazer justiça tributária para os que menos recebem, vai corrigir um pouco da tabela com relação aos que ganham muito e pagam menos do que deveriam. E, volto a dizer: não é esse o projeto que vai

tratar da reforma da renda definitiva no Brasil, mas é um primeiro passo para corrigir uma distorção tributária e social das pessoas que menos recebem", disse Lira a jornalistas.

Antes da votação, Lira voltou a se reunir com os líderes partidários na tarde de ontem, como fez na apresentação de seu parecer na semana passada. Nessa reunião, acertou quais seriam as emendas aceitas ao texto. Ao todo, analisou 102. Embora tenha reconhecido a importância de algumas, rejeitou a maioria, por não ser possível calcular o impacto nas contas públicas. Acatou apenas quatro, com ajustes pontuais.

Entre as mudanças, estão

alterações de redação que explicam que a taxa de lucros e dividendos só se dará a partir de 2026: valores apurados até 2025, mesmo que distribuídos posteriormente, seguem isentos. O relator também acatou uma emenda que diz respeito ao Programa Universidade para Todos (ProUni). Bolsas concedidas por meio do programa por instituições particulares serão consideradas como imposto pago no cálculo de alíquota efetiva das empresas.

Outra mudança, ainda, diz respeito aos cartórios e exclui da base de cálculo da tributação mínima do IRPF os repasses obrigatórios previstos em lei. As alterações foram

combinadas com representantes do governo.

"Muitas emendas que representam setores que tratam de problemas da sociedade que teriam até possibilidade não prosperaram por não haver uma coisa simples, que é previsão de receita, previsão de despesa. Elas são inadequadas porque são impossíveis de se mensurar quanto representariam de renúncia de receita ou de despesa para o orçamento público", afirmou o relator.

Entre as emendas rejeitadas, estavam tentativas de deputados de oposição de evitar a tributação dos super-ricos — que é o que vai bancar a isenção até R\$ 5 mil



A Câmara dos Deputados mostra, mais uma vez, que é amiga do povo. Estamos demonstrando, com esta votação, que o Parlamento está do lado do Brasil"

Hugo Motta (Republicanos-PB),
presidente da Câmara

— e jacobins dos mais diversos tipos, como uma sugestão de um deputado do PL para isentar do pagamento do Imposto de Renda todos os agentes de segurança pública. Do lado dos governistas, houve quem tentasse aumentar a taxa de super-ricos (aqueles que recebem a partir de R\$ 50 mil por mês e pagarão um imposto mínimo de 10%).

Diversas emendas propuseram a correção automática da tabela do IR pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mas Lira as rejeitou. Incluiu, no entanto, uma obrigação para que o governo federal envie, em até um ano, um texto regulamentando a correção.

"Lembramos que a própria Tabela Progressiva Mensal do tributo tem uma defasagem histórica em sua atualização, de modo que nos parece que esse tema pode vir a ser tratado em outro momento, num contexto de discussão mais amplo envolvendo uma profunda reforma da tributação da renda no Brasil", escreveu Lira em seu parecer.

Embora a pauta tivesse amplo apoio na Casa, houve resistências quanto à compensação da isenção. A oposição votou favoravelmente ao texto, apesar de ter se oposto, durante as últimas semanas, à taxa de lucros e dividendos e criticado a tributação dos super-ricos.

Defesa da democracia e aceno ao AGU

» VICTOR CORREIA

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, acenou ontem a favor de uma possível indicação do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Durante seminário sobre democracia, onde os dois estavam presentes, Lewandowski disse que as portas da Corte estão "escancaradas" para o colega de Esplanada. A fala ocorreu em meio a uma possível aposentadoria antecipada do ministro Luís Roberto Barroso, o que abriria uma nova nomeação para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O prestígio do nosso querido ministro Jorge Messias na nossa Suprema Corte é absolutamente excepcional. As portas estão abertas; não, estão escancaradas para o nosso querido ministro", declarou Lewandowski, que é magistrado aposentado do STF, durante o seminário Observando a Democracia: Desafios e

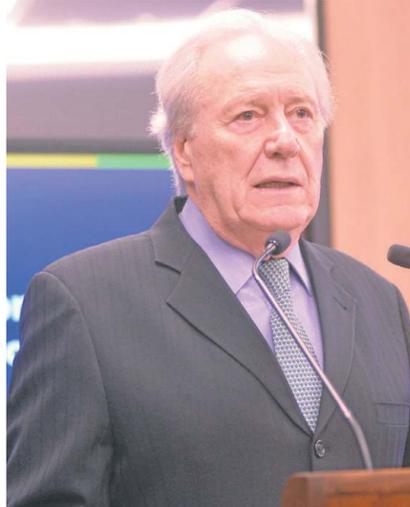
Oportunidades para o Estado de Direito na Era Digital, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A abertura do seminário contou também com a presença da ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Edilene Lôbo.

O nome de Messias circula no mundo político como um dos principais cotados para assumir a eventual vaga de Barroso. Embora não tenha confirmado sua saída, o ministro sinalizou que vai decidir sobre uma possível aposentadoria após um "retiro espiritual". A expectativa é de que a definição seja feita até novembro, porém a possível saída dele da Corte é especulada há anos.

Cotada

Barroso tem 67 anos, mas a aposentadoria compulsória dos magistrados ocorre apenas aos 75 anos de idade. A nomeação é uma prerrogativa de Lula, que já indicou, no atual mandato, os ministros Flávio Dino e Cristiano Zanin. Também é

Ed Alves CB/DA Press



O ministro Ricardo Lewandowski e o AGU, Jorge Messias, participaram de evento sobre democracia

Emanuelle Sena/AscomAGU



cotada para a vaga a presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha.

Durante o seminário, Lewandowski alertou contra o impacto de tecnologias como a inteligência artificial para as democracias e afirmou que o momento geopolítico atual é de tensão, com casos

de interferência estrangeira.

O ministro comparou o cenário com o entreguerras, entre 1918 e 1939, quando tomaram força movimentos extremistas, como o nazismo e o fascismo. "É preciso que nós observemos bem a marcha dos acontecimentos no mundo todo para que nós

possamos nos orientar internamente", enfatizou Lewandowski. Já Messias teve de se ausentar antes de sua fala.

Sem citar os Estados Unidos, Lewandowski aludiu às interferências americanas na política brasileira, citando o golpe militar de 1964. "Não é de hoje que a democracia



O prestígio do nosso querido ministro Jorge Messias na nossa Suprema Corte é absolutamente excepcional. As portas estão abertas; não, estão escancaradas para o nosso querido ministro"

Ricardo Lewandowski,
ministro da Justiça

brasileira sofre os influxos da política, ou da geopolítica, internacional", disse o ministro.

Já sobre a regulamentação das tecnologias, afirmou que o Brasil precisa de ferramentas para "no mínimo, controlarmos em prol da liberdade das pessoas esses instrumentos cibernéticos".

» Entrevista | **LEILA BARROS (PDT-DF) | SENADORA**

Parlamentar da CPMI do INSS afirma que envolvidos nas fraudes vão para a cadeia. Segundo ela, as atividades avançarão, apesar do “clima de Fla x Flu” na comissão

“Vamos ter, com certeza, os culpados presos”

» LETÍCIA CORRÊA

Integrante da CPMI do INSS, a senadora Leila Barros (PDT-DF) se disse confiante de que, até o fim dos trabalhos, envolvidos nas fraudes vão para a cadeia. “O objetivo geral é punir os culpados e resgatar o que for possível dos recursos roubados”, ressaltou, em entrevista aos jornalistas Adriana Bernardes e Marcelo Agner, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. “Para além da investigação da CPMI, a gente tem uma investigação na Polícia Federal, que certamente virá à tona. Vamos ter, com certeza, culpados presos”, reiterou.

A senadora reconheceu, porém, o desafio de levar à frente uma investigação em meio ao “clima de Fla x Flu” que domina a comissão, com guerra de narrativas, turbinada pela proximidade das eleições. “A tendência é de piorar em termos de agressividade e de confrontos”, disse.

Com pouco mais de dois anos de mandato pela frente, Leila admitiu o interesse em ocupar o Palácio do Buriti. “Quero muito governar Brasília, mas acredito que, pelo trabalho realizado, cabe-me muito defender esse trabalho e buscar a reeleição”, afirmou.

A parlamentar também comentou sobre flexibilizações na Lei da Ficha Limpa, que podem viabilizar o retorno, por exemplo, do ex-governador José Roberto Arruda, hoje inelegível. “O último hospital que nós tivemos construído no DF foi o de Santa Maria, no governo Arruda. A implementação do metrô, que a gente espera a ampliação das linhas e até hoje não saiu do papel, foi dele. Existe no imaginário da população essa eficiência do governo Arruda”, disse. A seguir, os principais trechos da entrevista.

As sessões da CPMI do INSS têm sido tensas. Inclusive, houve um desentendimento entre a senhora e outra parlamentar. Qual é a sua expectativa para o decorrer dos trabalhos?

A gente tem vivido um clima de Fla x Flu dentro da CPMI. E, é claro, tive uma indisposição com a parlamentar. Não fico feliz, até porque é mulher. Isso mostra um pouquinho do que ainda está por vir dentro da CPMI, uma guerra de narrativas, faltando um ano para a eleição. Então, é natural que os nervos aflorem, até porque a tentativa de todos nós ali, pelo menos da minha parte, é fazer justiça a aposentados e pensionistas. A tendência é de piorar em termos de agressividade e de confrontos.

Como é possível controlar o embate de forças políticas na CPMI para investigar corretamente o escândalo?

Isso vai partir do bom senso de cada parlamentar. Eu, particularmente, não estou ali para agredir ninguém. Quero dar luz à verdade. Certamente tem muita gente dentro daquela CPMI — é muito claro para quem acompanha — que está fazendo daquilo ali um palanque. Muita gritaria, uma exposição

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



É natural que os nervos aflorem, até porque a tentativa de todos nós ali, pelo menos da minha parte, é fazer justiça a aposentados. A tendência é de piorar em termos de agressividade”

desnecessária. A maioria deles vai utilizar aquilo como palanque político. Mas tenho certeza de que há parlamentares que estão querendo fazer um bom trabalho, fazer justiça e recuperar esses recursos.

Em que a comissão tenta avançar?

Ninguém tem dúvida de que é uma fraude histórica. Não é deste governo, não é do primeiro governo Lula, é um processo que vem se arrastando e que a gente sabe que existe uma falha sistêmica no próprio processo de estruturação, de fiscalização, de acompanhamento, além da questão da omissão. Apesar das falhas estruturantes, existe um processo dentro da própria investigação que nenhum de nós tem dúvidas de que governos foram alertados, ministros foram avisados, secretários foram avisados. De alguma forma, não se atentaram ou não buscaram entender, de fato, o que estava acontecendo dentro do próprio INSS, dentro do próprio ministério. Isso a gente só vai ter a real dimensão do escândalo com a investigação.

Avalia que, até o fim desta CPMI, pessoas serão presas?

Eu espero. O que eu tenho ouvido é que isso é o objetivo geral: de punir os culpados e resgatar o que for possível em termos de recursos que foram roubados, para que eles voltem aos cofres públicos. Tenho, sim, uma expectativa. E, para além da investigação da CPMI, a gente tem uma investigação na Polícia Federal, que certamente virá à tona. Vamos ter, com certeza, culpados presos.

Como está sendo a integração da CPMI com a Polícia Federal e o STF?

Poderia estar avançando mais.

que o bom senso prevaleça e que a gente possa, numa ampla frente, fazer jus a essa expectativa de vir forte nessa eleição, unidos, para buscar o melhor governo para o Distrito Federal.

O presidente Lula vetou trechos do projeto que muda a Lei da Ficha Limpa, entre os quais, o que reduzia o intervalo mínimo para fichas sujas se colocarem de novo como candidatos. Avalia que o Congresso pode derrubar esse veto, trazendo a possibilidade de nomes como o ex-governador José Roberto Arruda entrar nessa disputa?

Na minha cabeça, há um ano, quando a gente tratava dessa questão de mexer na Lei da Ficha Limpa, eu achava praticamente impossível que se tornasse prioridade na pauta do Congresso. Ela aconteceu, e foi aprovada. Então, não posso dizer que o Congresso pode manter ou derrubar, tudo é possível. No Senado, a mexida nessa lei teve 50 votos a favor. Para você ver como existe uma expectativa em torno da volta dessas figuras ao cenário político, porque não estamos falando só do Arruda. Estamos falando de outras figuras em nível nacional. O próprio ex-governador Garotinho, no Rio de Janeiro, e há outras. Existe um interesse de forças políticas de que esses personagens retornem ao cenário. E em Brasília não é diferente. Vocês podem buscar até pela própria votação que teve da bancada federal.

Como seria o cenário com a eventual volta de Arruda à disputa?

É um xadrez que se torna complexo com a volta dele, até porque o perfil do Arruda é mais centro. Ele pode ser, de alguma forma, importante para ambos os polos. E foi governador. O último hospital que nós tivemos construído no Distrito Federal foi o de Santa Maria, no governo Arruda. A implementação do metrô, que a gente espera a ampliação das linhas e até hoje não saiu do papel, foi dele. Existe no imaginário da população essa eficiência do governo Arruda com relação à gestão. Como falei, há forças políticas que querem o retorno desses personagens.

Assim como querem a anistia?

Assim como querem anistia, como foi a PEC da Blindagem, colocando os políticos acima da lei. Obviamente, um absurdo aquilo, que nos envergonha. Mas passou na Câmara, e claro que o Senado teve o bom senso de engavetar. Então, a gente vive uma absoluta inconstância e uma imprevisibilidade dentro do cenário político.

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso aprovou um fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões para o ano que vem. A senhora acredita que vai avançar?

Podemos avançar, porque existem inúmeros interesses, mas, desta senadora, não terá voto e apoio.

***Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Imposto de Renda zero para classe média pode alavancar o governo Lula

A pesquisa PoderData, realizada entre 27 e 29 de setembro, mostra que a diferença entre a aprovação do governo Lula (44%) e a desaprovação (51%) está diminuindo progressivamente. Embora separadas por apenas sete pontos percentuais, número que pode parecer ainda desfavorável, o levantamento mostra uma tendência inequívoca de virada do governo. Em maio, a diferença era de 17 pontos; em julho, recuou para 11; e agora, em setembro, para 7.

Mantida a trajetória, Lula ficará muito próximo de inverter essa relação, o que o colocaria, pela primeira vez neste mandato, em posição de franca vantagem sobre seus possíveis concorrentes: os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União); do Paraná, Ratinho Junior (PSD), e de Minas, Romeu Zema (Novo). Essa tendência também explica a decisão de o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciar que pretende concorrer novamente ao Palácio dos Bandeirantes. Bolsonaro raiz, era o único nome capaz de unir a oposição, mas enfrentou a resistência dos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro, que está inelegível e condenado a 27 anos e três meses de prisão. Querem que alguém do clã seja candidato.

Um dos elementos catalisadores dessa mudança, segundo a pesquisa, foi a inesperada declaração do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante a Assembleia Geral da ONU, de que gosta do presidente Lula. Ao reconhecer “boa química” com o petista, Trump abriu espaço para um degelo diplomático após o tarifaço de julho que abalou as relações bilaterais. A narrativa do Planalto, que até então era de dura resistência ao protecionismo norte-americano, pôde ser suavizada pela negociação, sem parecer capitulação.

O gesto simbólico de menos de um minuto nos bastidores da ONU, quando Lula e Trump se encontraram, funcionou como sinal de que o Brasil não está isolado. Lula soube capitalizar esse movimento e transmitir a imagem de estadista capaz de dialogar até com adversários mais implacáveis. A estratégia de comunicação do governo também tem sido decisiva. Caiu no colo de Lula uma pauta robusta: a defesa da soberania contra as tarifas e, ao mesmo tempo, contra ingerência de Trump no julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Enquanto o nacionalismo econômico e o combate ao golpismo favoreceram Lula, a atuação do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e do influenciador bolsonarista Paulo Figueiredo a favor das sanções foi corrosiva para a oposição. Tarcísio, que no primeiro momento apoiou as retaliações de Trump, saiu muito desgastado desse episódio e abriu espaço para a consolidação de outras candidaturas de direita. Quem mais avançou na sua praia preferida, a turma da Faria Lima, foi Ratinho Junior. O favoritismo favoreceu Lula porque evitou um confronto direto com Tarcísio, como faria o famoso general chinês Sun Tzu, ao menos por enquanto. A melhor estratégia é vencer o opositor a se retirar do campo de batalha.

Dividendos imediatos

O fator externo, uma variável imprevisível, acabou sendo decisivo para a recuperação de Lula até agora. Fortaleceu sua base social, ampliou a empatia de parte do eleitorado de dentro e neutralizou críticas sobre sua política externa. Entretanto, o que pode mesmo virar o jogo são as variáveis internas. Por isso, a ampliação da faixa de isenção do IR para até R\$ 5 mil mensais e parcial para até R\$ 7,5 mil pode representar o ponto de inflexão definitivo.

Promessa de campanha de 2022, a medida beneficia diretamente mais de 26 milhões de contribuintes — 65% dos declarantes. Hoje, quem ganha R\$ 5 mil paga R\$ 335,15 de imposto mensal. Com a mudança, esse valor ficará integralmente no bolso do trabalhador. Casos práticos, como o de uma professora que economizará quase R\$ 4 mil por ano, tornam a decisão política exequível, fácil de comunicar e popular.

Ao mesmo tempo, o projeto introduz uma tributação mínima sobre super-ricos: até 10% sobre rendimentos anuais acima de R\$ 600 mil. O governo também pretende avançar na linha da OCDE ao criar um imposto global de 15% sobre lucros de multinacionais. O discurso eleitoral será óbvio: aliviar o peso sobre a classe média e cobrar mais dos que concentram renda. Essa equação de justiça tributária tem forte apelo social e político. Aprovada, pode ser apresentada como “virada histórica” na correção de uma das maiores distorções do sistema brasileiro: a concentração de renda e a perpetuação das desigualdades sociais.

Não por acaso se instalou uma disputa entre o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Renan Calheiros (MDB-AL) sobre a paternidade da aprovação da mudança no Congresso. Mais do que uma rivalidade regional (Alagoas), é uma disputa entre a Câmara, cujo presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), vinha se demonstrando mais alinhado com a oposição do que com o governo, e o Senado, onde Davi Alcolumbre (União-AP) opera como uma barreira de contenção das tentativas de desestabilização do governo por parte da oposição.

Lula colherá dividendos imediatos, quando nada porque conseguiu reverter a pauta tóxica da oposição bolsonarista, graças à mobilização popular contra a PEC da Blindagem, um tiro no próprio pé do presidente da Câmara e seu colégio de líderes. Entretanto, como o Brasil não é para principiantes, o perigo é aprovar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda e não taxar os mais ricos, como é a tradição histórica. Seria uma bomba fiscal capaz de provocar mais inflação e impedir a redução da taxa de juros em 2026, o ano das eleições.

Evento debate comunicação pública

Robson Cesco

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Sidônio Palmeira, participou, ontem, do Repcom Brasília, evento dedicado a discutir comunicação pública e gestão de reputação. O encontro reuniu ministros, gestores públicos e especialistas para compartilhar experiências sobre boas práticas e desafios atuais do setor. Entre os destaques da programação, estavam Karla Rubilar, ex-ministra chilena que atuou durante a onda de protestos sociais recentes no Chile; e Roger Fisk, estrategista das campanhas eleitorais do ex-presidente norte-americano Barack Obama.



Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (COM EDUARDA ESPOSITO)
luanapatriolino.df@dabr.com.br

Largada para 2026

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, realiza, hoje, às 9h, a cerimônia de início do Ciclo de Transparência Democrática — Eleições 2026. O evento marca a abertura dos códigos-fonte dos sistemas eleitorais que serão utilizados no pleito do próximo ano. A solenidade contará com a presença dos ministros da Corte, com apresentação da parte técnica conduzida pelo secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Júlio Valente.

Segurança e transparência

Os códigos-fonte reúnem as instruções que definem o funcionamento dos sistemas eleitorais, garantindo segurança e integridade ao longo do processo de votação. Ao analisá-los, as instituições fiscalizadoras realizam uma auditoria nos sistemas, o que reafirma a transparência eleitoral. “A urna eletrônica brasileira, auditável, segura e transparente, é hoje estudada no mundo inteiro como modelo”, afirmou a ministra Cármen Lúcia.

E por falar em eleições...

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem dado sinais de que está desistindo da disputa presidencial de 2026 e que irá focar, mesmo, na reeleição em São Paulo. Com isso, a direita tenta redesenhar o cenário para a disputa do ano que vem. Continuam no páreo os governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (União); do Paraná, Ratinho Júnior (PSD); e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Evitando polêmicas

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux e Luís Roberto Barroso estiveram juntos, ontem, no Ibmecc Brasília para o primeiro Encontro Jurídico Nacional. Fux abordou os reflexos da segurança jurídica no cenário nacional e Barroso fez a conferência de encerramento sobre os desafios contemporâneos do direito, diante das transformações sociais e econômicas. No evento, eles evitaram comentar temas espinhosos, como o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e as sanções da Lei Magnistky — que atinge o ministro Alexandre de Moraes e a mulher.

Bons ventos para Lula

Depois de tempos difíceis do terceiro mandato, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem surfado em uma onda positiva com a boa repercussão do discurso na abertura da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), na semana passada, e o recuo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Além da popularidade com os eleitores, o chefe do Planalto está convencido de que o Congresso irá aprovar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Para coroar o momento, ele também autorizou o Ministério dos Transportes a levar adiante o fim da obrigatoriedade de autoescola para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) — **leia mais na página 5.**



Vitória para a FNP

Com a aprovação do projeto complementar da reforma tributária, a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) conseguiu manter o direito de eleição para as 13 vagas do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS). A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) poderá pleitear as outras 14 vagas. As entidades precisam indicar os membros do comitê provisório até 31 de outubro. Eles ficarão no cargo até 31 de março de 2027.

Isenção insuficiente

O deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PL-SP) afirmou à coluna que o projeto de isenção do Imposto de Renda para salários até R\$ 5 mil é populista, eleitoreiro e não beneficia o contribuinte. Para o parlamentar, a isenção deveria ser mais ampla, contemplando todas as faixas de contribuintes. “O governo teve dois anos para agir e esperou até agora para apresentar algo tímido e insuficiente”, disse.

Olho na manipulação

O líder do Solidariedade na Câmara dos Deputados, Aureo Ribeiro (RJ), protocolou um projeto de lei que visa proteger a voz e a imagem das pessoas e blindar o processo democrático contra as crescentes manipulações digitais — as “deepfakes” —, que simulam pessoas com alto grau de realismo. Ele pretende levar o tema ao colégio de líderes da Casa para acelerar a tramitação da proposta. “Não se trata de censura, crítica, humor ou jornalismo. Nossa proposta visa proteger o debate público e o cidadão contra o engano deliberado”, justificou.

Pouco investimento

O Brasil investiu apenas 2,22% do PIB em infraestrutura em 2024, percentual inferior à própria depreciação anual dos ativos (2,27%). O dado faz parte do Raio-X do Setor de Infraestrutura Brasileiro — 2025, elaborado pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Segundo o estudo, o país precisaria investir mais de 4% do PIB ao ano, por pelo menos duas décadas, para alcançar a média global de estoque de infraestrutura, que corresponde a 60% do PIB.

Google
apresenta:

BANCADA FEMININA NA COP30

Festival de inovação por mais
mulheres nas decisões políticas e climáticas.

7 e 8 de outubro de 2025
Em Brasília no Festival Curicaca

Inscreva-se

Realização: **QUERO VOCÊ ELEITA** instituto **azmina**

Apoio: **CORREIO BRAZILIENSE**

SOCIEDADE

Sinal verde ao fim da exigência de fazer autoescola

Lula autoriza Ministério dos Transportes a levar consultas públicas adiante. Se aprovada a proposta, não será mais necessário fazer cursinho para obter a carteira de motorista

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou, ontem, que o Ministério dos Transportes avance com o projeto que prevê o fim da obrigatoriedade de frequentar autoescolas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) — porém, a prova de conhecimentos teóricos e práticos para obter o documento continuarão obrigatórios. A proposta, conduzida pelo ministro Renan Filho, passará por um ciclo de audiências públicas a partir de hoje, que durará 30 dias.

Atualmente, uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) exige 20 horas de aulas em autoescolas. Essa regra só poderia ser derrubada com a decisão presidencial, o que ocorre agora com o aval de Lula.

A expectativa da pasta é que a nova norma entre em vigor em novembro, mas esse prazo pode se estender por conta de discussões no Conatran. Segundo o ministro, o custo elevado para obtenção da CNH — entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil — leva milhões de brasileiros a dirigir sem habilitação.

Formalização

Para Renan Filho, além da redução de custos, o fim da obrigatoriedade também pretende facilitar a formalização de milhões de motoristas que, hoje, circulam sem habilitação. Estimativas do ministério apontam que cerca de 40 milhões de pessoas conduzem veículos de forma irregular,

sendo que aproximadamente 55% dos proprietários de motocicletas não têm CNH.

“Estamos abertos a ouvir propostas da sociedade civil, mas o objetivo é estimular a formalização e reduzir o custo (para a obtenção da CNH). A redução poderá ser de 70% a 80%, a depender da exigência mínima de aulas práticas ou não”, afirmou o ministro.

A proposta, no formato atual, prevê o fim da obrigatoriedade de aulas teóricas e práticas em autoescolas. No entanto, Renan Filho admite a possibilidade de manter um número mínimo de aulas práticas. Ele ressalta que as provas teóricas e práticas aplicadas pelos detrans continuarão obrigatórias e serão dadas por instrutores autorizados pelo governo federal.

Para o ministro, a mudança representa um passo em direção à “justiça social” e à desburocratização do processo de obtenção da CNH. Inicialmente, a medida valerá apenas para as categorias A e B, que abrangem motocicletas e veículos de passeio. Caso seja considerada bem-sucedida, poderá ser estendida para outras categorias posteriormente.

O fim da obrigatoriedade é uma das principais bandeiras da atual gestão do Ministério dos Transportes e é rejeitada pelas autoescolas, que perderão espaço no processo de formação de condutores. A própria ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse recentemente que a proposta não é do governo, pois, conforme enfatizou, “dirigir exige responsabilidade”. Mas disse que o Executivo não se furtaria a colocá-la em discussão.

ELEIÇÕES

Número de deputados não muda para 2026

» ALÍCIA BERNARDES

O Supremo Tribunal Federal (STF) manteve o atual número de 513 deputados federais para as eleições de 2026, além da distribuição vigente das vagas por unidade da federação. A decisão, unânime e referendada ontem em plenário virtual, confirmou liminar concedida pelo ministro Luiz Fux, que adiou para 2030 a aplicação das mudanças na composição da Câmara — cujo número de cadeiras subiria de 513 para 531.

O julgamento formara maioria na terça-feira, com o voto do ministro Gilmar Mendes. Todos os integrantes da Corte acompanharam Fux, que atendeu pedido do presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) — que solicitara que as alterações não fossem aplicadas em 2026, em função do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que ampliava o número de deputados.

Na liminar, Fux ressaltou que o processo legislativo sobre o tema ainda não se encerrou no Congresso. O ministro destacou que, a pouco mais de um ano das eleições gerais, é necessário assegurar previsibilidade e clareza quanto ao número de assentos destinados a cada unidade da Federação e evitar insegurança jurídica. A discussão tem origem na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 38, impetrada pelo estado do Pará — que, aliás, aumentaria sua bancada na Câmara.

Pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, sete estados perderam população e poderiam ter a bancada de deputados federais reduzida,

enquanto outros — que apresentaram aumento populacional — teriam direito a mais parlamentares. Mas, para evitar sub-representações, as Casas do Congresso aprovaram a criação de 18 novas vagas na Câmara. O projeto com o aumento, porém, foi vetado por Lula.

“Considerando o princípio constitucional da anualidade eleitoral (art. 16 da CF/88), à luz da segurança jurídica, impõe-se que haja, desde logo, clareza quanto ao número de assentos legislativos da Câmara dos Deputados destinados a cada estado e ao Distrito Federal nas eleições de 2026, que se realizarão em 4 de outubro daquele ano”, frisa o magistrado, na decisão, para acrescentar:

“Defiro o pedido cautelar para sustar a aplicação dos efeitos da decisão de mérito proferida nesta ADO às eleições legislativas federais de 2026, até que seja concluído o devido processo legislativo, cujo resultado poderá ser aplicado, com segurança e clareza, a partir das eleições legislativas de 2030. Fica mantido, para as eleições de 2026, o mesmo número de vagas da Câmara dos Deputados para os estados e o Distrito Federal das eleições de 2022, sem redefinição do número de vagas por unidades da Federação, mantendo-se a atual proporcionalidade da representação.”

A decisão do STF representa um alívio para os congressistas. Isso porque, caso o Legislativo não tivesse deliberado — e o Supremo não tivesse fixado a regra —, caberia ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) redistribuir as vagas conforme os dados do Censo. (Colaborou Fabio Grecchi)

Honório Moreira/OIMP/D.A. Press



Apesar da dispensa em fazer aulas, exames práticos e teóricos continuarão obrigatórios para obter a CNH



ARQUITETURA EM TRANSIÇÃO

A arquitetura está em movimento. Em um mundo que exige soluções mais conscientes, tecnológicas e inclusivas, refletir sobre os caminhos que moldam nossos espaços é mais do que tendência: é necessidade.

Pensando nisso, o **Correio Braziliense** e a **CasaCor Brasília** promovem o Talks “Arquitetura em Transição: projetos com sustentabilidade, automação e acessibilidade”, um bate-papo inspirador sobre três pilares fundamentais dos projetos contemporâneos.

03 DE OUTUBRO

a partir das 15h | na Casa do Candango



GARANTA JÁ A SUA PRESENÇA!

Realização:

CASACOR
/ BRASÍLIA

CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO





FALSIFICAÇÃO DE BEBIDAS

Metanol: 6 mortes em SP e três em PE

Sexto óbito aconteceu em São Bernardo do Campo, onde a adulteração fez mais vítimas fatais. Três bares na capital paulista foram interditados. No caso pernambucano, intoxicações ocorreram em Lajedo e João Alfredo

» FABIO GRECCHI
» IAGO MAC CORD*

Stefani Reynolds/AFP



Cinco dicas para evitar o reaproveitamento de garrafas vazias

- » Descarte a garrafa sem a tampa ou sem a rolha;
- » Se a garrafa tiver dosador, destrua-o;
- » Rasgue ou risque o rótulo colado na garrafa;

- » Procure riscar a garrafa, com um prego ou parafuso, em local visível;
- » Se for possível, faça pequenos danos na boca da garrafa — como fraturas no vidro por dentro e por fora.

Adulteração de bebidas com metanol fez seis mortes em São Paulo e três em Pernambuco. Apesar de os óbitos estarem sendo investigados, as autoridades sanitárias e de segurança paulistas e pernambucanas trabalham com alto grau de certeza de que foram causados pela falsificação de drinques com a substância. Quarenta e três casos de intoxicação com os mesmos sintomas estão sendo apurados em todo o país.

A sexta vítima fatal em São Paulo foi registrada em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Trata-se de um homem de 49 anos, que morreu em casa na terça-feira. Além disso, a Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do município recebeu, até a manhã de ontem, 13 notificações de suspeita por contaminação de metanol, sendo que todas consumiram bebidas supostamente adulteradas no município do ABC paulista.

No caso de Pernambuco, as mortes foram registradas nos municípios de Lajedo e João Alfredo, no Agreste. De cinco mortes suspeitas, três têm conexão com a ingestão de bebida falsificada com a adição da substância tóxica. A polícia investiga possível compra de bebidas em um caminhão com placa de Belo Jardim, na região do Planalto da Borborema.

Em São Paulo, a Polícia Civil, apoiada pela Vigilância Sanitária e o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), intensificou as operações de fiscalização contra bares que têm alguma ligação com as mortes e as internações. A força-tarefa fechou o bar Ministrão, na Alameda Lorena, nos Jardins, Zona Oeste da capital, por conta do relato de Radharani Domingos — designer de interiores, de 43 anos, que afirmou em depoimento ter perdido a visão horas depois de consumir três caipirinhas de vodca no estabelecimento. Exames indicam que o quadro de saúde dela é compatível com o de intoxicação

por metanol. O bar, porém, nega a venda de bebidas fraudadas. Ainda assim, na ação nos Jardins os fiscais apreenderam mais de 100 garrafas de bebidas destiladas — como gim, vodca e uísque.

Outro bar interditado é o Torres, na Mooca, Zona Leste da capital paulista. Os proprietários divulgaram um comunicado nas redes sociais informando que colabora com os órgãos de fiscalização e afirma que “todos os produtos são adquiridos por distribuidores oficiais de longa data”.

O terceiro bar interditado é o Villa Jardim, em São Bernardo do Campo. Da mesma forma que os outros dois comércios, garante que “todas as bebidas comercializadas são adquiridas de distribuidores regulares, com notas fiscais”.

Segundo o governador Tarcísio de Freitas, a interdição cautelar

dos locais suspeitos serve para que os investigadores busquem a origem dos lotes das bebidas oferecidas nos três bares.

Prejuízos

A rede de bares e coquetelaria de São Paulo começa a sentir os efeitos da adulteração de bebidas destiladas. E tem utilizado as redes sociais para dar satisfação à clientela. Um deles, o Caledônia Whisky & Co. — uma das principais uisquerias da capital paulista, no Alto Pinheiros —, registrou no Instagram que trabalha apenas com fornecedores estabelecidos no mercado, que vendem as garrafas servidas ao público com nota fiscal e certificado de procedência.

“Esse é, especialmente, um momento muito frágil para os bares. Outubro e novembro são

meses para se fazer caixa. Historicamente, fim de dezembro e janeiro são meses fracos. Se houver queda significativa agora, as casas podem passar por dificuldades em breve”, explica Maurício Porto, sócio do Caledônia.

Porém, os bares de alta coquetelaria de São Paulo dizem criar obstáculos para o crescimento da indústria de falsificação. Alê Bussab, sócio e bartender do Trinca Bar, conta que já foi assediado para vender garrafas vazias. “Logo no início da nossa empresa, fazíamos eventos no Rio de Janeiro. Certo dia, uma pessoa quis comprar todas as garrafas vazias que sobravam. Nunca vendi porque sempre soube qual era a finalidade: encher as garrafas com outro tipo de álcool”, diz ele, responsável pelo bar em Pinheiros, na Zona Oeste de São Paulo.

Jean Ponce, do Guarita, também

em Pinheiros, relata ser proativo contra riscos de falsificação. “Zeramos” as garrafas, arrancamos o rótulo, tiramos a biqueira (bico da garrafa) e nunca jogamos as tampas no mesmo lugar das garrafas. Tudo isso para dificultar que qualquer um tente reutilizá-las”, garante.

No caso do Guarita, outra providência prática está sendo tomada, desta vez para resguardar o próprio estabelecimento. “Tomamos a decisão de não deixar nenhum cliente trazer outra garrafa de fora do nosso estabelecimento. Isso afeta, principalmente, a questão do vinho. Algumas pessoas ‘pagam a rolha’ para trazer seu próprio vinho para consumo dentro do bar. A partir de agora, isso não será mais permitido”, explica Ponce. (Com Agência Estado)

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

MEIO AMBIENTE

Manejo do fogo vetado no Estatuto do Pantanal

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a Lei 15.228/2025, que estabelece novas diretrizes para o uso, conservação, proteção e recuperação do Pantanal. O texto foi publicado no *Diário Oficial da União (DOU)* e busca garantir o desenvolvimento sustentável da região, considerada patrimônio nacional.

A nova lei prevê medidas de combate ao desmatamento não autorizado e aos incêndios florestais, além do fomento à recuperação de áreas devastadas. Por conta disso, Lula vetou alguns trechos sobre manejo do fogo, como o que previa a recuperação e uso prioritário de áreas desmatadas e degradadas como diretriz geral — a proposta indicava que essas áreas deveriam ser incorporadas ao processo produtivo, respeitando a manutenção da vegetação nativa segundo a legislação florestal. Também estão contempladas ações de fortalecimento do monitoramento e da fiscalização ambiental.

A legislação define como princípio central a conciliação entre proteção ambiental e atividades econômicas que assegurem emprego e renda à população local, em conformidade com o Código Florestal e demais normas vigentes.

Entre os fundamentos, estão a participação social, acesso à informação, transparência, respeito às diversidades regionais, função social e ambiental da propriedade, além do incentivo a práticas tecnológicas que substituam o uso do fogo. A norma prevê, ainda, a cooperação entre União, estados incluídos no bioma e municípios para implementar políticas de preservação, assim como o fomento à certificação ambiental e ao monitoramento de fauna e flora.

Economia

Outro eixo é a diversificação da economia pantaneira, com ênfase na bioeconomia, no turismo sustentável e no apoio à pesquisa científica. A norma também prevê estímulo à regularização fundiária como forma de ampliar a segurança jurídica e garantir maior proteção ao território.

De acordo com a lei, o corte e a supressão de vegetação nativa no Pantanal, tanto em áreas públicas quanto privadas, só poderão ocorrer mediante cadastro do imóvel no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e autorização prévia de órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A prática será proibida caso o proprietário não cumpra a legislação, em especial as regras sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal.

O texto estabelece a criação de programas de pagamento por serviços ambientais e a concessão de incentivos fiscais para projetos de recuperação ambiental e exploração sustentável. Os recursos poderão ser destinados a partir do Fundo Nacional do Meio Ambiente, fundos patrimoniais ou doações.

Um dos destaques da nova legislação é a criação do selo “Pantanal Sustentável”, que vai certificar pessoas físicas e jurídicas que adotem boas práticas em favor da preservação dos recursos naturais. A iniciativa pretende valorizar produtos e serviços locais e estimular atividades como turismo, cultura e produção agrossilvopastoril com base em modelos sustentáveis. A certificação terá validade de cinco anos e poderá ser renovada, reforçando o compromisso com o desenvolvimento econômico aliado à conservação ambiental no bioma.

Simplesmente ROUPA NOVA

55% DE DESCONTO

03 outubro

BRASÍLIA CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES

INGRESSOS ticketmaster MEDIA PARTNER CORREIO BRAZILIENSE REALIZAÇÃO MUSIC ON OH! ARTES



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quarta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na quarta-feira	Últimos	Comercial, venda na quarta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,49% São Paulo	145.446	R\$ 5,328 (+ 0,11%)	R\$ 1.518	R\$ 6,251	14,90%	14,90%	0,43
0,09% Nova York	26/9 29/9 30/9 1/10	25/setembro 26/setembro 29/setembro 30/setembro	5,364 5,336 5,322 5,323				0,26 0,24 0,26 -0,11

JOGOS ON-LINE

Apostas proibidas para quem tem Bolsa Família

Caberá às Bets impedir beneficiários de apostarem. Para isso, o governo criou plataforma que cruza os dados do usuário

» RAPHAEL PATI

Ministério da Fazenda/Divulgação



A medida atende a uma exigência do STF e do TCU. Regulamentação foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União

Para aumentar o controle sobre o uso dos recursos destinados a programas sociais, a Secretaria de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda publicou, ontem, uma portaria que impede que os beneficiários cadastrados no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Bolsa Família apostem em bets. A medida atende a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e a recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Além da portaria, também foi publicada uma instrução normativa que estabelece os processos que os sites que operam com apostas de quota fixa devem observar para impedir o acesso de beneficiários. De acordo com a norma, as bets devem realizar consultas em um sistema público na abertura de cadastro e no primeiro acesso por login do dia.

Uma base de dados com os beneficiários de ambos os programas foi criada para servir de consulta pelos operadores de apostas. Para verificar se o usuário está inserido na base de dados do BPC e Bolsa Família, as empresas devem consultar periodicamente o Sistema de Gestão de Apostas (Sigap), utilizando o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para identificar os possíveis apostadores.

“Para viabilizar o cumprimento da decisão do Supremo, foi preciso desenvolver uma ferramenta técnica robusta, com cuidado para que a medida garantisse a proteção dos direitos envolvidos. Proteger as pessoas e seus direitos é sempre o objetivo do Governo do Brasil”, destacou o secretário de Prêmios e Apostas do MF, Regis Dudena.

De acordo com as medidas, os beneficiários dos programas



Foi preciso desenvolver uma ferramenta técnica robusta, com cuidado para que a medida garantisse a proteção dos direitos envolvidos”

Regis Dudena, secretário de Prêmios e Apostas

sociais não terão seus benefícios suspensos, sob nenhuma hipótese. Isso indica que a obrigação de não permitir o acesso desse grupo aos sites de apostas é, exclusivamente, das empresas que controlam os jogos. As medidas já entram em vigor hoje e as bets têm até 30 dias para implementar os procedimentos obrigatórios.

Com as medidas já em vigor, especialistas acreditam que elas devem trazer mais segurança jurídica ao tema, apesar de considerarem que há pontos que poderiam ser aprimorados. Na visão de Elimar Mello, advogado especialista em direito previdenciário e

sócio do escritório Badaró Almeida & Advogados Associados acredita que qualquer desvio da finalidade dos benefícios em questão podem comprometer sua função estruturante, de ser um auxílio contra a miséria no país.

“A canalização desses valores para apostas, atividade associada ao risco elevado de superendividamento e impactos psicológicos, revela-se incompatível com a natureza protetiva da política pública. Por essa razão, a vedação ao cadastro e ao uso do sistema de apostas constitui medida eficaz de tutela cautelar do interesse público”, avalia o advogado.

Mello, no entanto, considera que as medidas carecem de mecanismos de auditoria independentes e fiscalização robusta. “A ausência de monitoramento sistemático do cumprimento das obrigações pode tornar o sistema extremamente vulnerável a subnotificações, inércia operacional ou interpretações minimalistas por parte das bets”, acrescenta o especialista, que conclui: “Nesse sentido, trata-se de um modelo normativo que combina rigor procedimental com funcionalidade técnica, mas diante de mitigações evidentes em sua efetividade, pois depende de uma atuação firme e permanente

do Estado como agente regulador e fiscalizador da política pública”.

O advogado e sócio coordenador da prática de Jogos e Apostas do Veirano Advogados, Pedro Simões, também acredita que as medidas poderiam ser aperfeiçoadas. O especialista questiona a proibição apenas para a modalidade lotérica de quota fixa, mantendo a possibilidade desigual de beneficiários dos programas apostarem nas casas lotéricas.

“Outro problema é a crítica de teor paternalista/social que questiona se, dentro do valor recebido a título de repasse de renda, o beneficiário não teria autonomia para dedicar uma parte da sua renda a essa modalidade de entretenimento. Porém, o maior risco, é o direcionamento desse público para operadores ilegais (bets ilegais), que operam na clandestinidade e sem a adoção dos controles obrigatórios”, destaca.

Em nota, o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) destaca que os recursos destinados à subsistência “jamais devem ser utilizados” para a prática de apostas e defende as medidas restritivas contra o uso desse dinheiro no jogo on-line. “Programas sociais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) têm a função de garantir necessidades básicas, e não podem ser confundidos com recursos para lazer”, pontua.

“Ao mesmo tempo, é fundamental intensificar o combate às plataformas clandestinas, que seguem operando à margem da lei e sem oferecer qualquer mecanismo de proteção ao consumidor. Independentemente de medidas restritivas, no mercado ilegal o jogador estará sempre mais exposto e vulnerável, o que reforça a necessidade de fortalecer a regulamentação e a fiscalização”, acrescenta, o IBJR.

FUNCIONALISMO

Governo descarta novo Concurso Unificado em 2026

» RAFAELA BOMFIM*

Às vésperas da realização das provas da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), no próximo domingo, a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, alertou que não haverá nova chance em 2026. Em entrevista ao programa *Bom Dia, Ministra*, do CanalGov, ela informou que o ano que vem será destinado à convocação de aprovados e de excedentes de seleções já em andamento.

“Não há previsão de um novo Concurso Público Nacional Unificado. O que está programado para 2026, já incluído no nosso Orçamento, é a convocação de excedentes de diferentes concursos em andamento, incluindo a própria chamada da segunda edição do CNU”, afirmou Dweck.

A primeira chamada dos aprovados no CNU 2025 está marcada

para 20 de fevereiro. De acordo com a ministra, haverá três convocações para confirmar o interesse dos candidatos, e a lista definitiva deve ser publicada em 16 de março.

Além do certame unificado, o governo pretende autorizar a convocação de excedentes da Polícia Federal e de outros concursos federais ainda vigentes. “Nosso objetivo é consolidar esse processo como política permanente, independentemente de quem estiver no comando em 2027”, disse.

Dweck destacou que a execução do concurso passou a ser responsabilidade da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em parceria com o ministério. “Esse processo e o conhecimento de como aplicar a prova estarão com a Enap. Assim, em 2027, haverá condições de realizar uma nova edição, desde que haja autorização para novas vagas”, explicou.

OCNU deste ano oferece 3.652 vagas

Joédson Alves/Agência Brasil



Dweck afirmou que pretende consolidar o CPNU como permanente

em 32 órgãos e entidades, com salários que variam de R\$ 4 mil a R\$ 16,4 mil. No domingo, será aplicada a prova objetiva, às 13h, e a discursiva está prevista para 7 de dezembro.

A logística envolve a participação de 85 mil pessoas, entre fiscais, aplicadores e equipes de segurança. O esquema foi montado em parceria com a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, polícias

estaduais e Corpo de Bombeiros. “O mais importante é que a prova chegue com segurança a cada sala, garantindo a idoneidade do processo seletivo”, afirmou a ministra.

Mais de 760 mil candidatos tiveram inscrição confirmada. Os locais de prova estão disponíveis no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela organização. A recomendação é levar

documento oficial com foto, caneta transparente de tinta azul ou preta e o cartão de confirmação de inscrição.

A ministra também lembrou que muitos erros em 2024 ocorreram por falta de atenção às instruções. “É essencial que os candidatos leiam a folha de rosto e preencham corretamente todos os campos do cartão de respostas”, destacou.

Para especialistas, a reta final deve ser dedicada à revisão de tópicos principais. Victor Gammara, coordenador do Direção Concursos, afirmou que a prioridade deve ser a prova objetiva. “A minoria fará a discursiva. Quem for aprovado terá mais de dois meses para se preparar especificamente para essa etapa”, disse.

Ele ressaltou que a adesão ao concurso varia conforme os cargos oferecidos. “Um grande salário ou uma vaga muito disputada aumentam o número de inscritos. Essa dinâmica sempre vai influenciar a procura”, avaliou.

A convocação do cadastro reserva do CNU 2024 deve ocorrer nos próximos dias. “Não há sobreposição de concursos. Seria ilegal abrir um novo certame com vagas idênticas às de outro ainda vigente”, explicou Dweck.

Entre os órgãos que devem chamar candidatos estão o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O advogado e professor André Alencar dos Santos apontou falhas no processo. “Falta transparência. Muitos candidatos poderiam ter se preparado para outras seleções se soubessem que não haveria nova edição em 2026”, afirmou.

Ele também sugeriu ajustes. “É preciso transformar essa iniciativa em política de Estado, com regras claras e previsão em lei. Hoje ainda depende da gestão de governo, o que gera insegurança”, avaliou.

Para Alencar, a atuação da Enap é positiva, mas levanta dúvidas. “É uma instituição reconhecida, mas não é tradicional na aplicação de concursos. Além disso, considero exagerado haver três convocações; duas já seriam suficientes”, completou.

O resultado preliminar da segunda edição do CNU será divulgado em 20 de fevereiro de 2026. Após as confirmações de interesse, a lista final será publicada em 16 de maio.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Diogo Zacarias



Ao detalhar o relatório, Daniel Leal, subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, garantiu que o governo "não pretende mirar o teto"

A mais impactante e exclusiva comunidade de CEOs e C-Levels do Brasil.

B2B MATCH

Nós promovemos networking e geração de oportunidades entre os tomadores de decisão das principais organizações do país.



Acompanhe nossas redes sociais!



B2B Match



B2B Match

CONTAS PÚBLICAS

Governo turbina emissões

Em ano pré-eleitoral, Tesouro abastece o caixa, mesmo a um custo elevado. Para especialista, a dívida contratada agora será um problema para os próximos governos

» ROSANA HESSEL

O Tesouro Nacional acionou o modo turbo de emissões de títulos públicos, a fim de engordar as reservas em caixa para o próximo ano, antecipando a volatilidade de um novo ano eleitoral — quando, tradicionalmente, os gastos aumentam de forma expressiva. Só que, de acordo com o economista-chefe da Equador Investimentos, Eduardo Velho, o volume dessas emissões é elevado e os juros pagos também — de mais de 7% acima da inflação —, o que é bom para os credores da dívida pública, mas péssimo para o contribuinte, que arcará com esse custo da União no futuro.

“O mercado ainda não está olhando isso como problema agora, porque não haverá risco de liquidez no próximo ano para o pagamento dos títulos que forem vencendo nos próximos meses. Mas, o custo dessa dívida contratada é muito alto e será um problema para os próximos governos”, alertou Eduardo Velho, em entrevista ao **Correio**.

PAF

Na terça-feira, o Tesouro anunciou uma mudança no Plano Anual de Financiamento (PAF) da Dívida Pública Federal (DPF). Os limites do estoque da DPF previstos para este ano passaram de um piso de R\$ 8,1 trilhões e um teto de R\$ 8,5 trilhões, para R\$ 8,5 trilhões a R\$ 8,8 trilhões, respectivamente.

Essa mudança reflete o forte avanço do endividamento público que vem pagando juros, em média, de 11,65% ao ano. Em agosto, o estoque total da DPF ultrapassou o piso ao somar R\$ 8,14 trilhões, dado 11,3% superior aos dados de dezembro de 2024. Com isso, no acumulado do ano, o estoque da DPF já cresceu R\$ 828,9 bilhões.

Técnicos da Fazenda tentaram minimizar a mudança no PAF. No anúncio dos novos limites, Daniel Leal, o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro, afirmou que os novos limites refletem “um ambiente mais saudável de emissão” e garantiu que o governo “não pretende mirar o teto”. Contudo, nem todos acreditam nesse discurso. “Qualquer governo, quando muda a meta do PAF, acaba buscando

o teto do estoque”, afirmou Velho.

O economista lembrou que o próprio governo já sinalizou que deve ampliar o colchão de liquidez para algo entre oito a nove meses — acima do dado de agosto, de 7,7 meses, e, inevitavelmente, as novas emissões devem fazer o estoque bater o limite superior do PAF.

O colchão de liquidez é uma reserva no caixa do Tesouro para cobrir os títulos que vencem no curto prazo, ou seja, em até 12 meses. Em agosto, esses recursos cresceram quase 15% na comparação com julho, passando para R\$ 1,1 trilhão.

“Um juro real acima de 7% é muito alto em um cenário que se espera uma inflação mais baixa”, afirmou. Na avaliação dele, para fazer frente às novas taxas de juros que os títulos públicos estão pagando nos prazos mais longos, o governo vai ter que apresentar um forte crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) e entregar um superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) bem robusto.

Metas

Mas as emissões não estão ocorrendo apenas no interno para ampliar essas reservas e pagando juros acima de 7%. No início de setembro, o Tesouro realizou uma emissão externa com dois tipos de papel — um de cinco anos e outro de 30 anos de vencimento. Foram emitidos, por exemplo, US\$ 2,5 bilhões do Global 2056, título com pagamento de cupom de juros de 7,25% ao ano, que somado com o desconto no preço do valor de face equivale a um retorno de 7,5% anuais.

O consenso entre especialistas em contas públicas é de que o governo vai demorar ainda vários anos para conseguir colocar as contas públicas no azul novamente. Neste ano, por exemplo, a equipe econômica segue mirando o piso da meta fiscal deste ano — que permite um rombo de até R\$ 31 bilhões — e levou um puxão de orelha do Tribunal de Contas da União (TCU) para focar no centro da meta, de déficit zero. E, para piorar, a meta fiscal só deverá ser cumprida no papel, graças aos descontos de despesas, como precatórios e gastos emergenciais, como aconteceu em 2024.

Escalada

Volume de emissões da Dívida Pública Federal (DPF), em agosto, é o segundo maior do ano e estoque total ultrapassa piso, de R\$ 8,1 trilhões

Emissões totais

Ago24	107,5
Set24	113,3
Out24	109,8
Nov24	83,0
Dez24	57,0
Jan25	145,4
Fev25	189,9
Mar25	133,1
Abr25	204,4
Mai25	158,5
Jun25	161,3
Jul25	118,2
Ago25	175,5

Dados de agosto de 2025

Total de emissões:	R\$ 1,317 trilhão
Total de resgates:	R\$ 1,040 trilhão
Emissões líquidas no ano:	R\$ 277,1 bilhões
Estoque total da DPF:	R\$ 8,14 trilhões
Custo médio do estoque da DPF:	11,65% ao ano

Mudança

Limites de estoque da DPF do Plano Anual de Financiamento (PAF) 2025 Piso/Teto (Em R\$ trilhões)	
Antes	8,1/ 8,5
Novos	8,5/ 8,8

Fonte: Tesouro Nacional



ESTADOS UNIDOS

Senado vota proposta do Partido Republicano para pôr fim à paralisação dos serviços federais. Centenas de milhares de funcionários trabalham sem salário. Presidente culpa democratas, ameaça tomar medidas irreversíveis e fala em cortes

» RODRIGO CRAVEIRO

O primeiro *shutdown* (paralisação parcial do governo federal) desde 2019 começou à 0h de ontem (no horário de Washington) e ganhou contornos de disputa política. Os republicanos adotaram o termo “shutdown democrata” para se referirem à interrupção dos serviços públicos e responsabilizaram a oposição. “Os congressistas democratas fizeram a escolha de ‘desligar’ o governo. Suas ações partidárias estão minando os EUA na arena mundial e colocando em risco nossa segurança nacional”, advertiu o secretário de Estado, Marco Rubio. Por sua vez, o líder da minoria democrata no Senado, Chuck Schumer, e seu homólogo na Câmara dos Representantes, Hakeem Jeffries, declararam que “Donald Trump e os republicanos fecharam os serviços do Estado porque não querem proteger a saúde do povo americano”.

Em meio à troca de acusações, a Casa Branca ameaçou com “demissões em massa iminentes”. “Estamos trabalhando com agências em todas as áreas para identificar onde podem ser feitos cortes... e acreditamos que as demissões são iminentes”, declarou a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt. Na tarde de ontem, pela terceira vez em 24 horas, o Senado fracassou em aprovar um projeto de gasto público dos republicanos.

Para formar a maioria de 60 votos (de 100), os senadores republicanos precisam contar com a adesão de mais sete democratas — até o momento, apenas três avalizam o texto. O Senado permanecerá fechado, pelo menos, até amanhã. A paralisação de 2019, ocorrida durante o primeiro governo Trump, foi a mais longa da história e durou 35 dias. Desde 1976, os EUA enfrentaram 20 shutdowns.

O vice-presidente americano, J.D. Vance, denunciou o uso da nova paralisação como chantagem. “Nos disseram que tirariam o governo da paralisação orçamentária, mas somente se destinarmos bilhões de dólares à saúde dos imigrantes indocumentados. É ridículo”, reagiu. O Escritório de Orçamento do Congresso estima que 750 mil funcionários públicos federais serão afetados pelo shutdown. Servidores considerados não essenciais foram afastados do trabalho. Aqueles cujas atividades são vitais para o Estado continuam o expediente, mas sem remuneração.

A Embaixada dos EUA em Brasília divulgou nota por meio da qual informa que a conta na rede X deixará de ser atualizada regularmente até a retomada total das operações, “exceto para informações urgentes de segurança”. “No momento, os serviços de passaporte e visto programados nos Estados Unidos e em Embaixadas e Consulados dos EUA no exterior continuarão, enquanto a situação permitir”, afirmou.

Nobel

Em entrevista ao **Correio**, David E. Card — economista da Universidade da Califórnia em Berkeley e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2021 — afirmou

Promessa de demissão em massa

Brendan Smialowski/AFP



O Capitólio ao amanhecer, durante o primeiro dia de shutdown: impasse sobre o orçamento levou ao fechamento do governo

que, caso o shutdown dure menos de duas semanas, provavelmente não surtirá em grande impacto à economia americana como um todo. “Creio que essa seja a crença geral em relação às paralisações anteriores. No entanto, o shutdown ainda pode ser bastante prejudicial para servidores com salários mais baixos, como muitos funcionários da Agência de Segurança de Transportes (TSA), que precisam trabalhar sem remuneração e podem ter dificuldades para administrar isso”, comentou.

Segundo Card, muitos dados em tempo real não serão produzidos durante o shutdown. “Isso inclui a taxa de desemprego e as séries de empregos com folhas

de pagamento, ambas acompanhadas de perto pelo Fed (Banco Central dos Estados Unidos) e por Wall Street. Portanto, estaremos voando às cegas em um período de grande incerteza e sem dados confiáveis”, acrescentou. O Nobel de Economia advertiu: “Se o shutdown perdurar, estaremos em um território realmente desconhecido”.

Principal advogado de ética da Casa Branca no governo do republicano George W. Bush (2005-2007) e professor de direito da Universidade de Minnesota, Richard W. Painter disse à reportagem que a maioria dos escritórios do governo federal permanecerá fechada. “Funções essenciais, como as Forças Armadas e a aplicação da lei

federal, continuarão. A segurança aeroportuária e o serviço postal dos EUA também permanecerão em funcionamento”, comentou. “Na maior parte dos Estados Unidos, a polícia, os bombeiros, as escolas e os serviços sociais são locais, embora fundos federais ajudem a pagar algumas funções e serão cortados, pelo menos temporariamente. Os governos estaduais e locais terão que compensar a diferença”.

Painter alertou que, se o shutdown durar várias semanas, poderá prejudicar a economia norte-americana. “Muitas empresas que aguardam aprovações regulatórias ficarão paralisadas, incluindo patentes, novos medicamentos e licenças”.

Eu acho...



Paul Kennedy

“Existe a possibilidade de que o presidente Donald Trump, que gosta de intensificar conflitos, crie maneiras de tornar até mesmo uma paralisação curta muito mais onerosa do que as paralisações anteriores. Por exemplo, as autoridades poderiam propor não pagar os salários atrasados de funcionários públicos — no passado, os servidores receberam vencimentos atrasados. Ou poderiam dar continuidade às ameaças de demitir muitos funcionários.”

David E. Card, economista da Universidade da Califórnia em Berkeley e ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2021



Arquivo pessoal

“O presidente dos Estados Unidos não pode demitir funcionários públicos de carreira, exceto em circunstâncias extraordinárias. Esses funcionários não trabalharão e não receberão pagamento temporariamente, mas terão direito aos seus empregos quando a paralisação terminar. A maioria também receberá salários retroativos quando a paralisação terminar, o que significa que o governo os pagou por não terem trabalhado.”

Richard W. Painter, ex-principal advogado de ética da Casa Branca (2005-2007) e professor de direito da Universidade de Minnesota

ORIENTE MÉDIO

Israel intercepta flotilha perto da Faixa de Gaza

A flotilha humanitária Global Sumud (“Sumud” significa “resiliência”, em árabe) estava a apenas 70 milhas náuticas (cerca de 129km) do litoral da Faixa de Gaza quando foi interceptada pelas Forças de Defesa de Israel (IDF). As 45 embarcações zarparam da Espanha, no mês passado, levando ativistas, jornalistas e políticos, com o objetivo de romper o bloqueio imposto ao território palestino e levar alimentos à população. “Vários barcos da flotilha Hamas-Sumud foram parados com segurança e seus passageiros estão sendo transferidos para um porto israelense”, anunciou o Ministério das Relações Exteriores de Israel, ao publicar no X um vídeo que mostra Greta recolhendo pertences, cercada por militares, dentro do barco Alma. “Greta e seus amigos estão bem e em segurança”, acrescentou o ministério.

A interceptação de parte da flotilha levou à primeira reação de um governo estrangeiro: o presidente da Colômbia, Gustavo Petro, expulsou a delegação diplomática de Israel em Bogotá. Petro qualificou o incidente como “crime internacional” e exigiu a libertação “imediatamente” de duas colombianas que estavam a bordo.

Entre os cerca de 500 tripulantes da Global Sumud, estavam a sueca Greta Thunberg; o brasileiro Thiago Ávila; e os também brasileiros Mariana Conti,

vereadora pelo PSOL em Campinas (SP); Nicolas Calabrese, coordenador da Rede Emancipa no Rio de Janeiro; Bruno Gilga, funcionário da Universidade de São Paulo (USP) e ativista da CSP-Conlutas; Lisiane Proença, comunicadora popular; Magno Costa, diretor do SINTUSP; Ariadne Telles, advogada popular e militante da luta pela terra na Amazônia; e Mansur Peixoto, criador do projeto História Islâmica; a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE); Gabi Tolotti, presidente do PSOL-RS; e Mohammad El Kadri, presidente do Fórum Latino Palestino e coordenador da Frente Palestina de São Paulo.

O barco Alma, que levava Greta e Thiago, foi invadido por soldados israelenses. Os tripulantes foram detidos e serão deportados. O Ministério das Relações Exteriores de Israel assegurou que as IDF recolheram documentos em Gaza que comprovariam o “envolvimento direto” da flotilha Global Sumud ao movimento islamita palestino Hamas.

Às 19h40 de ontem, Lara Souza — coordenadora da delegação brasileira da Global Sumud — explicou ao **Correio** que 30 dos 45 barcos ainda navegavam em direção a Gaza. “Até o momento, não conseguiram interceptar toda a nossa missão. Esperamos romper o bloqueio. O objetivo

Eleftherios Elis/AFP



Barcos da flotilha Global Sumud, na Grécia, em 26 de setembro

de fazer uma missão tão grande e com tantos tripulantes era mostrar o poder da mobilização de pessoas comuns da sociedade civil”, disse, por telefone. “Temos pessoas de 46 países embarcadas. Isso deveria abrir os olhos da comunidade internacional e intensificar a pressão sobre o governo israelense, pois eles estão violando, mais uma vez, o direito internacional e literalmente sequestrando, em áreas internacionais, cidadãos de 46 países. O mínimo que esperamos é que essas nações se movimentem por seus cidadãos”, acrescentou.

Em 8 de junho passado, a ativista sueca Greta Thunberg falou ao **Correio** e denunciou a omissão da comunidade internacional ante o sofrimento do povo palestino. “Vejo um silêncio mortal,

passividade e ignorância sobre o que está acontecendo em Gaza. As pessoas sabem o que está acontecendo. As pessoas fizeram uma escolha por não agir e fazer tudo em seu poder para deter essa complicidade. Vejo uma falta de vontade imensa”, desabafou. “Há um genocídio em andamento, há uma fome sistemática de mais de 2 milhões de palestinos. Israel está bloqueando ajuda humanitária.”

Plano de paz

O Hamas estaria propenso a não aceitar o plano de paz anunciado por Donald Trump, afirmou, sob a condição de anonimato, um dos líderes do movimento à emissora britânica BBC. Tanto o Hamas

Ministério das Relações Exteriores de Israel/X



Greta Thunberg recolhe pertences, ao lado de soldado israelense

quanto a Jihad Islâmica defendem um cronograma claro sobre a retirada de tropas de Israel da Faixa de Gaza. A proposta de Trump contemplaria um comitê de tecnocratas comandado pelo próprio presidente americano e com a participação do ex-premiê do Reino Unido Tony Blair; a imediata libertação de todos os reféns do Hamas; e presença de forças estrangeiras em Gaza; a anistia aos militantes de grupos palestinos que reconhecerem a necessidade de coexistência pacífica entre Israel e um eventual Estado palestino; e a reconstrução do enclave. A Casa Branca teria prometido ao primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, uma espécie de imunidade ante acusações na Justiça. **(Rodrigo Craveiro)**

VISÃO DO CORREIO

O resultado do descaso: metanol vendido em bebidas

Tragédias são uma equação que reúne sempre as variantes descompromisso, descontrole, negligência, irresponsabilidade e corrupção. As mortes de seis pessoas em São Paulo e agora a suspeita de três óbitos em Pernambuco e de outros 36 casos de intoxicação também em terras paulistas por consumo de bebida adulterada com metanol têm esses elementos. Aliás, uma marca das administrações públicas — habitadas a não se anteciparem aos danos por conta da lógica acadiana de que, se não há problema, nada há a prevenir.

Prevenção, aliás, é considerada um gasto inútil neste país, e a não antecipação ao dano está diretamente relacionada ao que se vê agora. Em 2008, foi criado o Sistema de Controle de Bebidas (Sicobe) para coibir a sonegação de impostos praticada por fabricantes. Equipamentos instalados nas linhas de produção possibilitavam o acompanhamento do volume envasado. Bastava, assim, cruzar esses dados com notas fiscais, declarações de estoque e selos de controle emitidos pela Receita Federal.

Ainda que o objetivo fosse arrecadatório, o Sicobe construiu para o governo federal uma base de dados organizada e capaz de, no caso de alguma emergência sanitária — tal como agora, com a contaminação por metanol —, facilitar a rastreabilidade da bebida que circulava no mercado. Mas isso mudou em 2016, com a edição do Ato Declaratório Executivo 75, pelo qual a própria Receita Federal

suspendeu o Sicobe. O Art. 1º é sucinto: "Ficam os estabelecimentos industriais envasadores de bebidas, relacionados no anexo único deste ato, desobrigados — a partir de 13 de dezembro de 2016 — da utilização do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (Sicobe) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008".

Removido o Sicobe, passa a vigorar a autodeclaração da produção, pela qual, a rigor, permite-se que qualquer coisa seja registrada. O sistema saiu de cena a título de "simplificação tributária", "redução da burocracia", que, claro, "impactam nos custos de produção". O curioso é que o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Sicobe fosse retomado, mas a própria União foi contra ao alegar que geraria um impacto fiscal de aproximadamente R\$ 2 bilhões anuais. A questão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o ministro Cristiano Zanin deu ganho de causa ao governo.

O tamanho da produção de bebidas no Brasil é impreciso. Pior: uma pesquisa da Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares de São Paulo (Fhosp) estima que 36% das bebidas no Brasil são falsificadas, fraudadas ou contrabandeadas — a vodca é a mais adulterada. Ou seja, praticamente um terço do que é oferecido ao público em todo o país — mais três em cada 10 bebidas servidas. E o que é utilizado nessas misturas? Qualquer coisa, inclusive metanol.

Descreve-se, assim, o imenso buraco da desídia administrativa, que mata e incapacita.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Luta contra o negacionismo

Nós não costumamos nos atentar para o fato de que, graças aos espetaculares avanços da ciência no desenvolvimento de vacinas, estamos blindados contra uma série de doenças. Os benefícios dos imunizantes são colossais. Evitam de dois a três milhões de mortes por ano, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Também eliminam ou reduzem o risco de contrair enfermidades perigosas ou de evoluir para quadros graves. E com pesquisas e investimentos, a ciência continuará na busca por defesas contra males que ameaçam a humanidade, parte deles potencialmente letais. Esse progresso que alcançamos dia a dia tem de ser protegido a todo custo.

Na contramão das evidências científicas, detratores das vacinas se insurgem contra investimentos em pesquisas e programas de imunização. Estamos vendo o que tem ocorrido nos Estados Unidos, com cortes de financiamentos e alegações sobre insegurança de imunizantes — um fortalecimento da bandeira antivacina. Ofensiva que pode ter consequências devastadoras para todo o planeta.

Por aqui, a Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm) emitiu nota, na quinta-feira, sobre a gravidade da "série de declarações falsas a respeito da vacinação", feitas pelo presidente norte-americano. Recentemente, ele associou o autismo à aplicação de imunizantes na infância. A entidade é enfática: "Inúmeros estudos comprovam que não há relação entre nenhuma vacina e o transtorno do espectro autista".

Na última segunda-feira, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, conclamou

a reação dos países das Américas ante cortes em programas de vacinação e de pesquisas, "um retrocesso para a ciência, uma ameaça à vida", conforme enfatizou durante participação virtual no 62º Conselho Diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

O titular da Saúde destacou que o Brasil vai "continuar a defender as vacinas, a ciência e os sistemas públicos de saúde". E seguirá a atuar no desenvolvimento regional para a produção de imunizantes, em cooperação com instituições e empresas das Américas e do mundo.

Segundo ele, "nada impedirá o Brasil de agir diante do negacionismo". Nós sabemos bem o que uma gestão que refuta a ciência pode causar a um povo. Vimos a mortandade na pandemia, quando o país estava sob um governo que zombava da ciência, espalhava desinformação e emitia sinais dúbios sobre as vacinas. Houve mais de 700 mil mortes por aqui.

Vacinas são seguras e eficazes, atestadas por autoridades de saúde do mundo inteiro. No Brasil, estão ao alcance de todos, gratuitamente. E ao contrário do doloroso passado recente, temos um governo que se mostra empenhado em levar essa proteção à população. Ontem, o Ministério da Saúde lançou a Campanha Nacional de Multivacinação, voltada ao público de até 15 anos que está com a caderneta desatualizada. A ação começa na segunda-feira e prosseguirá até o dia 31. Todos nós temos de trabalhar juntos, atendendo sempre às convocações feitas pelas autoridades de saúde. Só assim, poderemos vencer os negacionistas que persistem por aqui ou ganham voz pelo mundo.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Aeroportos

Uma pergunta que não quer calar: será que a Infraero, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ou alguém responsável não tem um caminhão com aquele rodo gigante para poder limpar uma pista de pouso? Tem que ser manualmente, como nós limpamos a nossa cozinha? Que pobreza! Ah, mas me lembrei agora: talvez, estejam economizando dinheiro para completar os 3 bilhões e 900 milhões de reais que os políticos vão gastar em 2026 para se reeleger novamente. Pobre país!

» **Paulo Molina Prates**

Asa Norte

Antidrogas

Cadê os fervorosos discursos "contra as drogas" quando a droga em questão é o álcool? Trata-se da droga predileta de muita gente hipócrita que vive arrotando discurso "contra as drogas". Além do metanol, que tal falar dos estupros, dos acidentes de trânsito e de trabalho, das brigas de bar, da violência doméstica e dos homicídios por motivos fúteis causados por gente drogada com álcool?

» **Carlos Evaristo**

Brasília

Bebidas adulteradas

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) — cujo governo deu aval para a retomada da venda de bebidas alcoólicas nos estádios de São Paulo — é a encarnação da estultícia da direita brasileira que está entregando a reeleição de bandeja ao presidente Lula. É absolutamente inconveniente tratar desse assunto agora, quando bebidas adulteradas estão causando pavor e morte em São Paulo, com novos óbitos anunciados também em outros estados. Em vez de Tarcísio aproveitar o momento para promover conscientização sobre o alcoolismo, que causa mais de 100 mil mortes anuais no Brasil, segundo estudo recente da Fiocruz, o governador

paulista incentiva essa tragédia social também nos estádios. Lula e a esquerda agradecem.

» **Túlio M. Soares Carvalho**

Bauru (SP)

Guerra e paz

Segundo o príncipe Andrei Bolkónski, um dos principais personagens do livro *Guerra e Paz* (1867), de Liev Tolstói (1828-1910): "A guerra não é ser gentil com os outros, é a coisa mais vil da vida humana, e devemos entender isso e não brincar de guerra. Sem mais mentiras, guerra significa guerra e não é um brinquedo. A meta da guerra é assassinar, as armas de guerra são espionagem, traição e o fomento de mais traição, a destruição de pessoas, saquear sua propriedade e roubá-las para manter o Exército na estrada, falsidade e fraude". Absurdamente, a guerra, além de custosa em vidas, movimenta cifras bilionárias. Da *Ilíada* à chamada guerra ao terror do século 21, o exercício bélico tem se sustentado por uma lógica distorcida entre fins e meios, promovendo a disseminação de armamentos — das armas de fogo às bombas de destruição em massa. Os conflitos armados mostram que o vencedor final é sempre a guerra — e o derrotado é sempre o homem.

» **Marcos Fabrício**

Asa Norte

Anistia

Em 1956, os golpistas que tentaram impedir a posse de Juscelino Kubitschek foram anistiados. A história se repetiu: esses mesmos indivíduos, ou seus herdeiros ideológicos, voltaram a agir em 1964 para derrubar João Goulart, mergulhando o Brasil em 21 anos de ditadura militar marcados por violência e corrupção. O precedente é cristalino: a clemência a golpistas frequentemente se converte em um retorno violento contra a ordem democrática.

» **Gilberto Pereira Tiriba**

Santos (SP)

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O Distrito Federal tem uma das melhores polícias do país, mas não consegue descobrir quem compra os cabos de energia furtados.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Soberania digital é garantir que a inteligência artificial não substitua a inteligência humana, mas a amplifique com ética e justiça. É o direito de existir com dignidade no ciberespaço.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

Não me sinto desiludido com nossos políticos. Não sou iludido.

José Ribamar Pinheiro Filho — Asa Norte

Aumento de 390% no Fundo Eleitoral para 2026. Primeiro, a PEC da Blindagem e, agora, isso? Os caras do Congresso simplesmente não param!

Gustavo de Abreu — Brasília

Escalada de tensão entre Trump e os americanos. Chegou a hora de provar do próprio veneno.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Se Donald Trump não ganhar o Nobel da Paz vai fazer o quê? Taxar o Nobel?

Cristina Bach — Rio Grande do Sul

É estarrecedor ver pessoas morrendo por intoxicação com metanol em diferentes estados, inclusive aqui em Pernambuco. E Tarcísio prefere blindar e negar o óbvio!

Guto Santa Cruz — Recife (PE)

Aprendi muito com Jane Goodall.

Sua trajetória como bióloga mudou a forma como o mundo enxerga a natureza, especialmente os animais. Teve uma passagem magnífica pela Terra!

Marcone de Souza — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará"
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA
Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anúncio
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE — Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.

ANJ
Associação Nacional de Jornais

Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

O Anuário da Educação Brasileira



» MOZART NEVES RAMOS
Titular da Cátedra Sérgio
Henrique Ferreira do Instituto de
Estudos Avançados da USP de
Ribeirão Preto

Completando agora a sua 12ª edição, o Anuário Brasileiro da Educação Básica deve ser, na minha opinião, uma referência obrigatória para todos aqueles que estudam políticas públicas de educação em nosso país. Trata-se de uma iniciativa exitosa do Todos Pela Educação (TPE), da Fundação Santillana e da Editora Moderna, reunindo os principais dados educacionais do país de forma clara e acessível, e contribuindo, assim, com o monitoramento das políticas públicas e com o debate educacional qualificado.

A edição de 2025, seguindo as anteriores, está dividida em diversos capítulos relativos a: educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos (EJA), professores e gestão escolar, gestão dos sistemas educacionais, financiamento da educação, equidade étnico-racial, educação inclusiva e infraestrutura. Além dos dados nacionais, são fornecidos recortes estaduais, assim como uma seção especial com panoramas de cada unidade da Federação.

Nesta edição, o Anuário reforça seu papel de instrumento estratégico para pensar os próximos passos da educação no país. A publicação traz um panorama robusto sobre o presente e o passado, mas com os olhos voltados para o que está por vir. Em um ano decisivo — com as discussões sobre o

Sistema Nacional de Educação (“o SUS da Educação brasileira”, como está sendo chamado), o novo Plano Nacional de Educação (PNE, 2024-2034) e a recente assinatura do decreto que institui a Política Nacional Integrada pela Primeira Infância (PNIFI) —, o documento produzido se coloca como uma ferramenta potente para orientar o planejamento, a gestão e o debate público sobre os caminhos que o Brasil quer e precisa trilhar, como diz, com propriedade, Gabriel Corrêa, diretor de políticas públicas do Todos Pela Educação.

O Anuário chama a atenção, em particular, para o atual quadro da alfabetização no Brasil, e o faz com toda a razão, já que se trata da pedra angular de todo o processo de desenvolvimento da aprendizagem de nossas crianças. Desde 2023, o país vem utilizando o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), e nota-se que o país evoluiu muito discretamente de 2023 para 2024 — de 56% para 59,2%, respectivamente, ou seja, um crescimento de apenas 3,2%. Assim, para chegar aos 80% em 2030 — meta estipulada pelo Ministério da Educação —, muito precisará ser feito.

Creio que uma atenção maior aos cinco primeiros anos de vida de nossas crianças pode ser uma alavanca importante para acelerar esse processo de alfabetização. Ou seja, estou falando de uma educação infantil de qualidade, sem esquecer que essa etapa primeira é também estratégica para o sucesso da própria PNIFI. Nesse sentido, não tenho dúvidas de que a sociedade brasileira começou a despertar para o tema, mesmo que tardiamente, pois sabe-se, há muito, que a educação infantil é decisiva não só para o sucesso escolar da criança, mas também para seu desenvolvimento pessoal e social.

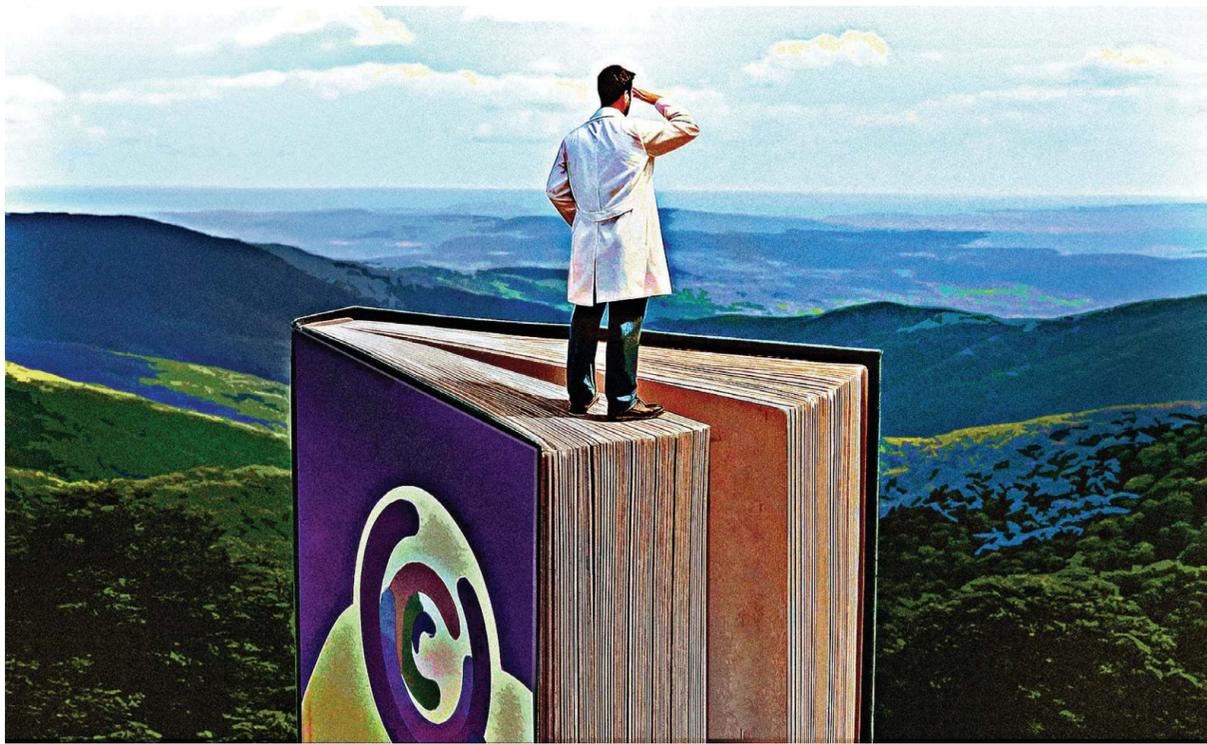
Os dados do Anuário podem contribuir muito para atestar a qualidade das metas educacionais para os próximos 10 anos relativas ao novo PNE.

A cultura do uso de dados em educação avançou bastante em nosso país com o advento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), estabelecendo metas de qualidade para o país, os estados e os municípios brasileiros, juntamente com as cinco metas da organização Todos Pela Educação. Apesar desse avanço, muito ainda precisa ser feito, especialmente na perspectiva de usar tais informações na tomada de decisão com base em evidências, deixando de vez a cultura do achismo.

É bom lembrar que o uso de dados passa também a ser essencial no modelo de financiamento público da educação, com o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); muitos municípios não estão recebendo dinheiro do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) — uma parte da complementação financeira do Fundeb — porque não conseguem cumprir com alguns de seus fatores condicionantes, como, por exemplo, avançar no aprendizado adequado e na redução das desigualdades. Além disso, não estão recebendo o dinheiro do ICMS Educacional — um mecanismo de distribuição de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que utiliza indicadores educacionais para destinar parte do imposto aos municípios, incentivando a melhora da aprendizagem e da equidade.

Muitos municípios não se prepararam para esse novo ambiente. Por isso, a própria Cátedra Sérgio Henrique Ferreira tem como uma de suas principais estratégias de atuação formar gestores públicos e técnicos educacionais para empregar dados em prol de uma educação pública de qualidade. E o Anuário é, assim, um grande aliado de governos, entidades da sociedade civil, imprensa e milhares de gestores de redes em todo o país.

Maurenilson Freire



Jane Goodall, a voz que traduziu o sentimento dos chimpanzés da África, silencia



» EDUARDO BESSA
Professor de zoologia e
comportamento animal na
Faculdade de Planaltina -
Universidade de Brasília (UnB)

Faleceu nesta quarta-feira, na Califórnia, a primatóloga Jane Goodall, aos 91 anos. Goodall foi uma poderosa voz em defesa da conservação ambiental, especialmente dos grandes primatas, nossos parentes mais próximos. Com o raro dom de trazer esperança em seu discurso conservacionista, Jane arrebanhava plateias, mobilizando muito mais a opinião pública do que aqueles que se apoiam na tática de promover o pânico. Foi isso que fez em sua visita à Universidade de Brasília (UnB), em outubro de 2023.

Nos últimos anos, Jane se dedicava à conservação ambiental, numa aparente guinada de sua carreira. No entanto, ela ganhou notoriedade internacional graças a seus 65 anos dedicados à pesquisa sobre o comportamento dos chimpanzés em Gombe, na Tanzânia. Ainda muito jovem e sem treinamento científico extensivo, Jane mudou-se para a África para acompanhar o cotidiano de um grupo de chimpanzés. Foi apenas graças à falta de vieses acadêmicos, que muitas vezes nublam a

percepção de pesquisadores veteranos, que Jane pôde enxergar nos chimpanzés de Gombe inúmeras semelhanças com a nossa própria espécie. Suas observações iniciais demonstraram que chimpanzés brincam, passam por uma fase similar à adolescência, matam seus semelhantes em guerras entre bandos, mas têm uma elaborada rede de colaboração social também.

Por ser mulher e jovem, outros cientistas zombaram dela ao perceberem que atribuía aos animais que observava qualidades tidas como exclusivamente humanas e por dar a eles nomes próprios, como Flo e Goblum. Por ser corajosa, trocou o conforto de Londres pelas selvas africanas, apesar de ser mulher e jovem na Inglaterra dos anos de 1960. Jane levou a cabo o mais longo projeto de observação animal em campo até hoje, inspirando projetos similares em diversos outros locais e com diferentes espécies. Sua intuição revolucionou a forma como o comportamento animal é estudado no campo e compreendido na teoria.

Essa é a disciplina que mais gosto de lecionar na universidade, e hoje me peguei pensando em quantas das minhas aulas foram transformadas por Jane Goodall.

A guinada na carreira de Jane Goodall, que deixou as pesquisas sobre os chimpanzés em segundo plano para se dedicar à conservação, só foi aparente. Cada dia de convívio com esses grandes macacos mostrou a ela, e a todos os que leram seus trabalhos, como não nos distanciamos tanto assim uns dos outros.

Jane deixou claro que não faz sentido estudar a vida selvagem sem defendê-la. Ela usou uma linguagem sedutora, uma narrativa imersiva em primeira pessoa e uma tonelada de casos deliciosos para levar seus leitores para a selva de Gombe numa viagem da imaginação. Nessas histórias, cada personagem era tão humano, tão real, que não apoiar esforços pela sua conservação seria imoral.

Seus esforços rodando o planeta para divulgar o instituto que leva seu nome renderam resultados. Diversas iniciativas inspiradoras voltadas para envolver crianças, especialmente meninas, na construção de um mundo melhor foram agregadas ao programa Roots & Shoots (Raízes e Brotos), criado para promover mudanças positivas a partir das iniciativas e ações das próprias crianças.

Mesmo em meio a tantas atrocidades contra o meio ambiente e contra os animais, mesmo com mais de 90 anos, Jane Goodall era uma voz cheia de energia e esperançosa, ainda que lúcida, em defesa da natureza e do direito dos animais. Suas contribuições teóricas no comportamento animal nos mostraram que nossas qualidades em relação aos animais são mais uma questão de escala do que uma particularidade humana sem equivalente no mundo animal. Suas contribuições morais ainda irão ecoar por muito tempo, até que nos tornemos um mundo mais parecido com o que ela desejava alcançar.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha@adabr.com.br



De olho na Europa (parte 2)

A Europa, berço do Iluminismo e do Humanismo moderno, vive hoje um dilema que parece resgatar fantasmas da própria história. O avanço da imigração muçulmana, intensificado por crises humanitárias no Oriente Médio e na África, encontra-se no centro de uma crescente polarização política e social dentro do continente. O que antes era tratado como um desafio de integração e multiculturalismo, agora assume contornos de ameaça existencial para populações de países como Alemanha e Inglaterra.

A comparação com o século 15, quando a Europa cristã se mobilizou contra a expansão otomana, não é mera retórica de grupos radicais, mas vem se tornando referência recorrente em discursos nacionalistas. A percepção de que o islamismo político não busca apenas coexistência, mas hegemonia cultural e religiosa alimenta movimentos que clamam por uma “reconquista” europeia — não mais de territórios perdidos, mas de valores, identidade e soberania interna. Esse sentimento, ainda que controverso, encontrou espaço nas urnas. Partidos de direita e extrema-direita, antes marginais, hoje são forças determinantes em países como França, Itália, Hungria e até a Alemanha, onde o AFD tem conquistado eleitores em regiões historicamente resistentes ao radicalismo.

Na Inglaterra pós-Brexit, o endurecimento contra a imigração tornou-se não apenas política de governo, mas também bandeira de setores sociais que veem um risco à coesão nacional. O risco imediato para a União Europeia é a fragmentação política. Se, de um lado, há governos que defendem o acolhimento de refugiados e a convivência multicultural, de outro há países que pressionam por fronteiras fechadas e políticas de deportação em massa. O resultado é uma União dividida entre a defesa de direitos universais e a exigência de proteção da identidade nacional. Essa contradição mina a própria essência do bloco, que se pretende unido justamente pela superação das diferenças históricas.

A médio prazo, o cenário pode evoluir para tensões civis mais intensas. Os protestos que se multiplicam nas ruas além das mesquitas, as marchas inglesas em defesa da “cultura ocidental” e os incidentes de violência em periferias francesas funcionam como prenúncio de uma possível escalada. Se a retórica de confronto direto se consolidar, a Europa corre o risco de assistir a uma guerra interna de narrativas e identidades, capaz de corroer suas instituições democráticas.

Por fim, há a dimensão geopolítica. Uma União Europeia mergulhada em conflitos internos enfraquece-se como ator internacional. Perde capacidade de negociação, autonomia estratégica e relevância frente às grandes potências. O continente que se orgulhava de exportar valores universais pode, paradoxalmente, fechar-se sobre si mesmo em uma nova Idade das Trevas, marcada não pela escassez de conhecimento, mas pela abundância de medo.

O futuro da União Europeia dependerá, portanto, de sua habilidade em equilibrar segurança e integração, identidade e diversidade, soberania e solidariedade. O desafio é imenso: impedir que o debate legítimo sobre imigração e islamismo político descambe para uma cruzada moderna, capaz de repetir, em pleno século 21, os piores capítulos da história europeia.

Obviamente se essa radicalização em torno da imigração muçulmana e do islamismo político ganhar corpo na Europa, os efeitos não se limitam ao plano interno: eles, inevitavelmente, repercutem nas relações externas do continente, inclusive com o Mercosul. Primeiro, porque um continente politicamente fragmentado e socialmente tensionado tende a voltar-se para dentro. Em outras palavras, a União Europeia pode reduzir seu interesse estratégico em acordos internacionais complexos, como o tratado comercial com o Mercosul, que já enfrenta resistência de países europeus preocupados com questões ambientais e agrícolas.

Se partidos nacionalistas e protecionistas se consolidarem no poder, cresce a tendência de fechamento dos mercados europeus a produtos agrícolas do Mercosul, sob o argumento de proteger o produtor local. O que hoje é visto como ameaça à competitividade de agricultores franceses e irlandeses poderia transformar-se em bloqueio político permanente. Isso abriria espaço para que potências como China e Estados Unidos ampliassem sua influência sobre a América do Sul, diminuindo a relevância estratégica da União Europeia para o Mercosul.

A frase que foi pronunciada:

Por muito tempo, alguns políticos preguiçosos envolveram líderes de comunidades muçulmanas como um atalho para o engajamento de cidadãos muçulmanos marginalizados.

Sadiq Khan

História de Brasília

A Asa Norte do Plano Piloto continua com os mesmos problemas de há seis meses. No lado comercial, não há compradores, e no lado residencial, não há comerciantes.
(Publicada em 10/5/1962)

Diferenças na diversidade

Baseado em dados de 47 mil indivíduos com autismo, estudo sugere que pessoas diagnosticadas no início da infância têm perfis genéticos distintos daquelas cuja identificação ocorreu mais tarde. Resultado tem implicações clínicas, dizem autores

» PALOMA OLIVETO

A idade do diagnóstico inicial de autismo está associada a perfis genéticos específicos, assim como diferentes trajetórias do neurodesenvolvimento. A conclusão é de uma equipe internacional de cientistas, coordenada pela Universidade de Cambridge, no Reino Unido. O artigo, publicado na revista *Nature*, lança luz sobre a complexidade do espectro autista, sugerindo que não se trata de uma condição única, mas de um transtorno composto por múltiplas variantes do DNA e causas diversas.

Os pesquisadores analisaram dados de mais de 47 mil pessoas com TEA em grandes levantamentos internacionais. Também acompanharam trajetórias de desenvolvimento socioemocional de crianças incluídas em três diferentes estudos na Austrália e no Reino Unido. Os cientistas investigaram fatores poligênicos: conjuntos de milhares de variantes que podem, coletivamente, moldar traços particulares.

Segundo os autores, fatores poligênicos comumente herdados explicam cerca de 11% da variação na idade em que o transtorno é identificado. O índice é comparável ao impacto de variáveis clínicas e sociodemográficas que, também em conjunto, contribuem por pelo menos 15% da diferença no momento de diagnóstico de TEA, se no início da infância, ou mais tardiamente.

Padrões

O estudo, liderado por Xinh Zhang, pesquisadora da Universidade de Cambridge, sugere dois padrões distintos do transtorno. No primeiro, crianças apresentam dificuldades socioemocionais desde a primeira infância. Essas adversidades permanecem estáveis ou sofrem uma leve diminuição na adolescência. Segundo os pesquisadores, trata-se do grupo de pacientes que costuma receber o diagnóstico mais precoce. Na segunda trajetória, características do TEA aparecem um pouco mais tarde e, na adolescência, são acentuadas. A identificação da condição, nesses casos, costuma ocorrer anos depois.

Não se trata, porém, de diferenças meramente clínicas. Os cientistas descobriram que esses perfis também se refletem no nível genético. Eles identificaram dois conjuntos de variantes genéticas que, combinadas, aumentam a propensão ao autismo. Um desses fatores poligênicos está associado ao diagnóstico precoce e correlaciona-se com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH).

Já o outro, associado à detecção mais tardia, relaciona-se mais geneticamente com TDAH, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e comportamento

Africa Studio/stock.adobe.com/Divulgação



Segundo a pesquisa, crianças diagnosticadas mais cedo têm manifestações clínicas e perfis genéticos diversos

Palavra de especialista

Novas terapias

O autismo é uma condição heterogênea que tem sido relacionada a fatores genéticos e ambientais, e pode ser classificado como de início mais precoce ou de mais tardio — neste segundo grupo, frequentemente associado a distúrbios de déficit de atenção e hiperatividade, entre outros transtornos. O que o estudo demonstra é que os dois grupos, conforme a idade de início dos sintomas, parecem ter bases genéticas distintas. Assim, a pesquisa ajuda a

explicar que a variabilidade clínica do autismo está, pelo menos em relação à sua idade de início, relacionada a um conjunto de pequenas variações na constituição genética. O estudo dessas variantes, em que genes se localizam, qual o seu papel no organismo, e como interagem com outros genes e com o ambiente poderá ajudar na compreensão do autismo, abrindo novas avenidas para a investigação de terapias para o TEA.

Roberto Giugliani, coordenador de doenças raras da Dasa Genômica

de automutilação. “O que descobrimos é que não existe um único caminho genético para o autismo. Existem pelo menos dois, com consequências distintas ao longo da vida”, explica Varun Warriar, também da Universidade de Cambridge.

Prática

Os cientistas destacam que a diferenciação é importante não apenas para a

fatores sociais e culturais também influenciam fortemente a idade de identificação do TEA. O acesso a serviços de saúde, a conscientização das famílias, o estigma e algumas diferenças de gênero desempenham papel significativo, alegam. Estudos mostram que meninas tendem a ser diagnosticadas mais tarde, porque seus sintomas são menos evidentes ou confundidos com outras condições de saúde mental.

A especialista em neuropsicologia Michelle Andrade, professora de psicologia do Ceub, acredita que o estudo reforça a importância da individualização da abordagem. “Para a prática clínica, isso significa a necessidade de diagnósticos mais sensíveis e de intervenções personalizadas. Não há uma fórmula única: cada pessoa no espectro merece uma avaliação individualizada e apoios específicos, respeitando sua forma de ser e de se desenvolver”, diz.

O neurologista Carlos Uribe, do Hospital Brasília, Rede Américas, ressalta que, como o estudo ainda é preliminar, não há como definir uma nova estratégia de diagnóstico precoce. “A recomendação continua sendo de fazer um rastreio ativo. Frente a qualquer queixa de alteração do desenvolvimento, e dificuldade de interação social e linguagem, abrir a possibilidade de a pessoa realmente ter TEA. Os maiores benefícios vêm de intervenções precoces.”

Duas perguntas para

LEANDRO FREITAS OLIVEIRA, doutor em neurologia e neurociências, professor da Universidade Católica de Brasília

Por que alguns sinais do autismo aparecem logo nos primeiros anos de vida, enquanto em outras pessoas mais tardiamente?

Primeiramente, é importante dizer que a biologia não é exata. Logo, temos variações tanto na manifestação dos sintomas, quanto no início do seu aparecimento. O autismo é uma condição marcada por alterações no desenvolvimento cerebral, especialmente em regiões associadas à comunicação social, percepção sensorial e regulação emocional. Em algumas crianças, essas diferenças podem ser percebidas já nos primeiros anos, pois o desenvolvimento da linguagem, da interação social e da brincadeira simbólica funciona como um “marcador precoce” do transtorno. Entretanto, em outros casos, o cérebro consegue, por um período, funcionar de forma compensatória, mascarando essas diferenças, seja pela plasticidade neural, seja pelo suporte ambiental. É comum que sinais mais sutis só se tornem evidentes em fases de maior demanda social e cognitiva, como na adolescência e idade escolar, quando a complexidade das relações interpessoais e das exigências pedagógicas expõe fragilidades que antes estavam encobertas.

O estudo aponta uma ligação entre diagnóstico tardio e maior risco de transtornos mentais. Como é essa relação?

O diagnóstico tardio para qualquer transtorno é sempre um problema, afinal implica anos de dificuldades não reconhecidas, o que pode sobrecarregar os sistemas de estresse do cérebro, levando a quadros de ansiedade e depressão. Além disso, o funcionamento executivo, (responsável pelo manejo das emoções, tomadas de decisões e estabelecimento de metas), área logo atrás da nossa testa, tende a estar alterado no autismo, o que também é observado no TDAH. Isso explica a elevada comorbidade: as mesmas redes de atenção, planejamento e inibição comportamental estão implicadas. A ausência de suporte adequado intensifica o impacto dessas dificuldades, resultando em maior vulnerabilidade a transtornos afetivos e de regulação emocional. (PO)

OBITUÁRIO

Jane Goodall, primatologista, 91 anos

Considerada a pioneira no estudo dos chimpanzés, a primatologista britânica Jane Goodall, morreu, ontem, aos 91 anos, de causas naturais, segundo o instituto fundado por ela e que leva seu nome. Autora de diversos livros e protagonista de documentários e programas para a TV, a cientista também era palestrante e estava na Califórnia, nos Estados Unidos, para um ciclo de debates.

“Suas descobertas como primatologista revolucionaram a ciência. Ela era uma ativista incansável pela proteção e restauração do nosso mundo natural”, acrescentou o Instituto Jane Goodall. A pesquisadora também era mensageira da paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em missões pioneiras na Tanzânia, Goodall desenvolveu uma abordagem para se aproximar e interagir com os primatas até então nunca testada com chimpanzés. “Ela imitava os animais, sentava-se com eles em árvores e compartilhava suas bananas”, lembrou o comunicado. Com essa aproximação, foi a primeira a descobrir que a espécie, assim como os seres humanos, usa ferramentas e têm emoções.

Nascida em 3 de abril de 1934 em Londres, no Reino Unido, desde a infância Jane Goodall demonstrou amor e devoção aos animais. Na década de 1950, viajou para a África pela primeira vez. Aos 26 anos, sob a orientação do paleoantropólogo Louis Leakey, iniciou o estudo histórico sobre chimpanzés selvagens em Gombe, na Tanzânia.

Conservação

A revelação de que esses animais fabricam e usam ferramentas abalou o mundo científico e redefiniu a compreensão da relação entre humanos e outras espécies. Em 1977, a cientista fundou o Instituto Jane Goodall e, hoje, 24 centros de pesquisa pelo mundo trabalham em apoio à abordagem holística e de conservação da cientista. Entre eles, há dois santuários para chimpanzés órfãos e campanhas de capacitação em 70 países.

“Jane Goodall foi uma cientista à frente de seu tempo, corajosa e até mesmo incompreendida em seus primeiros dias, que rompeu com os padrões e redefiniu o que significa abordar os animais com respeito e empatia”, definiu Miquel Llorente, chefe do Departamento de Psicologia da Universidade de Girona, na Espanha. “O que hoje aceitamos como evidência científica foi revolucionário na época: observações detalhadas, paciência infinita e uma abordagem profundamente humana que humanizou os chimpanzés e, por sua vez, nos conectou com nosso lado mais animal.”

Especializado na evolução da inteligência e nas origens da linguagem, Klaus Zuberbuehler, professor de Psicologia na Universidade de St. Andrews, no Reino Unido, disse que a cientista foi uma grande inspiração. “Para nós, primatologistas, ela abriu caminho para o mundo secreto de nossos parentes vivos mais

AFP



Goodall com a chimpanzé Nana, no Zoológico de Magdeburg, na Alemanha: conexão profunda com a espécie

próximos, os chimpanzés, e nos lembrou continuamente que não existe chimpanzé, mas sim indivíduos com suas peculiaridades, personalidades, ambições e

histórias”, disse. “Sua capacidade de estabelecer uma conexão humana com eles nos proporcionou uma compreensão mais profunda de quem somos.”

Goodall foi casada duas vezes e teve um filho, Hugo Eric Louis, do primeiro casamento, com o fotógrafo da vida selvagem e nobre holandês Hugo van Lawick.

CÂNCER DE MAMA
UMA REDE DE CUIDADOS

Compromisso para zerrar fila de mamografias

Parceria do GDF com a iniciativa privada vai reduzir a espera de mulheres que aguardam pelo exame

» MILA FERREIRA

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), afirmou, ontem, que o programa "O câncer não espera" vai zerrar a fila da mamografia na rede pública de saúde do DF. O anúncio foi feito durante a participação de Celina Leão no *CB.Debate* — *Câncer de mama: uma rede de cuidados*, realizado pelo *Correio Braziliense* na tarde de ontem. O evento foi apresentado pelas jornalistas Carmen Souza e Sibebe Negromonte.

O programa é uma parceria da Secretaria de Saúde do DF (SES) com o laboratório Sabin e o Banco de Brasília (BRB). "Vamos zerrar a fila de mamografia", garantiu. "A prevenção é o caminho certo, principalmente no caso do câncer de mama", disse a vice-governadora. "Se detectado no início, o grau de recuperação é de até 90%", destacou Celina.

Ela anunciou que, por meio do programa, o tempo de espera para quimioterapia na rede pública do DF também está diminuindo. "Hoje, as pessoas esperam entre 15 e 18 dias, entre o diagnóstico e o início do tratamento. Queremos diminuir esse tempo ainda mais, para uma semana no máximo. Antes, a fila era de três a quatro meses, pois tínhamos uma demanda maior do que a oferta — a nossa rede está estrangulada por conta dos atendimentos de alta complexidade", contou.

Como exemplo da alta demanda de exames e tratamentos para o câncer de mama no Distrito Federal, Celina mencionou estatísticas de 2023. "Só aqui, no DF, foram diagnosticados 1.030 novos casos, sendo que 618 pacientes precisaram de rádio ou quimioterapia. Isso mostra que é preciso discutir, de forma mais rápida, a questão do tratamento e prevenção", detalhou.

A necessidade de fazer os exames preventivos, principalmente o autoexame, foi outro ponto ressaltado pela vice-governadora durante o *CB.Debate*. "Muitas mulheres nunca fizeram o autoexame. Há uma dificuldade de conscientização por causa do preconceito enraizado na sociedade", lamentou.

Apelo ao cuidado

A secretária da Mulher do DF, Giselle Ferreira, também participou do debate e ressaltou a importância de promover a prevenção em todas as áreas da vida da mulher. "Precisamos viver em um mundo que foque na prevenção. Nosso trabalho, na Secretaria da Mulher, enfatiza tanto a prevenção à violência de gênero quanto a prevenção de doenças", afirmou.

Giselle destacou ainda que o autocuidado deve ser permanente, mas ganha reforço durante o Outubro Rosa. "A prevenção é o melhor caminho, porque nos permite identificar qualquer tipo de doença logo no início. Neste mês, o foco está no câncer de mama, e abrimos este evento com chave de ouro para alcançar as mulheres e lembrá-las da importância de buscar a prevenção e cuidar de si. A Secretaria da Mulher atua de janeiro a janeiro, mas em outubro intensificamos essa pauta de saúde", enfatizou. "A informação é muito importante salva a mulher e leva até ela os meios para que ela possa perceber os sinais", finalizou Giselle.

Papel social

O presidente do *Correio Braziliense*, Guilherme Machado, destacou o papel social do jornal na conscientização para a prevenção de doenças, como o câncer de mama. "Essa doença destrói vida de mulheres e tem uma prevenção tão simples. Mais uma vez, o *Correio* e os *Diários Associados* cumprem o seu papel social de debater, de orientar e incentivar as mulheres a fazerem os exames preventivos do câncer de mama", afirmou o presidente.

"O câncer de mama é uma doença evitável, por isso, fizemos questão de juntar essa equipe de especialistas para conscientizar o público feminino da necessidade do autoexame" ressaltou.

Fotos: Ed Alves CB/DA Press



Muitas mulheres nunca fizeram o autoexame. Há uma dificuldade de conscientização por causa do preconceito enraizado na sociedade"

Celina Leão,
vice-governadora do DF



A informação é muito importante, salva a mulher e leva até ela os meios para que ela possa perceber os sinais"

Giselle Ferreira,
secretária da Mulher do DF



Mais uma vez, o Correio Braziliense cumpre o seu papel social de debater, orientar e incentivar as mulheres a fazerem os exames preventivos do câncer de mama"

Guilherme Machado,
presidente do Correio

O câncer não espera

Mencionado pela vice-governadora Celina Leão no *CB.Debate*, o programa "O câncer não espera, o GDF também não" foi lançado em julho deste ano e promete a ampliação dos acessos a diagnósticos e tratamentos oncológicos na rede pública do DF.

Externamente, o GDF complementou os serviços oncológicos com o credenciamento da rede privada e ampliou as unidades de atendimento para oito. O credenciamento de clínicas e hospitais especializados teve início em maio. Foram investidos mais de R\$ 14 milhões para permitir que pacientes na fila de espera pudessem começar o tratamento.

Segundo a SES-DF, em março, a fila de espera era de 1.519 pessoas, sendo 889 pacientes da oncologia e 630 pacientes da radioterapia. Com as novas medidas adotadas, até julho, houve uma redução para 1.084 pacientes — o que representou a queda de 25% no número de pacientes na oncologia, um total de 669, e 34% na radioterapia, com 415. Além disso, houve uma diminuição nos dias de espera, de 74 para 51 na fila oncológica, e de 54 para 30 na fila radioterápica, quedas de 31% e 44%, respectivamente.

Os pacientes oncológicos são classificados na lista de prioridade por meio de um carteirinha e encaminhados a uma fila única, que é coordenada pela Central de Regulação Unificada. Essa classificação permite uma jornada prioritária dentro da rede pública, que se inicia na triagem com oncologista para inclusão qualificada, segue para consulta com especialista com indicação de exames complementares, até chegar ao tratamento ativo, com início do primeiro ciclo, e encaminhamento para cirurgia, radioterapia ou acompanhamento.

O autoexame

O autoexame citado pela vice-governadora Celina Leão é o toque realizado pelas mulheres nos próprios seios para detectar alterações que mereçam atenção. Especialistas recomendam que seja feito mensalmente, alguns dias após o fim da menstruação. Para mulheres que já passaram pela menopausa, o ideal é

escolher um dia fixo no mês para fazê-lo.

O ideal é realizar o toque nos seios com a mão oposta, utilizando os dedos para apalpar a mama com movimentos circulares, explorando todo o seio até a axila, sempre atentas ao surgimento de possíveis nódulos ou alterações na estrutura da mama.

Especialistas destacam, entretanto, que o autoexame não substitui a mamografia. O exame pode ser realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) a partir dos 40 anos, com pedido médico. A partir dos 50, qualquer mulher pode chegar e realizar o exame em qualquer unidade da rede pública de saúde.

CÂNCER DE MAMA

UMA REDE DE CUIDADOS

Fotos: Ed Alves CB/DA Press



Caminhos para o cuidado integral

Prevenção, diagnóstico precoce, tratamento multidisciplinar e qualidade de vida são pilares no enfrentamento à doença

» VITÓRIA TORRES
» LUIZ FELLIPE ALVES
» JÚLIA CHRISTINE*

O primeiro painel do *CB.Debate — Câncer de Mama: uma rede de cuidados*, promovido pelo *Correio Braziliense*, trouxe o tema “Os caminhos para o cuidado integral” e marcou a abertura da programação do Outubro Rosa, mês dedicado à conscientização sobre prevenção e diagnóstico precoce da doença.

Um dos participantes do painel, o oncologista Cristiano Resende, da Oncoclínicas, destacou que é fundamental enxergar a paciente em toda a sua dimensão humana. “Não estamos tratando apenas uma paciente ou uma mulher, mas também uma mãe, uma filha, uma esposa. Ela está inserida em um contexto social e isso precisa ser entendido no momento do cuidado.”

Resende lembrou que a jornada da paciente começa muito antes do diagnóstico. “O que a gente não quer é que essa mulher chegue até nós, no consultório. O câncer de mama é o mais prevalente e a previsão do Instituto Nacional do Câncer (Inca) é de mais de 70 mil novos casos por ano no Brasil”, apontou.

Segundo ele, há um dado preocupante: a doença vem atingindo pessoas cada vez mais jovens. “Como evitar que isso aconteça? Mudança de hábitos de vida. Não dá para falar em prevenção sem falar em estilo de vida. A atividade física, por exemplo, influencia todas as etapas do câncer”, afirmou.

O médico reforçou que a prática regular de exercícios reduz as chances de desenvolver a doença e beneficia mulheres já diagnosticadas. “Mesmo quem já teve câncer de mama pode ganhar qualidade de vida e diminuir o risco de recidiva. Estudos mostram que mulheres que passam a praticar atividade física reduzem em até 40% as chances de o câncer voltar. Muitas vezes, a quimioterapia oferece um ganho de 20% a 30%”, comparou.

Ele também ressaltou as dificuldades enfrentadas no cotidiano das pacientes. “É importante falar de atividade física, de dieta, de perder peso. Mas como cobrar isso de uma mulher que tem jornada dupla ou tripla, cuida da casa, das crianças, acorda cedo e trabalha até tarde? Que horas ela vai conseguir se exercitar ou fazer uma mamografia? É muito fácil falar. Porém, precisamos lembrar que falta apoio para essas mulheres.”

Tratamento

Nesse cenário, a oncologista clínica Jana Pacífico, coordenadora da Oncologia do Hospital Brasília, que também participou do debate, defendeu um tratamento personalizado, estruturado em quatro pilares principais: prevenção, diagnós-

tico precoce, cuidado multidisciplinar e qualidade de vida.

“Cessar o tabagismo, reduzir a ingestão de bebidas alcoólicas, praticar atividade física regular e manter uma alimentação equilibrada, evitando industrializados, são medidas fundamentais. E não é só em outubro. O Outubro Rosa é um lembrete, mas a prevenção deve ser

constante.”

O segundo pilar é o diagnóstico precoce, ainda um desafio no Brasil. Jana lembrou que muitas mulheres não conseguem acesso rápido a exames como mamografia e biópsia ou a consultas com especialistas, o que retarda o início do tratamento. “As estatísticas mostram que pacientes diagnosticados em

estágio inicial têm chances de cura acima de 90%. A mamografia não impede que o câncer apareça, mas permite identificá-lo em uma fase inicial”, disse.

Para ilustrar, a médica contou um episódio vivido no consultório. “Uma paciente me disse: ‘Doutora, faço mamografia todos os anos e ainda assim tive câncer’. O exame



É importante a mulher se olhar no espelho. Apalpar os próprios seios, as axilas. Isso é fundamental para a prevenção e o diagnóstico precoce”

Nadya Guimarães,
mastologista



As estatísticas mostram que pacientes diagnosticados em estágio inicial têm chances de cura acima de 90%”

Jana Pacífico,
oncologista



O que a gente não quer é que essa mulher chegue até nós, no consultório. O câncer de mama é o mais prevalente e a previsão do Instituto Nacional do Câncer (Inca) é de mais de 70 mil novos casos por ano no Brasil”

Cristiano Resende, oncologista

guém trata o câncer sozinho. O oncologista não pode atuar isolado. É preciso trabalhar em conjunto com mastologistas, radioterapeutas, fisioterapeutas, psicólogos e nutricionistas. Assim, conseguimos ajustar o cuidado de acordo com as necessidades de cada paciente.”

O último ponto ressaltado por Jana é a qualidade de vida durante o tratamento, aspecto frequentemente negligenciado. Alterações hormonais, menopausa precoce, baixa autoestima e mudanças na vida sexual são consequências que afetam profundamente as mulheres. “Precisamos ouvir essas queixas e manejá-las de forma adequada. Se a paciente não se sente bem, a adesão ao tratamento fica comprometida. Melhorando a qualidade de vida, naturalmente, melhoramos a adesão.”

O cuidado, acrescenta, deve incluir a rede de apoio da paciente. Filhos, companheiros, mães e pais precisam estar inseridos no processo de compreensão e enfrentamento da doença. “O câncer de mama não afeta apenas a mulher, mas toda a família. Por isso, o acolhimento deve ser coletivo”, concluiu.

Estigma

Também presente no primeiro painel, a mastologista do Hospital Anchieta Nadya Guimarães afirmou que a quantidade de informações falsas na internet é perigosa para pacientes com câncer. “Muitas mulheres chegam ao consultório com receio de fazer a mamografia. Dizem que isso vai causar câncer, mas essa afirmação é mentira. A mamografia é o único exame confiável para detectar e rastrear o câncer.”

Segundo Nadya, muitas mulheres têm vergonha de se tocar e de conhecer o próprio corpo. “É importante a mulher se olhar no espelho. Apalpar os próprios seios, as axilas. Isso é fundamental para a prevenção e o diagnóstico precoce”, observou.

Vários estigmas ainda rodeiam os pacientes oncológicos e, por isso, Nadya reforça que pedir ajuda não é sinal de fraqueza. “Naquele momento ruim, o que a pessoa mais precisa é de um abraço, de desabafar e de chorar. Por isso, é importante o amparo familiar para ajudar a paciente a absorver esse diagnóstico.”

A médica afirmou que não é indicado consultar serviços de inteligência artificial ou sites sem credibilidade para dúvidas sobre a doença. “Muitas pessoas procuram o Chat GPT e o Google para tirar dúvidas. Isso causa uma bagunça muito grande na vida do paciente. Muitas vezes, as pessoas chegam chorando ao consultório porque leram algo que a IA disse e já decretou o fim”, ressaltou.

*Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho

CÂNCER DE MAMA

UMA REDE DE CUIDADOS

Fotos: Ed Alves CB/DA Press



Mais acesso ao diagnóstico precoce

Oncologistas destacam a importância do exame de mamografia para ampliar a taxa de cura entre as pacientes

» MARIANA SARAIVA
» VITÓRIA TORRES
» LUIZ FELLIPE ALVES

O segundo painel do CB Debate *Câncer de mama: uma rede de cuidados* ocorreu ontem, no auditório do **Correio Braziliense**, e teve como tema os desafios reais da jornada oncológica. O oncologista Anderson Silvestrini, do Hospital DF Star (Rede D'Or) e vice-presidente do Conselho Científico da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama), destacou a importância do rastreamento como estratégia fundamental para detectar o câncer em estágios iniciais. Segundo ele, o evento marca o início de um mês de mobilização. "Estamos abrindo com chave de ouro, discutindo acessibilidade ao diagnóstico precoce e melhores práticas para aumentar as taxas de cura e de sobrevivência das pacientes", afirmou.

Silvestrini ressaltou que a mamografia de rastreamento é essencial porque permite identificar lesões ainda não palpáveis. "Quando diagnosticamos cedo, aumentamos muito a taxa de cura", explicou. De acordo com o médico, cerca de 30% dos diagnósticos no Brasil ocorrem antes dos 40 anos, o que exige atenção redobrada das mulheres a qualquer alteração no corpo. Ele defendeu que a faixa etária para a realização do exame seja repensada. "Hoje, abaixo dos 40 anos, a mamografia é feita sob demanda médica. Mas, entre 40 e 50 anos, deveria estar disponível para todas, sem necessidade de solicitação prévia, exceto nos casos de suspeita clínica", afirmou.

Silvestrini lembrou ainda que 10% a 15% dos casos têm origem genética, o que torna importante investigar mutações em famílias com histórico da doença. "A avaliação molecular pode ser decisiva para orientar prevenção e tratamento", disse. Além do aspecto clínico, ele ressaltou a relevância do apoio familiar e psicológico. "Muitas pacientes se preocupam mais com os filhos ou o parceiro do que com elas mesmas. Ter alguém que ouça, acolha e participe da discussão faz diferença. Isso inclui familiares e também a equipe de saúde que acompanha a paciente ao longo dos anos."

Avanços

O oncologista também abordou os progressos nos tratamentos medicamentosos. "Cada droga tem seus benefícios e efeitos colaterais, mas hoje existem medidas preventivas eficientes que minimizam os impactos. Além disso, terapias-alvo, imunoterapia e bloqueadores hormonais permitem melhor qualidade de vida durante o tratamento. Por isso, não se deve ter receio de iniciar a terapia por medo dos efeitos colaterais", ressaltou.

Silvestrini reforçou que a prevenção e o rastreamento devem



Hoje, com os avanços, muitas mulheres com câncer metastático vão viver muito tempo"

Ana Carolina Salles,
oncologista clínica
da Rede D'Or



Quando diagnosticamos cedo, aumentamos muito a taxa de cura"

Anderson Silvestrini,
oncologista do Hospital DF Star
(Rede D'Or) e vice-presidente do
Conselho Científico da Federação
Brasileira de Instituições
Filantrópicas de Apoio à
Saúde da Mama (Femama)



Toda mulher, até os 65 anos, que teve um diagnóstico de câncer deve passar por um aconselhamento genético"

Andreza Souto,
oncologista

estar disponíveis durante todo o ano. "Mamografia, papanicolau, PSA e, futuramente, o teste de HPV são medidas essenciais. O Outubro Rosa é um lembrete importante, mas a atenção à saúde deve ser constante", concluiu.

Sem "ponto final"

Também presente no painel, a oncologista clínica da Rede D'Or, Ana Carolina Salles, destacou que o câncer de mama metastático não

deve ser encarado como um ponto final. "O diagnóstico mexe muito com a paciente e a família. Mas hoje, com os avanços, muitas mulheres com câncer metastático vão viver muito tempo — e uma pequena parcela, inclusive, pode alcançar a cura", afirmou.

Para a especialista, a atenção deve ser integral. "Estamos cuidando de uma paciente, não apenas de uma doença. Muitas mulheres escolhem continuar trabalhando mesmo durante o tratamento. Não

é fácil, mas tratamos para que elas possam viver", disse.

Ana Carolina ressaltou a importância da equipe de cuidados paliativos, que deve acompanhar a paciente desde o início do diagnóstico. "Esse apoio traz um olhar completo, considerando demandas psicológicas, expectativas e desejos. A paciente pode optar, por exemplo, por não ser entubada e passar seus últimos momentos em casa, com a família", explicou.

A médica lembrou que, apesar

das dificuldades, é fundamental valorizar a vida. "Um câncer metastático não é o fim da linha. É um percurso marcado por desafios, mas a mulher continua viva, e essa luta precisa ser reconhecida", reforçou.

Mulheres jovens

A oncologista chamou atenção para o aumento de diagnósticos em pacientes jovens. "A mediana de idade é de 50 anos ou mais, mas

temos recebido mulheres entre 35 e 40 anos. Isso acende um alerta e está relacionado a fatores como sedentarismo, obesidade, sobrepeso, questões ambientais e até o uso de implantes hormonais", explicou.

Embora 75% dos casos ocorram em mulheres acima de 50 anos, cerca de 25% são diagnosticados antes dessa faixa etária. "Uma grande vitória foi a aprovação da mamografia anual a partir dos 40 anos pelo SUS, assim como ocorre na rede privada. Antes, o exame era ofertado apenas a partir dos 50 e de forma bianual", destacou.

Para ela, a informação é uma das armas mais poderosas contra a doença. "O Outubro Rosa é um momento de divulgar informação de qualidade. Muitas vezes, é a porta de acesso para quem depende do sistema público de saúde", concluiu.

Genética

De acordo com a oncologista clínica Andreza Souto, deve ser realizado o aconselhamento genético para identificar possíveis causas hereditárias de câncer. "Às vezes, apenas os homens da família apresentam quadros de câncer, mas isso pode indicar uma mutação genética na família", afirmou.

"Toda mulher, até os 65 anos, que teve um diagnóstico de câncer deve passar por um aconselhamento genético e realizar uma testagem genética para avaliar o tipo desse câncer", afirmou Andreza. Segundo a médica, em casos hereditários, as chances de câncer de ovário sobem para 50%. Taxa muito elevada do que as chances de uma pessoa média, que chega a 1%. "Por isso é importante realizar exames. Se temos essa informação antes, conseguimos promover uma prevenção oncológica", ressaltou.

No cenário nacional, Andreza lamenta que ainda é muito difícil ter acesso ao aconselhamento genético. "Conseguimos em alguns locais, mas é algo que ainda está distante em um contexto geral. Temos um atraso muito grande entre as cidades", afirmou. Ela acredita que quanto mais essas informações forem disseminadas, melhor. "No meu consultório, 40% das mulheres não são pacientes do câncer e procuram essas informações do teste genético. O cenário de escassez está mudando", ressaltou.

No cenário nacional, Andreza lamenta que é muito difícil ter acesso ao aconselhamento genético. "Conseguimos em alguns locais, mas é algo que ainda está distante em um contexto geral. Temos um atraso muito grande entre as cidades", afirmou. Ela também acredita que quanto mais essas informações forem disseminadas, melhor. "No meu consultório, 40% das mulheres não são pacientes de câncer e procuram essas informações do teste genético. O cenário de escassez está mudando", disse.



ANA MARIA CAMPOS
camposanamarca5@gmail.com



Renato Alves/Agência Brasília

Em carta, Barroso elogia equipe de segurança do governo Ibaneis

O ministro Luis Roberto Barroso, ao deixar a presidência do STF, enviou nesta semana ao governador Ibaneis Rocha (MDB) uma carta agradecendo todo o apoio recebido do Governo do Distrito Federal nos dois anos de sua gestão como chefe do Poder Judiciário. Barroso afirmou que teve “valioso suporte” da área de segurança e citou o empenho do secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar; do secretário-executivo de Segurança, Alexandre Rabelo Patry; da comandante-geral da Polícia Militar, coronel Ana Paula Habka; e do delegado-geral da Polícia Civil, José Werick de Carvalho. “A atuação diligente e comprometida desses agentes mostrou-se determinante para os resultados alcançados, razão pela qual merece ser formalmente enaltecida como exemplo de compromisso institucional e de relevante serviço público”, registrou Barroso. O ex-presidente do STF pediu que a menção elogiosa aos quatro integrantes da equipe de Ibaneis seja consignada em seus registros funcionais, “como forma de enaltecer a exemplar conduta e os relevantes serviços prestados”.

Lula sanciona lei que abre possibilidade para Arruda concorrer em 2026

O presidente Lula sancionou, com vetos, o Projeto de lei Complementar 219/2025 que altera a Lei das Inelegibilidades e a Lei da Ficha Limpa. Uma das medidas mantidas é a que prevê a contagem da pena de inelegibilidade a partir da condenação por atos de improbidade administrativa em colegiado e não mais após a publicação do trânsito em julgado ou do cumprimento da pena. Com isso, o prazo de punição fora das disputas eleitorais é encurtado porque, em geral, os processos levam anos em tramitação e, pelas regras anteriores, a pena só começava a contar quando a disputa chegava ao fim. A nova lei beneficia o ex-governador José Roberto Arruda, que está afastado das eleições desde 2010. Em agosto de 2014, Arruda foi condenado em segunda instância em ação de improbidade administrativa da Operação Caixa de Pandora. Com a regra anterior, ele ainda estava, até os dias atuais, fora do jogo político porque o processo não foi concluído e a pena começaria a contar apenas quando não coubessem mais recursos. Com a mudança, ele ficou inelegível por oito anos, até agosto de 2022. Agora, já está apto a concorrer, segundo a interpretação do advogado de Arruda, Francisco Emerenciano. Mesmo se houver novas condenações em ação de improbidade da Pandora, ele não será afetado porque a nova lei estabelece que a contagem, nesses casos, também vale a partir da primeira condenação em tribunais colegiados.

Arquivo pessoal



Arquivo pessoal



Confraternização

O primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), desembargador Roberval Belinati, apresentou-se ao presidente Lula, na cerimônia de posse da ministra Verônica Abdalla Sterman no Superior Tribunal Militar (STM). Belinati

disse a Lula que considera uma grande honra participar com ele da solenidade do Judiciário. Lula agradeceu e deu um forte abraço no magistrado. “O presidente foi acolhedor e muito simpático. Ele foi muito aplaudido na cerimônia e estava sorridente e feliz na posse da ministra”, contou Belinati.

Alexandre Guzanhe/EM/D.A Press



Meta é o Executivo

A aposta entre políticos mineiros é de que o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), vai mesmo para a disputa presidencial porque não tem pretensões de se eleger para nenhum cargo no Congresso. Não é um político do Legislativo. Se não tiver sucesso, pode ser um fiel da balança no segundo turno das eleições de 2026, levando um importante eleitorado, o mineiro, no qual desfruta de popularidade.

Melhor fase

A avaliação entre políticos de oposição ao governo, fora do campo bolsonarista, é de que o presidente Lula vive seu melhor momento no mandato 3. É o responsável é o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que criou uma bandeira de defesa da soberania nacional para Lula hastear, a partir do tarifaço e das ameaças do presidente Donald Trump.

Fotografia do momento

O momento é de cautela entre os políticos de direita. A aposta é de que hoje o presidente Lula seria reeleito. Mas essa é apenas a fotografia do momento. Ninguém vence eleição um ano antes.

Instagram



Uma chance de se apresentar

Quem acolhe e cuida de animais abandonados tem uma chance de se apresentar ao governo para ser ajudado com políticas públicas. A Secretaria Extraordinária de Proteção Animal, em parceria com o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDEF), lançou ontem o Formulário de Protetores de Animais. A ferramenta on-line vai identificar voluntários e entidades que acolhem cães e gatos no DF e no Entorno, subsidiando a pasta na implementação de ações mais eficientes de proteção animal. O questionário reúne informações como número de animais acolhidos, local de acolhimento, recursos utilizados e principais desafios enfrentados pelos protetores. E não são poucos. Os dados coletados vão auxiliar a secretaria no planejamento de políticas públicas voltadas ao cuidado, à assistência e à proteção dos animais.

Divulgação



População de Belém é uma das que mais visita museus do Brasil

Com a inauguração no próximo sábado (4/10) do Museu das Amazônias, um dos principais legados da COP30, que tem a Vale como parceira estratégica, a população de Belém terá mais um motivo para se orgulhar de ser uma das cidades que mais frequentam museus no Brasil — 35% dos moradores têm esse hábito, enquanto a média nacional é de 27%, como mostrou a pesquisa Cultura nas Capitais, da JLeiva Cultura & Esporte, com patrocínio do Instituto Cultural Vale, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. A população de Belém está entre as que mais consomem cultura no Brasil, com percentuais de acesso acima da média nacional em nove das 14 atividades culturais pesquisadas (como teatro, dança, apresentações musicais, festas e feiras de livros, entre outras). O Círio de Nazaré, com início na próxima semana, e que também conta com patrocínio da Vale, é considerado o evento cultural mais importante da cidade. A pesquisa mostrou que 90% das pessoas conhecem o Theatro da Paz, a Estação das Docas (na região onde se localiza o Museu das Amazônias) e o Museu Emílio Goeldi. São atrações que poderão ser visitadas por quem for a Belém para participar da COP30.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

EDUCAÇÃO

Cartão uniforme garantido

Projeto vai beneficiar 400 mil estudantes da rede pública com sete peças de roupas e conta com investimento de mais de R\$ 200 milhões; medida também estimula o setor de confecção local

» DAVI CRUZ

Mais de 400 mil estudantes da rede pública do Distrito Federal serão contemplados com sete peças de uniforme cada a partir de janeiro de 2026. A novidade foi garantida com a sanção do projeto de lei que cria o Cartão Uniforme Escolar, realizada ontem pelo governador Ibaneis Rocha (MDB), no Palácio do Buriiti. Com expectativa de confeccionar quase 3 milhões de peças e investimento superior a R\$ 200 milhões, o programa seguirá o modelo do Cartão Material Escolar, permitindo que os responsáveis pelos alunos realizem a compra diretamente de malharias credenciadas do DF.

O edital para cadastro das malharias de confecções dos trajés escolares será lançado em 10 de outubro. Segundo Ibaneis, o novo formato vai garantir autonomia às famílias. “Hoje a gente iguala todos esses alunos e coloca todos eles com mais dignidade. Agora cada um vai poder chegar lá, escolher, provar o seu uniforme e levar para casa aquilo que deixa a pessoa contente. Então, é um programa que realmente dignifica as famílias do Distrito Federal”, afirmou.

O chefe do Executivo ressaltou que o novo modelo representa um

Davi Cruz/CB



Sancionado por Ibaneis Rocha, benefício estará disponível em 2026

aperfeiçoamento da política iniciada em 2019, quando os uniformes foram padronizados e passaram a ser entregues gratuitamente nas escolas. “No início do governo, eu não tinha a segurança que tenho hoje de que as nossas malharias dariam conta de fazer esses uniformes. Mas hoje, com a pesquisa feita pelo Sindicato das Indústrias de Vestuário do DF (Sindinveste-DF), com apoio do Sebrae e da Fecomércio, nós temos certeza que elas darão conta de entregar os quase 3 milhões de uniformes”, destacou.

Para garantir estrutura e recursos às empresas do setor, o governador anunciou ainda uma linha de crédito específica, a ser implementada pelo Banco de Brasília (BRB). “Sabemos que esses equipamentos de costura hoje, que são muito modernos, têm um custo elevado. Então muitas dessas malharias e muitas dessas mães que vão trabalhar em casa não têm o recurso para adquirir esses equipamentos. Então, eu pedi ao nosso presidente do BRB que institua um programa com taxas de juros cômodas”, declarou Ibaneis.

O benefício será realizado por meio de cartão magnético ou eletrônico, emitido pelo BRB em nome do responsável legal do estudante. O uso será pessoal e exclusivo em estabelecimentos credenciados, que deverão atender a critérios técnicos e de qualidade definidos pela Secretaria de Educação. A gestão do programa também prevê que a pasta publicará o quantitativo de peças e valores estimados dos trajés.

Presente na cerimônia, o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa celebrou a inclusão do novo benefício. “Poucas coisas dão mais felicidade do que cuidar da educação. Esse programa traz dignidade, acesso à educação, direitos constitucionais garantidos, igualdade, equidade”, afirmou.

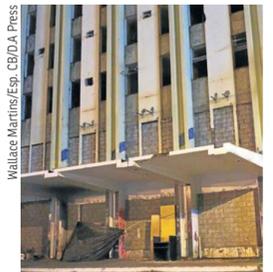
Para a secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, o impacto será direto tanto para os estudantes quanto para os trabalhadores da indústria têxtil. “São sete peças por estudante, dois enxovais, o de inverno e de verão. A média estimada até agora é de R\$ 40 por peça. Então é bastante dinheiro, mais de 200 milhões de reais que serão investidos na compra desses uniformes. Eles vão poder chegar na malharia e experimentar, para não ter problema de ficar pequeno ou grande”, explicou.

Setor produtivo

A presidente do Sindicato das Indústrias de Vestuário do DF (Sindinveste-DF), Walquíria Aires, destacou que o projeto vai ampliar o desenvolvimento do setor. “As malharias no DF começam em 2026 fornecendo quase três milhões de peças e, a partir daí, passam a fornecer esse quantitativo todos os anos. Isso é muito importante porque passa a existir uma demanda para que as empresas possam fabricar os uniformes. Com isso, vão precisar contratar mais pessoas e adquirir maquinário de ponta com mais tecnologia para reduzir o tempo de produção, porque se trata de uma produção em escala”, afirmou.

Atualmente, o DF tem cerca de 7 mil empresas do vestuário em operação. Um dos veteranos do setor, Luciano das Neves, com 30 anos no ramo de confecção em Brasília, reforçou o otimismo, mas também pediu apoio técnico. “É muito importante para geração de emprego e renda para empresário que tem um potencial de alto nível aqui em Brasília. Mas também precisamos do apoio para gerar novos cursos de corte e costura, porque a mão de obra nessa área está escassa”, declarou. Ele ainda revelou que esperava um aumento de mais de 50% no ramo.

DESCASO



Hotel no Setor Hoteleiro Norte está abandonado

DF Legal recomenda demolir Torre Palace

Após 12 anos de abandono, o destino do Torre Palace Hotel começa a ser traçado. A Secretaria DF Legal recomendou a demolição do edifício que, segundo o órgão, está em péssimas condições, com sinais de infiltração na estrutura, deslocamento de revestimento, além de vários elementos da fachada que caíram.

Sobre a possibilidade de colapso, o recente Relatório de Vistoria de Edificação aponta que as desconformidades apontadas na vistoria colocam em risco a vida de quem transita pela área.

Agora, a solicitação está na Procuradoria Geral do DF e a demolição ainda depende de decisão judicial.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

Desempoderamento das excelências

O projeto de dosimetria é baseado em quê? Na legislação dos países democráticos? Bem, um estudo comparativo com as 10 democracias mais representativas do mundo revela que o Brasil ocupa o segundo lugar ao lado de Portugal com as punições mais brandas para tentativa de golpe de Estado. São 12 anos de prisão. A Itália figura no topo em termos de leis brandas, com pena máxima de cinco anos.

Os autores da pesquisa são Lucas Miranda, mestre em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, e Túlio Vianna, doutor pela Universidade Federal do Pará. Eles analisaram a legislação do Brasil em contraponto com as dos Estados Unidos, Alemanha,

França, Reino Unido, Espanha, Itália, Portugal, Canadá, México e Argentina.

Nos Estados Unidos, que os extremistas tanto exaltam, a pena é de 20 anos. Na Argentina de Xavier Milei, existe a possibilidade de prisão perpétua se os integrantes do Congresso concederem ao Poder Executivo Nacional "poderes extraordinários que coloquem à mercê do governo a vida, a honra ou a propriedade dos argentinos".

Uma diferença ressaltada pelos autores do estudo entre o Brasil e os outros países é a da previsão explícita de punição para os chamados atos preparatórios do golpe. Enquanto no Brasil, a legislação só alcança o estágio da execução, países como Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, França, Canadá e México punem os atos preparatórios.

Eu estou achando surreais as negociações para o projeto de anistia aos golpistas, reembaçado para projeto de dosimetria. Em vez de endurecer as leis para desestimular futuras tentativas de abolir a

democracia, eles querem afrouxar e desmoralizar as leis. São os réus condenados que decidem as penas.

A todo momento, eles são consultados e ponderam: "Não, não nos interessa uma dosimetria, queremos anistia total". Vocês já imaginaram se o Marcola ou o Fernandinho Beira-Mar, depois de condenados, fossem consultados a opinar sobre as suas penas?

Parece que as excelências não entenderam o recado das ruas para o projeto casado blindagem da bandagem e anistia aos golpistas. Aliás, não entendi porque os discursos de Silas Malafaia tiveram mais espaço nas emissoras de televisão do que a fala ou o canto de Caetano Veloso.

O Centrão firmou um pacto fáustico com a extrema-direita, que terá consequências imprevisíveis. Se eles já estão brigando agora, imagine o que pode acontecer em um regime de exceção, conforme indica a operação casada de PEC da blindagem e PL da anistia a golpistas. Talvez seja interessante lembrar às excelências do Centrão que Carlos Lacerda e

Juscelino Kubistchek apoiaram o regime militar de 1964 e, em seguida, foram cassados e perseguidos. JK tornou-se o inimigo número 1 dos militares entronizados no poder.

O acinte da proposta do combo da impunidade, por meio da PEC da Blindagem e do PL da Anistia, é um sintoma dos superpoderes que os parlamentares se outorgaram, principalmente em razão da fraqueza do ex-presidente. Ele entregou o orçamento para que o Centrão administrasse como lhe aprouvesse.

Em vez de blindagem ou anistia, as excelências precisavam ser desempoderadas dos privilégios que amealharam de maneira indevida nas emendas impositivas, no orçamento secreto e no Fundo Eleitoral. É absurdo: enfeixam R\$ 50 bilhões por ano enquanto resta ao governo pouco mais de R\$ 80 bilhões para investimento. Sem esse desempoderamento, eles continuarão a se considerar semideuses inimputáveis a priorizar os interesses pessoais sobre os interesses da maioria dos brasileiros.

ECONOMIA/ O ministro da Casa Civil, Rui Costa, esteve ontem na Câmara Legislativa (CLDF) para apresentar os valores previstos em obras e projetos na capital. O maior montante é para a mobilidade urbana, R\$ 3,2 bilhões

Novo PAC prevê R\$ 6,4 bi para o DF

» CARLOS SILVA

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, apresentou, ontem, na Câmara Legislativa (CLDF), os valores previstos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Distrito Federal. Em obras e projetos, são R\$ 6,4 bilhões. Com isso, o total de investimentos que impactam a região, incluindo empreendimentos de caráter regional, chega a R\$ 14 bilhões. "Esse valor de R\$ 6,4 bilhões é exclusivo do DF. Já os investimentos que ultrapassam fronteiras, como ferrovias e linhas de transmissão, também beneficiam o Distrito Federal, mas entram na categoria regional", explicou o ministro.

Grande parte dos investimentos foi para a área de mobilidade urbana, que deve receber R\$ 3,2 bilhões para obras no BRT (eixos Sul, Norte e Sudoeste e Corredor Eixo Oeste); expansão do metrô de Samambaia; e rodovias. O montante só é alcançado pelos aportes no programa Minha Casa Minha Vida (R\$ 1,3 bilhão), rodovias (R\$ 453 milhões), saneamento (R\$ 294 milhões) e prevenção de desastres (R\$ 286 milhões). Também haverá recursos para saúde, educação, cultura e inovação. "O maior volume está concentrado em mobilidade, porque sabemos que es-



Bruna Gaston CB/DA Press

Explicação de Rui Costa foi acompanhada por deputados distritais e por representantes do setor produtivo

sa é uma das grandes necessidades do Distrito Federal. Mas também há investimentos em saneamento, saúde e educação, áreas que impactam diretamente a qualidade de vida", reforçou.

Ele ressaltou que parte dos projetos exige prazos mais longos, que ultrapassam mandatos presidenciais. "Uma ferrovia, uma grande barra-

gem ou um metrô dificilmente ficam prontos em quatro anos. Mas, ainda assim, precisam ser feitos, porque são investimentos estruturantes para o crescimento do país", disse. Até abril de 2025, segundo o ministro, 53% dos empreendimentos previstos já estavam em execução, com 98 obras em andamento.

Rui Costa também enfatizou os

resultados do programa Minha Casa, Minha Vida, que integra o Novo PAC. No DF, estão previstas 14 mil novas unidades habitacionais. O ministro lembrou que a meta nacional definida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva era de 2 milhões de moradias até o fim do mandato, mas o programa superou 1,7 milhão de entregas e deve chegar a 3 milhões con-

Área	Valor (R\$)
Total previsto	6,4 bi
Mobilidade urbana sustentável	3,2 bi
Minha Casa, Minha Vida	1,3 bi
Rodovias	453,7 mi
Esgotamento sanitário	294,6 mi
Prevenção a desastres: contenção de encostas e drenagem	286,8 mi
Educação	209,6 mi
Serviços postais	139,4 mi
Saúde	105,5 mi
Inovação e Pesquisa	103,9 mi
Urbanização de favelas	87,5 mi
Cultura e esporte	44,5 mi

tratadas até 2026, número 50% superior ao previsto inicialmente.

Setor produtivo

Parlamentares destacaram a importância dos investimentos para o desenvolvimento da capital. O deputado distrital Chico Vigilante (PT) ressaltou que o encontro, proposto por ele, chega em um momento estratégico. "Sabemos do carinho que o governo federal tem conosco, por isso a vinda do senhor (referindo-se a Costa) nos enche de alegria", afirmou.

Jamal Jorge Bittar, presidente do Sistema Fibra (Federação das Indústrias do Distrito Federal), acompanhou a apresentação. Para ele, a visita de Rui Costa à CLDF deu lastro a uma relação intergovernamental pouco visualizada. "Os números falam mais do que nossas convicções ideológicas. Achei muito importante a vinda do ministro, pois nos conecta com o PAC. Nossa sociedade aqui enxerga o governo federal e suas aplicações de forma muito distante, quando, na verdade, estamos mais próximos do que imaginamos", avaliou.

OBITUÁRIO



Cedido ao Correio

O economista sofreu um ataque cardíaco na segunda-feira

Reginaldo Magno de Sá Júnior, 56 anos

» AMANDA S. FEITOZA

Amigos e familiares se despediram ontem do economista Reginaldo Magno de Sá Júnior. Conselheiro consultivo do Clube Unidade de Vizinhança (108/109 Sul) e velejador do late Clube, ele morreu vítima de um ataque cardíaco na segunda-feira (29/9), aos 56 anos.

Reginaldo era conhecido pela alegria e pelo bom humor. "Meu irmão era uma pessoa muito alegre, brincalhão. Estava sempre com uma pegadinha nova, um projeto. Aos 56 anos, sem filhos, planejava montar um negócio em Pirenópolis e se mudar em

novembro. Partiu cheio de planos, muito triste", declarou a irmã, a jornalista e colunista do **Correio** Denise Rothenburg.

Entre os amigos mais próximos, a paixão pelo esporte náutico o destacava. Eduardo da Costa e Silva, o Duda, lembrou quase 50 anos de amizade. "Conheci o Reginaldo aos 8 anos, ainda no colégio Inei, e fui eu quem o apelidou de Piu-Piu. Mais tarde, no late Clube, despertou nele a paixão pela vela, que seguiu até os últimos dias. Passamos a juventude viajando para campeonatos e, mais recentemente, ainda velejavamos juntos. Também dividíamos a paixão pelo

Flamengo, sempre assistindo aos jogos lado a lado", contou.

O empresário recordou momentos que marcaram a amizade de décadas com Reginaldo. As disputas na vela, ora como rivais, ora em parceria, sempre terminavam da mesma forma: em risadas, abraços, uma cerveja e conversas que pareciam não ter fim. Durante a pandemia, a proximidade se fortaleceu ainda mais. Reginaldo foi uma das poucas pessoas a frequentar sua casa naquele período, quando dividiram filmes, partidas de futebol e companheirismo em meio ao isolamento.

Na última fotografia registrada,

no domingo, Reginaldo aparece no Clube Unidade de Vizinhança. Pouco depois, preparava-se para encontrar amigos e assistir ao jogo do Flamengo.

Em nota divulgada nas redes sociais, o Clube da Vizinhança lamentou a perda: "É com profundo pesar que comunicamos o falecimento precoce do nosso conselheiro Reginaldo Magno de Sá Júnior. Ele deixa um legado de dedicação e compromisso com o Clube, sendo exemplo de amizade e companheirismo para todos nós".

Reginaldo deixa as irmãs, Denise e Paula. O velório ocorreu no Campo da Esperança da Asa Sul.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

Sepultamentos em 1º/10/2025

» Campo da Esperança

Antônio Jorge Valejo de Araújo Lima, 77 anos
Erickson Pereira Dias, 69 anos
Gabriel Domingues Madureira, 75 anos
José Eurico Damasceno, 90 anos
José Reinaldo Alves Borges, 72 anos
Leonardo Alquimim Santos, 36 anos
Manoel José Pociano, 90 anos
Maria Aurea Nunes de Souza, 75 anos
Maria Egídia Gonçalves Lima, 80 anos
Maria Lucrécia dos Reis, 87 anos
Cora Cecília Cassebeiro Cordeiro, menos de 1 ano
Rosana de Oliveira Alves, 62 anos
Sebastião Guimarães Filho, 75 anos
Vincício Pereira da Costa, 25 anos

» Taguatinga

Alvina Francisca Neres de Sousa, 88 anos
Eduardo Saraiva Cabral, 45 anos
Felipe de Souza Silva, 12 anos
Francisco Alves de Souza, 72 anos
Gilberto Rotemberg Figueiredo, 10 anos
Leandro Arcângelo da Silva, 37 anos
Luzia Marques Pires da Silva, 66 anos
Maura Martins Bezerra, 73 anos
Maria Keila Rodrigues dos Santos, menos de 1 ano

» Gama

Clermildo Paulo Bezerra, 66 anos
José Tavares Vieira, 81 anos
Luc Arthur de Mers, 65 anos
Maitê Sophia Duarte da Silva, 1 ano
Manoel Caetano do Nascimento, 92 anos

» Planaltina

Alfírio Pereira de Melo, 69 anos

Raimundo Rosalino dos Santos, 85 anos
Sebastiana dos Santos Silva, 90 anos
Terezinha Martins Ribeiro, 82 anos

» Brazlândia

Emanuel Messias Amorim Coelho, 39 anos
Vilma Rodrigues de Oliveira, 59 anos

» Sobradinho

André Luís Mendes Gonçalves, 46 anos
Geocely Tatiane de Almeida Veras, 41 anos

» Jardim Metropolitano

Helena Pereira Rodrigues, 69 anos
Maria Anunciada Lopes de Souza, 87 anos (cremação)
Valdir de Sousa Cardoso, 66 anos (cremação)

NOTA DE FALECIMENTO

ANNA MARIA



Arnoldo, Alexandre e Adriano Camanho de Assis, filhos, noras, netos e bisnetos da querida **Anna Maria**, comunicam o seu falecimento, ocorrido ontem em Brasília. **O velório será hoje, no Cemitério Campo da Esperança, Asa Sul, na Capela Especial 6, das 14 às 16 horas. O sepultamento será às 16h30min.**



... o que é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos.

Ariano Suassuna

Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Governo Lula faz ofensiva no DF para dar visibilidade a obras e programas sociais

O governo federal decidiu reagir ao que classifica como tentativa do GDF, que é oposição, de tornar “invisível” as entregas e realizações do presidente Lula. O ministro chefe da Casa Civil da presidência da República, Rui Costa, foi pessoalmente, na tarde de ontem, à Câmara Legislativa do DF; e apresentou um balanço de investimentos especificamente para Brasília. Ele apontou que a capital receberá R\$ 6,4 bilhões do PAC, com 53% dos empreendimentos em execução, e 14 mil novas unidades do programa Minha Casa, Minha Vida. Na apresentação, destacou o estímulo especialmente ao setor da construção civil. A iniciativa do convite a um dos mais importantes assessores de Lula foi do deputado Chico Vigilante (PT).



Prestação de contas nas cidades

A articulação para a ida de Rui Costa à Câmara Legislativa foi de Berge. O plano de ação é o de que o governo Lula ganhe mais presença diretas nas cidades do DF. A partir de novembro, a meta é que ministros incluam em suas agendas oficiais um dia para estar em alguma cidade de capital federal dando visibilidade a entregas de suas respectivas áreas.

Samanta Sallum/ CB/DA Press



Presidente da Fibra, Jamal Bittar, e o vice-presidente da CLDF, Ricardo Vale

Expectativa para amanhã

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do DF, Enoque Venâncio, e a presidente do Sindicato dos Delegados, Cláudia Alcântara, preferem, ainda, esgotar as tentativas na mesa de negociação. Aguardam que, na próxima sexta-feira, em que há reunião marcada no MGI, seja apresentada uma nova proposta. Avaliam que ainda não é a hora de aumentar o clima de tensão. Mas sinalizam que as categorias, dependendo do cenário de sexta-feira, podem partir para uma ação mais intensa. O pleito da PC é pela equiparação com a Polícia Federal.

Segurança Pública do DF pede a Rui Costa apoio para reajuste

Rui Costa reuniu-se, na tarde de ontem, com o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, com o presidente da Câmara Legislativa do DF, Wellington Luís (MDB); e lideranças sindicais da Polícia Civil. O encontro reservado ocorreu antes da participação do ministro na comissão geral, na sede do Legislativo local, em que apresentou balanço de investimentos do governo federal no DF. Rui Costa mostrou-se receptivo ao pleito das polícias da capital federal. Disse que tentaria ajudar. No entanto, ponderou que não pode interferir diretamente em assuntos de outras pastas, no caso, em processo que está sendo conduzido pela ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck.

Partir para o enfrentamento

Depois da reunião, o presidente da CLDF subiu o tom. afirmou que o processo de diálogo nas mesas de negociação com o MGI não está avançando em direção à proposta oficialmente feita pelo governador Ibaneis Rocha. O reajuste proposto pelo governo federal é menor que o pedido pelo GDF. “Defendo partir para o enfrentamento se o governo federal não melhorar a proposta. Fazer assembleia das categorias para decidir por paralisação das atividades”, afirmou à coluna.

Comparação com Bolsonaro

A deputada federal Erika Kokay e o distrital Chico Vigilante, do PT, participaram da reunião com Rui Costa. Erika afirmou que a mobilização junto ao governo federal para melhorar a proposta continua. “Importante lembrar que a proposta feita até agora pelo governo Lula é infinitamente melhor do que a proposta feita até agora pelo governo Bolsonaro. Mas, sim, acreditando que podemos avançar e continuo empenhada nisso”, disse à coluna.

Samanta Sallum/ CB/DA Press



Ibaneis Rocha (MDB). Houve pouca presença de distritais da base de Ibaneis. Mas teve a participação de representantes da Fibra, Fecomércio e Sindiatacadista.

Presenças da esquerda e também do empresariado

A solenidade reuniu no plenário presenças de Swendenberger Barbosa (PT), do Gabinete Pessoal do Presidente da República; do presidente da ABDI, Ricardo Cappelli (PSB); da ex-reitora da UNB, Márcia Abrahão; da senadora Leila Barros; da deputada federal Érika Kokay (PT); e da bancada distrital de oposição ao governador

Associação de bares faz alerta para intoxicação por bebidas adulteradas

A Abrasel manifestou preocupação com o quadro de casos de intoxicação por metanol. A entidade se solidariza com as famílias de São Paulo, com todas as vítimas e espera que os demais afetados encontrem pronta recuperação. Entre os casos, há por enquanto um único relato (não fatal) de consumo de bebida contaminada em um estabelecimento de alimentação fora do lar. O consumo teria sido feito em um bar localizado na região dos Jardins, em São Paulo, que já foi alvo de fiscalização pelas autoridades. “Até o momento, não há registro de outros casos associados a bares ou restaurantes, e a Abrasel espera que o problema no setor fique circunscrito a este único caso isolado”, disse a Abrasel.

Orientações

Além de alertar os estabelecimentos sobre os sinais de adulteração — como preços muito baixos, lacres tortos, erros de impressão e odor semelhante a solventes — a Abrasel recomenda que garrafas vazias sejam inutilizadas (quebradas) antes do descarte. Isso impede que sejam reaproveitadas por falsificadores para enganar consumidores com produtos adulterados.

Jornada Dona de Si

A atriz, escritora, empresária e empreendedora social Suzana Pires estará em Brasília, no dia 18 deste mês, para a finalização e a premiação da Jornada Dona de Si. A formação do Instituto Dona de Si — órgão criado em 2018 por Suzana para acelerar a carreira e empoderar mulheres —, em parceria com a Fundação Casas Bahia, atende mulheres em situação de vulnerabilidade e de comunidades, com formações diversas, que incluem gestão de negócios, organização financeira, comunicação e marketing. Este ano, em sua maior edição até agora, foram 1.500 mulheres atendidas em cinco capitais, sendo 200 na capital federal, que, pela primeira vez, recebeu o projeto. Segundo a fundadora adianta à coluna, o Instituto pretende continuar trabalhando na cidade.



Divulgação

SAÚDE / Casos em São Paulo, onde seis pessoas morreram após a ingestão de bebidas com metanol na composição, alertam para o perigos de consumir produtos irregulares. No DF, não há casos, mas, este ano, foram apreendidos 896 litros de cachaça

Riscos de bebidas adulteradas

» ANA CAROLINA ALVES
» CARLOS SILVA

A morte de seis pessoas após a intoxicação por ingestão de bebidas alcoólicas adulteradas com metanol em São Paulo acendeu um alerta no Distrito Federal para o consumo de produtos sem procedência regular. De acordo com a Secretaria de Saúde, não há registros semelhantes na capital, mas a pasta recomenda que, se houver suspeita de intoxicação, a pessoa deve procurar uma unidade de saúde. De janeiro a setembro deste ano, a Vigilância Sanitária apreendeu ou inutilizou 896 litros de cachaça por algum tipo de irregularidade, em operações de fiscalização.

A Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Propriedade Imaterial (DRCPI) acompanha ocorrências e denúncias de venda de bebidas adulteradas no DF. Neste ano, 250 litros foram apreendidos pela unidade. “Realizamos diligências, apreendemos os produtos para retirá-los de circulação, encaminhamos para exames periciais e responsabilizamos os investigados, enviando o caderno investigativo ao Judiciário”, explicou a delegada Isabel Davila Lopes Borges. A delegada destaca sinais que

podem ajudar o consumidor a identificar produtos suspeitos. “É preciso estar alerta a detalhes como lacres mal colocados, ausência de selos obrigatórios, tampas violadas, líquidos com partículas e preços muito abaixo do mercado”, detalha. Para se proteger, o recomendado é sempre comprar em estabelecimentos de confiança, observar a integridade das embalagens e exigir nota fiscal.

Intoxicação

O metanol, substância causadora das intoxicações, é usada como matéria-prima para combustíveis e é imprópria para consumo humano. Segundo a patologista clínica Maria Gabriela de Lucca Oliveira, do DB Diagnósticos, esse produto e outros como etilenoglicol, solventes e contaminantes, entre eles, combustíveis e acetona, podem estar presentes em bebidas adulteradas. “É muito difícil, quase impossível, identificar metanol em uma bebida apenas pelo sabor ou cheiro, porque ele é muito parecido com o álcool comum”, alerta a especialista.

Ela recomenda atenção a sinais de adulteração: valor muito baixo, embalagem suspeita, lacre violado, tampa danificada ou líquido turvo

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL



Sintomas

- » Náuseas, vômitos e dor abdominal intensa
- » Alterações visuais (visão turva, fotofobia, cegueira súbita)
- » Dor de cabeça intensa e tontura
- » Confusão mental, convulsões e perda de consciência

Fonte: Hanna Gomes, oftalmologista do CBV-Hospital de Olhos

permanentes. “As sequelas mais comuns são cegueira parcial ou total, lesões neurológicas e insuficiência renal ou hepática. Por isso, a prevenção, com o consumo apenas de bebidas de procedência confiável, é fundamental”, reforça.

Fiscalização

Em nota, a SES-DF informa que, por meio da Diretoria de Vigilância Sanitária (Divisa) participa regularmente de operações integradas realizadas em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF). Nessas ações, a atuação da Vigilância tem como foco verificar as condições de funcionamento de estabelecimentos como bares, quiosques, boates e trailers.

Durante as fiscalizações, segundo a pasta, é comum identificar irregularidades, como bebidas sem rotulagem adequada, clandestinas ou adulteradas, principalmente em comércios ilegais. Os produtos irregulares são apreendidos e descartados pela Vigilância Sanitária.

A SES-DF fiscaliza ainda bares e distribuidoras, por meio de Núcleos de Inspecção. Este ano, ocorreram 319 inspeções. Além disso, 1.342 estabelecimentos foram monitorados e 161 autuados.

com partículas. “Compre apenas de fontes confiáveis, verifique a integridade da garrafa e do selo do IPI, desconfiando de preços abaixo do mercado. Em bares e eventos, peça para que a bebida seja servida na sua frente e evite produtos de origem desconhecida. Confie no seu paladar: qualquer diferença no gosto ou cheiro pode indicar adulteração”, elenca.

A hepatologista Natalia Trevizoli, do Hospital Sírio-Libanês em Brasília, diz que os sintomas costumam surgir entre 12 e 24 horas após a ingestão e podem atingir diferentes áreas do corpo. “No sistema nervoso central, pode haver dor de cabeça, confusão, convulsões e até coma. Na visão, os efeitos vão desde turvação até cegueira irreversível. Também

podem ocorrer náuseas, vômitos, dor abdominal, pancreatite, insuficiência renal e alterações metabólicas graves”, detalha a médica.

Diante da suspeita de ingestão de bebida adulterada, a orientação é buscar ajuda médica imediata. Apesar de existirem protocolos específicos para intoxicação, o paciente pode enfrentar consequências

LUTO

Legado de amor e dedicação

» MILA FERREIRA

Amorosa, gentil, iluminada, carinhosa e dona de um coração imenso. Era como amigos e familiares descreviam Anna Maria Camanho de Assis, que morreu ontem, aos 85 anos, devido a uma insuficiência pulmonar. Nascida no Rio de Janeiro, a professora e servidora aposentada do Ministério da Fazenda vivia em Brasília desde 1980.

Anna Maria deixa três filhos: o

ator da Companhia de Comédia Os Melhores do Mundo, Adriano Siri; o desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Arnoldo Camanho; e o subprocurador-geral da República, Alexandre Camanho. Ela deixa ainda sete netos e cinco bisnetos.

Casou-se em 1961 com o amazonense Francisco Arnoldo de Assis, com quem teve filhos, todos nascidos no Rio de Janeiro. “Minha mãe será uma eterna inspiração. Não

apenas entre nós, filhos, noras, netos e bisnetos, que beberam diretamente de sua fonte, mas todos que puderam usufruir de sua generosidade e receberem tanto amor. Somos imensamente gratos por esse privilégio e agradecemos todas as manifestações tão amorosas de carinho”, afirmou Adriano.

O velório será hoje, das 14h às 16h, no Cemitério Campo da Esperança da Asa Sul, Capela 6. O sepultamento será às 16h30.

Arquivo pessoal

Anna Maria
deixa três
filhos, sete
netos e cinco
bisnetos

ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Torneio Abertura do NBB

Começa, hoje, a disputa do mata-mata em direção ao título do Torneio de Abertura do Novo Basquete Brasil (NBB). Às 17h30, o Flamengo mede forças com o Club Unión, da Argentina. Às 20h, o Brasília terá um desafio importante na preparação: encara o Minas, atual campeão da competição de aquecimento para a temporada nacional. Os dois jogos serão no Nilson Nelson e os ingressos gratuitos podem ser retirados no app da equipe da capital federal.

BRASILEIRÃO Um vive fase artilheira jogando adiantado. O outro é goleador com características típicas de nove, mesmo como reserva. Arrascaeta e Gabigol guiam Flamengo e Cruzeiro, hoje, em jogo de seis pontos na luta pelo título da Série A nacional

Verdadeiro ou falso?

Adriano Fontes/Flamengo



Arrascaeta tem 14 gols na Série A e está brilhando como falso nove

Duelo de líderes da Série A do Campeonato Brasileiro, Flamengo e Cruzeiro terá um embate de “verdadeiro e falso” com potencial de colocar a lei do ex em ação. Artilheiro rubro-negro na temporada e com passado azul no início da trajetória no país, Arrascaeta vive fase iluminada jogando mais adiantado, cumprindo um papel de nove. Referência da posição e ídolo flamenguista, Gabigol não surfa em grande momento no Cruzeiro, mas ostenta bons números para um reserva e aposta no poder de decisão para manter a Raposa na luta pelo título. Os dois se enfrentam hoje, às 20h30, no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, colocando todas as diferenças e similaridades em campo. O SporTV transmite ao vivo.

A noite de reencontros na capital carioca tem um viés especial. Sexto maior artilheiro da história do Flamengo, com 163 gols marcados, e protagonista em títulos importantes da história recente do clube da Gávea, Gabigol vai ao Maracanã pela primeira vez vestindo a camisa do Cruzeiro. O atacante terá diante de si o palco no qual tantas vezes vibrou, mas agora com o desafio de calar os rubro-negros. Arrascaeta segue maestro e, agora, goleador flamenguista. Transformado pelo técnico Filipe Luís em um “nove posição”, vive a temporada mais goleadora da carreira. São 19 gols no ano, 14 deles no Brasileirão.

A posição ainda coloca Arrascaeta em embate direto com outro cruzeirense. Possível titular no jogo de hoje e referência do ataque celeste, Kaio Jorge soma 15 gols no Brasileirão e lidera a estatística de goleadores. Um a mais em comparação ao camisa 10 rubro-negro. Neste ano, o meia-atacante se converteu em

líder técnico e emocional, carregando o Flamengo em momentos decisivos. O contraste com Gabigol chama atenção. No Cruzeiro, o atacante alterna entre titularidade e banco. Foram 18 jogos de cada forma em 2025. Ainda assim, mostra números sólidos: 12 gols e quatro assistências, uma

participação direta a cada 110 minutos jogados.

Mesmo sem status de intocável e vivendo fase de poucos minutos em campo, Gabigol segue decisivo. No Mineirão, no duelo do primeiro turno, foi ele quem decretou a lei do ex ao marcar na vitória cruzeirense, por 2 x 1. Arrascaeta também tem o

Gustavo Aleixo/Cruzeiro



Mesmo reserva, Gabigol tem bons números em participações em gols

costume de castigar o antigo clube. Na mesma partida, o uruguaio balançou a rede com um golaço. Isso aconteceu também em 2019, no segundo dos quatro reencontros com o ex-clube. Se o camisa 10 terá mais minutos para fazer a diferença no jogo de seis pontos, o dono da nove quer utilizar o conhecimento do

Maracanã para transformar possíveis provocações em silêncio em um piscar de olhos.

O duelo chave do Brasileirão vai muito além dos três pontos na classificação. É reencontro, é prova de fogo, é a chance de o Flamengo medir forças com o antigo ídolo e de Arrascaeta firmar ainda mais a

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES								
1º Flamengo	54	24	16	6	2	50	12	38
2º Palmeiras	52	24	16	4	4	39	19	20
3º Cruzeiro	50	25	15	5	5	39	19	20
4º Botafogo	43	26	12	7	7	37	21	16
5º Mirassol	43	25	11	10	4	42	25	17
6º Bahia	40	25	11	7	7	33	30	3
7º Fluminense	35	24	10	5	9	30	31	-1
8º São Paulo	35	25	9	8	8	27	25	2
9º Bragantino	33	26	9	6	11	32	38	-6
10º Grêmio	33	26	8	9	9	28	32	-4
11º Ceará	31	24	8	7	9	23	23	0
12º Vasco	30	26	8	6	12	38	38	0
13º Corinthians	30	26	7	9	10	26	32	-6
14º Atlético-MG	29	24	7	8	9	22	26	-4
15º Internacional	29	25	7	8	10	30	38	-8
16º Santos	28	25	7	7	11	25	35	-10
REBAIXADOS								
17º Juventude	23	25	6	5	14	20	46	-26
18º Vitória	22	25	4	10	11	20	38	-18
19º Fortaleza	21	24	5	6	13	24	38	-14
20º Sport	15	24	2	9	13	18	37	-19

26ª RODADA

Terça-feira	Atlético-MG 0 x 0 Juventude
Ontem	Palmeiras 3 x 0 Vasco
	Mirassol 1 x 1 Bragantino
	Sport 2 x 2 Fluminense
	Internacional 1 x 1 Corinthians
	Botafogo 2 x 1 Bahia
	Santos 1 x 1 Grêmio
Hoje	19h Vitória x Ceará
	19h30 Fortaleza x São Paulo
	20h30 Flamengo x Cruzeiro

Dupla resolve para o Palmeiras

Juntos, Flaco López e Vitor Roque ostentam 17 gols na Série A do Campeonato Brasileiro. Ou seja, quase metade dos 39 marcados pelo Palmeiras em 24 partidas na elite e apenas uma bola na rede a menos do que o lanterna Sport. Ontem, a dupla foi eficiente novamente ao decretar a vitória alviverde por 3 x 0 sobre o Vasco no Allianz Parque e encurtar para dois pontos a desvantagem para o líder o Flamengo, com um jogo a menos em comparação ao principal concorrente pelo troféu mais cobiçado do país.

Inspirado, Flaco López abriu e ampliou a contagem contra o Vasco. O primeiro gol saiu aos cinco minutos. Foram necessários dois passes do Palmeiras até a conclusão do argentino. O zagueiro Murilo iniciou rapidamente a jogada na defesa e acionou o segundo volante Raphael Veiga. Lembrando os tempos de titular

como armador, deixou o centroavante confortável para avançar, cortar para dentro e acertar o canto esquerdo de Léo Jardim.

Doze minutos depois, Flaco foi oportunista após lambança do zagueiro Lucas Oliveira e do volante Hugo Moura na defesa cruzmaltina e aumentou a vantagem. A fragilidade vascaína permitiu ao Palmeiras fazer o terceiro antes aos 23. Livre, leve e solto, Flaco tirou onda de meio-campista, observou a ultrapassagem de Vitor Roque e o presenteou com bola de frente para Léo Jardim. O jovem teve tempo para gingar e confundir a marcação antes de fechar a conta.

A presença de Flaco López e Vitor Roque no time titular é quase certeza de vitória palmeirense. O técnico Abel Ferreira os escalou 12 partidas. O saldo é positivo, com sete vitórias, dois empates e uma derrota. O único tropeço foi

Cesar Greco/Palmeiras



Trinta e quatro dos 100 gols do Palmeiras foram de Flaco e Vitor Roque

no domingo, no 1 x 0 diante do Bahia na Arena Fonte Nova.

“É um prazer enorme jogar com um jogador incrível, que tem me ajudado bastante, o grupo também. Hoje, dois gols e uma assistência dele para mim”, destacou Vitor Roque, ao Premiere. Com os três gols marcados ontem, o Palmeiras alcan-

çou a marca de 100 nesta temporada. Desse total, 34 tiveram a assinatura de Flaco López e Vitor Roque.

“Nunca teria imaginado (uma dupla assim), mas feliz que está dando certo, a gente treina muito e se esforça pelo time. Acho que é fruto do trabalho do grupo”, creditou Flaco Lopez.

Timão amarga empate com o Inter

O Corinthians venceu o Internacional por 1 x 0 até os 52 minutos do segundo tempo. A atuação consolidava o que Dorival Júnior jamais ousou em 16 partidas como treinador da Seleção Brasileira: linha de três na defesa e alas na construção. A jogada do gol de Gui Negão começou com Hugo pela esquerda ao acionar Matheuzinho no outro extremo para servir o xodó da Fiel precisamente. Porém, o empate colorado foi decretado no último ato da partida com Carbonero, de pênalti. O lance do puxão do zagueiro alvinegro Cacá no meio gaúcho Bruno Henrique provocou a expulsão do dono da prancheta corinthiana.

Dorival Júnior promoveu a quinta escalação consecutiva com três defensores, liberando Matheuzinho para função mais ofensiva na direita e Hugo para o apoio pela esquerda. A diferença é que o desenho 3-4-2-1

temporada de ouro. No duelo entre verdadeira e falso no Maracanã, apenas um levará a melhor. Se vencer, o rubro-negro abre sete pontos de frente para os mineiros, com um jogo a menos na classificação do Brasileirão. A Raposa precisa ganhar para manter o sonho de título nacional vivo.

foi atualizado para o 3-5-2. Apesar de não ter sido suficiente, Gui Negão comemorou o quinto gol pelo profissional do Corinthians em 13 jogos. Outro reforço à convicção do técnico Dorival Jr. no esquema foi o gol de Hugo. O lateral foi acionado por Breno Bidon, invadiu a área e, mesmo desequilibrado, marcou. No entanto, o arbitragem de vídeo flagrou a posição adiantada do ala.

Tenso devido à sequência de derrotas para Palmeiras e Grêmio e empate contra o Juventude, o Internacional poderia ter empatado na primeira etapa, com Oscar Romero. O gêmeo do corinthiano demandou análise demorada e provocou a expulsão do dono da prancheta corinthiana. Rodrigo José Pereira de Lima, interpretou interferência de Luis Otávio, impedido e atrapalhando a visão do goleiro alvinegro. O Corinthians não vence o Inter em Porto Alegre desde 31 de julho de 2016.

EM MIRASSOL

No jogo paulista da rodada, Mirassol e Red Bull Bragantino ficaram no 1 x 1. Ontem, cada equipe dominou um tempo da partida. Eric Ramires abriu o placar para o Massa Bruta, enquanto Reinaldo deixou tudo igual. O placar não manteve as equipes na mesma zona da classificação da Série A do Campeonato Brasileiro.

EM RECIFE

Na Ilha do Retiro, Sport e Fluminense protagonizaram um movimentado 2 x 2, com os quatro gols no segundo tempo. O tricolor saiu na frente com Lucho Acosta, mas Lucas Lima empatou. John Kennedy recolocou os cariocas na dianteira e coube a Luan Cândido, no fim, forçar outra vez a igualdade no placar.

EM SALVADOR

Vitória e Ceará entram em campo hoje, às 19h, no Barradão, pela 26ª rodada do Campeonato Brasileiro. O confronto coloca frente a frente times em momentos distintos na classificação da elite nacional: o da casa luta contra o rebaixamento, enquanto o visitante mira aproximação do G-8. O Premiere transmite ao vivo.

EM FORTALEZA

O São Paulo visita o Fortaleza nesta quinta-feira, às 19h30, na Arena Castelão, na capital cearense, pela 26ª rodada do Campeonato Brasileiro. O time de Hernán Crespo precisa de uma reabilitação após mais uma derrota, sob protestos do menor público do Morumbi desde 2019. A última vitória foi sobre o Botafogo. A Record transmite.

SÉRIE B

A Série B do Campeonato Brasileiro vai chegando à reta final e terá sequência, hoje, quando dois jogos abrem a 30ª rodada. Os destaques ficam por conta do Criciúma, que tenta retornar a liderança, enquanto o Cuiabá mira o G-4. Os cuiabanos enfrentam o Paysandu, às 19h, enquanto os catarinenses pegam o Vila Nova, às 21h30.

ATLÉTICO-MG

A Fifa condenou o Atlético a quitar os valores da compra do meia Gustavo Scarpa. O Galo recebeu notificação do Nottingham Forest por ter atrasado parte da segunda parcela, de 500 mil euros (aproximadamente R\$ 3 milhões). O clube deveria ter feito o pagamento na totalidade em janeiro de 2025. O clube recorreu.

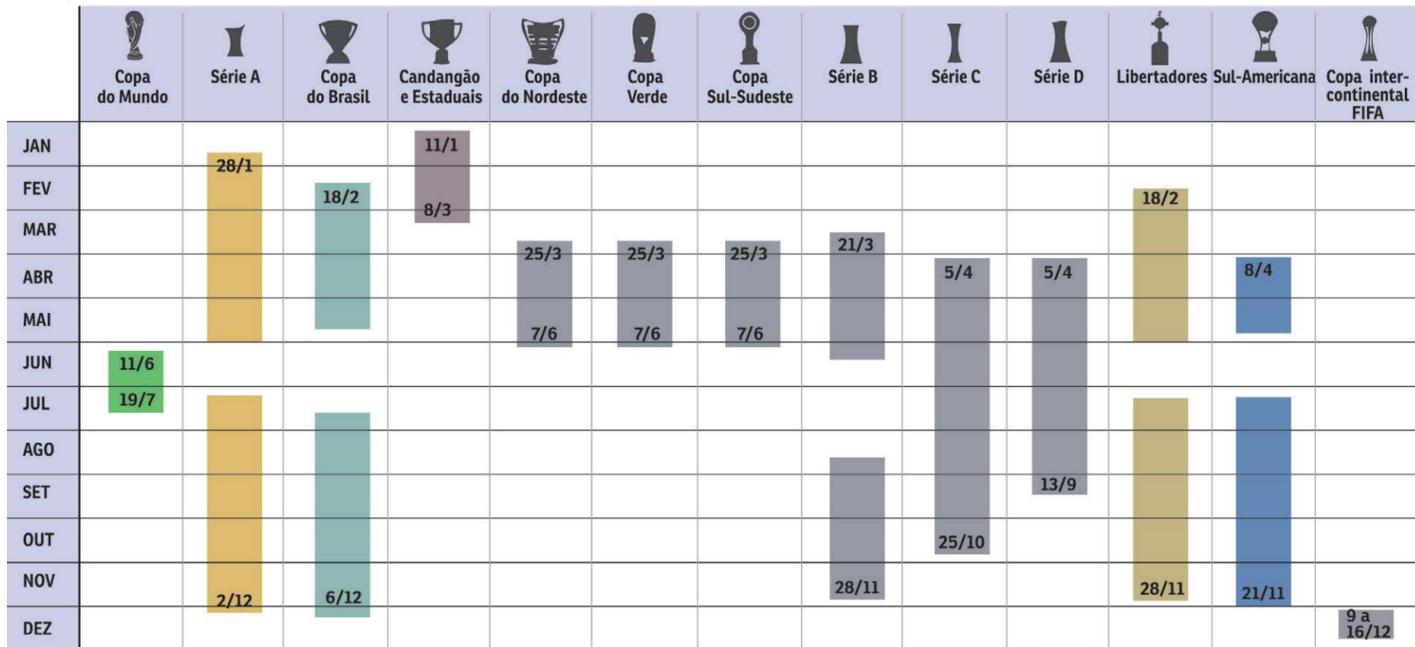
ESPORTES

CBF Calendário reformado marca início do Brasileirão para 28 de janeiro e encolhe Estaduais após queda de braço com a Federação Paulista. Série D cresce para 96 times, terá quarteto candango; e Copa do Brasil entra na era da final única

A nova folhinha do futebol

Calendário

Competições de 2026



» Seleção Brasileira

O técnico Carlo Ancelotti convocou, ontem, 26 jogadores para os amistosos contra a Coreia do Sul no próximo dia 10, em Seul, e quatro dias depois em Tóquio, pela Data Fifa de outubro. A lista tem seis novidades: o goleiro Ederson, o zagueiro Éder Militão, os volantes André e João Gomes e o atacante Igor Jesus. Parte do grupo embarcará da Europa rumo à Ásia. Hugo Souza e Fabrício Bruno partem do Brasil.

Convocados

Goleiros: Bento (Al-Nassr), Ederson (Fenerbahçe), Hugo Souza (Corinthians).

Laterais: Vanderson (Monaco), Wesley (Roma), Caio Henrique (Monaco), Carlos Augusto (Internazionale) e Douglas Santos (Zenit).

Zagueiros: Éder Militão (Real Madrid), Fabrício Bruno (Cruzeiro), Gabriel Magalhães (Arsenal) e Lucas Beraldo (PSG).

Volantes: André (Wolverhampton), Bruno Guimarães (Newcastle), Casemiro (Manchester United) e João Gomes (Wolverhampton).

Meias: Joelinton (Newcastle) e Lucas Paquetá (West Ham).

Atacantes: Estevão (Chelsea), Gabriel Martinelli (Arsenal), Igor Jesus (Nottingham Forest), Luiz Henrique (Zenit), Matheus Cunha, (Manchester United), Richarlison (Tottenham), Rodrygo (Real Madrid) e Vinicius Junior (Real Madrid).

MARCOS PAULO LIMA

Onze datas para o Campeonato do DF e os 26 Estaduais. Início do Brasileirão em 28 de janeiro. Ampliação da Copa do Brasil de 92 para 126 clubes. Final única em campo neutro. Ampliação da Série D de 64 para 96 times. Criação da Copa Sul-Sudeste e ressurreição da Copa Centro-Oeste e da Copa Norte — divisões regionais de um mesmo torneio: a Super Copa Verde.

A CBF anunciou, ontem, a maior revolução no calendário desde 2002, quando mudou a Série A para o sistema de pontos corridos. Recém-eleito, o presidente Samir Xaud venceu a queda de braço com a Federação Paulista. Com isso, o Brasileirão e os Estaduais serão disputados, juntos, em janeiro, fevereiro e março.

A Copa do Brasil terá jogo único até a quarta fase. Somente a quinta etapa, as oitavas, as quartas e as semifinais terão ida e volta. Pela

primeira vez desde a criação, em 1989, a final será em partida única. O Mané Garrincha é favorito a receber a primeira, em 6 de dezembro de 2026. Os 20 times da Série A de 2026 estão classificados para competição. O DF será representado pelo Gama (campeão do DF), Capital (vice) e o Ceilândia, via Ranking Nacional das Federações.

A Série D será disputada por 96 clubes: 64 egressos dos estaduais, 28 classificados para o mata-mata de 2025 e os quatro rebaixados da

terceira para a quarta divisão neste ano. Times com dupla vaga abrirão a acessos com base no Ranking Nacional de Clubes. Um dos beneficiados é o Brasiliense. Quarto no Candango 2025, o clube não teria calendário nacional em 2026. Com a mudança, a equipe se une a Gama, Capital e Ceilândia na Série D. A quarta divisão alçará seis times à Série C em 2026 e receberá dois rebaixados no processo de ajuste para a terceira divisão chegar a 28 participantes.

Times de torneios da Conmebol não disputarão regionais, como a Copa do Nordeste, a Copa Sul-Sudeste e a Super Copa Verde, cujo campeão será conhecido nos cruzamentos dos finalistas da Copa Norte com os da Centro-Oeste.

O calendário ainda tem problemas. Não há 30 dias ininterruptos de férias para os jogadores nem 20 dias de pré-temporada. Os jogos subsequentes às datas Fifa continuam sem um tempo maior de intervalo para a utilização dos atletas.

ESCOLHA A ✖ + = %

ESCOLA DO

SEU FILHO 2025

ABC

A ONE School é uma escola bilíngue inovadora que oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental, combinando excelência acadêmica, inovação pedagógica e desenvolvimento integral dos estudantes.

O diferencial está na abordagem bilíngue integrada desde os primeiros anos, proporcionando experiências de aprendizagem em português e inglês de forma natural e significativa.

Saiba mais sobre a instituição no projeto especial **Escolha a Escola do seu Filho.**

Patrocínio



Apoio de Comunicação



Realização



Diversão & Arte

COM PROGRAMAÇÃO PARA DUAS SEMANAS DE OUTUBRO, O MOVIMENTO INTERNACIONAL DA DANÇA DOMINA O CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL E O ESPAÇO CULTURAL RENATO RUSSO

Fotos: Alicia Cohim/Divulgação - Renato Mangolin/Divulgação - Nathalia Britto Mariano/Divulgação



Espectáculo *Bebê Groove*



Performance da carioca Alice Ripoll *Zona Franca*

» MARIANA REGINATO

Preenchendo dois dos principais palcos do Distrito Federal, o Movimento Internacional da Dança (MID) apresenta programação entre 2 e 19 de outubro com a dança em diferentes vertentes. Com 28 coreografias, sendo 20 delas de Brasília, o MID toma conta do Centro Cultural Banco do Brasil e do Espaço Cultural Renato Russo. A edição coloca a dança para representar as relações entre África, França e Brasil.

A abertura do MID será do grupo francês G.U.I.D. (Groupe Urbain d'Intervention Dansée), comandado pelo camaronês radicado em Paris Bouba Landrille Tchouda e conta com sete jovens brasileiros do Rio de Janeiro e Pernambuco. A performance, chamada *Até aqui tudo bem*, exalta os corpos negros e periféricos do Brasil. "É um manifesto visual e político que explora a juventude negra e suas formas de resistência, expressando a vitalidade das danças urbanas em diálogo com as questões sociais", exalta Sergio Bacelar, diretor-geral do MID.

O Movimento Internacional da Dança terá o Palco Aberto, programação que evidencia 12 coreografias do Distrito Federal de até sete minutos. "É o coração do MID, que nasceu desse desejo de aproximar e quebrar preconceitos e estigmas dos muitos tipos de dança. É onde mais se concretiza o desejo de unir corpos e estilos diversos num mesmo tempo e lugar. O Palco mostra o vigor e a diversidade da dança praticada em Brasília", destaca o diretor-geral.

Em entrevista ao **Correio**, Sergio Bacelar fala sobre a história do Movimento Internacional da Dança, os destaques da edição de 2025, a importância cultural do evento para a capital e a programação infantil do evento.

MOVIMENTO INTERNACIONAL DA DANÇA

Entre os dias 2 e 19 de outubro, no Centro Cultural Banco do Brasil e no Espaço Cultural Renato Russo. Confira a programação detalhada no site do MID.

DANÇA SEM FRONTEIRAS

QUATRO PERGUNTAS / Sergio Bacelar, diretor-geral do MID

Como surgiu o Movimento Internacional da Dança (MID)

Surge do sonho de criar um palco imenso sem fronteiras físicas e conceituais, no qual caberia todas as danças. O desejo era, de mesmo que por um curto período, reunir as danças denominadas contemporânea, moderna, clássica, de rua, tribal; produzidas por grupos ou academias; e realizadas sejam por populares, profissionais e amadores e embaralhar tudo num mesmo território. Foi assim que nasceu o MID numa vontade genuína e intrínseca de colocar a plateia diante de uma dança, simplesmente dança. Parecia ser uma loucura, mas todo sonho para ser fantástico tem que ser lúdico e sem obediências às lógicas. Para além de apresentações de espetáculos o MID promove ações de qualificação artística; intercâmbio; e atividades socio-culturais, educativas e formativas. A reunião de diversos estilos e seus públicos proporciona trocas de experiências e vivências. O Movimento Internacional da Dança é a mais importante plataforma de dança do Centro-Oeste e coloca o Distrito Federal em contato com artistas, programadores e curadores do Brasil e exterior. Ao longo das edições construímos uma ponte efetiva com a dança de diversos países.

Qual o maior diferencial dessa edição? Qual o maior destaque em relação as coreografias apresentadas?

É um convite a população de Brasília para dançar intensamente numa programação que traz a força das relações entre África-França-Brasil como um dos pilares dessa edição. Temos, no centro, corpos, sobretudo, de matrizes negra e africana, para celebrar combinações de linguagens das danças urbanas e contemporâneas, refletindo sobre identidades marginalizadas e a vitalidade dos corpos periféricos. O MID está repleto de destaques internacionais em sua programação. Mas temos também obras impactantes de brasileiros como as da coreógrafa Alice Ripoll e do multiartista Wellington Gadelha. As obras do mexicano Jaciel Neri e as demais francesas compõem este mosaico. A rede de relações históricas e culturais entre África-França-Brasil está sintetizada no espetáculo que abre o festival *Até Aqui Tudo Bem*, do dançarino e coreógrafo camaronês radicado em Paris, Bouba Landrille Tchouda, com dançarinos brasileiros.

Como é realizada a seleção das coreografias para o MID?

O MID tem uma curadoria formada por três profissionais que ao longo do ano percorre festivais, mostras e assiste espetáculos mundo afora. Além disso, muito material produzido em vídeo é direcionado ao MID e passa pela nossa análise. As produções do Distrito Federal de longa e curta duração se inscrevem e passam por uma seletiva. Esta edição recebeu mais de cem inscrições de espetáculos do DF.

Por que a decisão de trazer uma programação voltada para o Dia das Crianças também?

O MID tem um olhar especial para com as crianças. Acredita que é fundamental a formação de novas plateias. Nada mais importante do que possibilitar aos jovens novas experiências. A ideia foi criar uma programação que abraçasse e acolhesse a todos e trouxesse novidades. As crianças vão poder assistir a Batalha de All Style, participar dos aulões de dança e, especialmente para os até cinco anos de idade, o espetáculo *Bebê Groove*.

Grupo francês G.U.I.D. apresenta a coreografia *Até aqui tudo bem* com dançarinos brasileiros





Quem pode ser responsabilizado nos casos de intoxicação por metanol

Maria Eduarda Lavocat

Casos de intoxicação por metanol após o consumo de bebidas alcoólicas no estado de São Paulo têm gerado preocupação em todo o país. A substância é altamente tóxica e pode causar sequelas graves ou até mesmo levar à morte.

De acordo com o secretário estadual da Saúde de São Paulo, Eleuses Paiva, até ontem foram notificados 22 casos suspeitos de intoxicação por metanol no estado. Desses, sete foram confirmados, incluindo um óbito. Outras quatro mortes seguem sob investigação. Além de São Paulo, a Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa) recebeu, na terça-feira, a notificação de três possíveis casos de intoxicação por metanol. As vítimas são três homens: dois morreram e o terceiro perdeu a visão.

Diante desse cenário, o país vive um clima de insegurança, em que o consumo recreativo de bebidas alcoólicas pode representar risco de vida ou resultar em sequelas irreversíveis. Surge, então, a questão: quem pode ser responsabilizado pelas mortes e pelos danos irreparáveis causados pela adulteração?

Segundo Fernando Moreira, advogado especialista em direito societário, governança e compliance, toda a cadeia de fornecimento pode ser responsabilizada solidariamente. Isso inclui fabricante, produtor, importador e, em certos casos, também o comerciante, conforme os artigos 12 e 13 do Código de Defesa do Consumidor (CDC). “O consumidor tem o direito de cobrar indenização de qualquer um deles. Quem pagar poderá, depois, exercer o direito de regresso contra o real causador do dano”, explica.

Ele ressalta que, nesses casos, a responsabilidade é objetiva: não exige a comprovação de culpa. Basta demonstrar o defeito do produto (a presença de metanol), o dano sofrido (intoxicação, sequelas ou morte) e o nexo de causalidade. O fabricante responde por colocar no mercado um produto seguro; o distribuidor, por garantir a integridade durante transporte e armazenamento; e o comerciante, como último elo da cadeia, por selecionar fornecedores idôneos e recusar produtos suspeitos, seja por embalagens violadas, rótulos precários sejam preços incompatíveis com o mercado.

Embora o artigo 13 do CDC preveja a responsabilidade do comerciante como subsidiária, a jurisprudência tem flexibilizado essa regra em casos que envolvem risco à saúde e segurança do consumidor. “A interpretação dominante é que, ao disponibilizar o produto, o comerciante



O que é o metanol?

O metanol é um álcool simples, incolor e altamente tóxico, utilizado principalmente como solvente industrial e combustível, sem qualquer finalidade alimentícia. Quando ingerido por seres humanos, mesmo em pequenas quantidades, é metabolizado em substâncias extremamente nocivas, como formaldeído e ácido fórmico. Seus efeitos incluem náuseas, vômitos, dor abdominal, tontura, visão turva e, em casos mais graves, cegueira, insuficiência respiratória, coma e até a morte.

assume o risco da atividade e se integra à cadeia de fornecimento, podendo ser responsabilizado solidariamente, sobretudo quando não adota cautelas mínimas de verificação”, complementa.

Dessa forma, as vítimas e seus familiares podem e devem pedir indenização por danos materiais, morais, estéticos e solicitar o pagamento de pensão. A ação pode ser movida contra qualquer integrante da cadeia de fornecimento, com base nos artigos 12 e 13 do CDC.

Além da esfera cível, com a obrigação de indenizar por danos materiais e morais, o especialista lembra que a adulteração, distribuição e venda de bebidas adulteradas também configuram crimes contra as relações de consumo e contra a saúde pública, sujeitando os responsáveis a sanções penais que vão de multas à reclusão.

Segundo Rodrigo Sayeg, advogado e sócio do Hslaw e doutor em direito empresarial e cidadania, os responsáveis podem responder por diferentes crimes previstos no Código Penal. Entre eles, o envenenamento de substância alimentícia ou medicinal (artigo 270), com pena de 10 a 15 anos de reclusão; a adulteração, falsificação ou corrupção de alimentos e bebidas (artigo 272), cuja pena varia de quatro a oito anos, além de multa; o emprego de substância não permitida

na fabricação de produtos de consumo (artigo 274), com pena de um a cinco anos e multa; e a fabricação ou venda de substâncias nocivas à saúde (artigo 278), punida com um a três anos de detenção e multa.

Dependendo do resultado da ingestão, como intoxicação grave, sequelas permanentes ou morte, os envolvidos também podem ser acusados de lesão corporal, homicídio e crimes contra a saúde pública. Além disso, diante do fluxo financeiro e da organização necessária para tais práticas, podem ser enquadrados ainda em crimes de lavagem de dinheiro, associação criminosa ou, até mesmo, organização criminosa.

De onde vêm essas bebidas?

A adulteração pode ocorrer em diferentes etapas — produção, envase ou redistribuição — sempre fora dos canais legais e sem qualquer controle sanitário, por meio de fábricas improvisadas ou postos clandestinos.

Para Fernando Moreira, existem quatro principais rotas de origem das bebidas adulteradas:

- Produção clandestina: fabricação em alambiques de “fundo de quintal”, sem

qualquer fiscalização.

- Envase fraudulento: reaproveitamento de garrafas, rolhas e lacres de marcas conhecidas para enganar consumidores.
- Desvio na cadeia de distribuição: bebidas legítimas que são desviadas e misturadas a solventes ou álcool impróprio para consumo.
- Contrabando: entrada irregular de bebidas no país, posteriormente “batizadas” com substâncias tóxicas.

Em menor escala, também pode haver fraude diretamente no ponto de venda, como bares e casas noturnas, quando o conteúdo é diluído para “render” mais.

Segundo o advogado, esse cenário evidencia falhas estruturais na fiscalização. A multiplicação dos casos é favorecida por fatores, como equipes reduzidas de fiscalização, foco excessivo nos grandes produtores em detrimento dos demais elos da cadeia, falta de inteligência para rastrear distribuidores “laranjas”, fronteiras vulneráveis ao contrabando, atrativo econômico do metanol — mais barato que o etanol — e a baixa conscientização dos consumidores.

O que pode ser feito para evitar situações como essa?

Moreira destaca que a legislação brasileira dispõe de mecanismos para prevenir a adulteração de bebidas. O Código de Defesa do Consumidor estabelece deveres de segurança e informação, prevê o recall de produtos perigosos (arts. 8º a 10), impõe a responsabilidade objetiva dos fornecedores e autoriza a aplicação de sanções administrativas. Além disso, existem normas sanitárias, impostas pela Anvisa e pelas vigilâncias estaduais e municipais, que determinam boas práticas de fabricação e armazenagem. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) também atua no licenciamento e fiscalização de diversas categorias de bebidas. No campo criminal, o artigo 272 do Código Penal e a Lei nº 8.137/90 punem a adulteração e a venda de produtos impróprios para consumo.

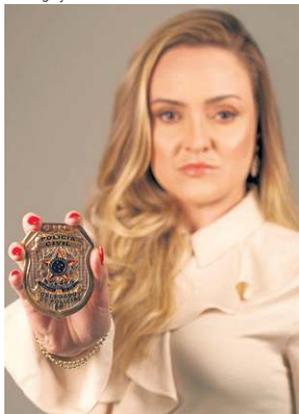
Na avaliação de Rodrigo Sayeg, entretanto, é preciso reforçar a aplicação dessas normas com medidas práticas, como intensificação da fiscalização em pontos de venda e distribuidoras, campanhas de conscientização voltadas a consumidores e comerciantes, estímulo a denúncias anônimas por canais

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação



SP: 60% dos delegados têm outra atividade remunerada

O cargo de delegado de Polícia Civil em São Paulo virou uma atividade perigosa e sem remuneração compatível. Seis em cada 10 delegados paulistas têm atividade extra para complementar renda, segundo revela pesquisa do do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo (Sindesp). E ainda: metade dos que têm outras ocupações sentem impacto negativo no rendimento e na saúde física e mental por conta do excesso de trabalho. A informação consta no estudo *Raio-X da Carreira de Delegado de Polícia*, encomendado pelo Sindicato para o Instituto Datapim. Foram entrevistados 711 delegados, entre ativos e inativos, em todo o estado paulista. Entre os aposentados, segundo a pesquisa, 42% continuam trabalhando — muitas vezes, expostos a riscos. Os delegados de São Paulo têm salário bruto inicial R\$ 15.789,86 + R\$ 785,67 de insalubridade + vale-alimentação (em torno de R\$ 700, a depender do número de dias e de horas trabalhadas). Segundo a presidente do Sindicato, delegada Jacqueline Valadares (foto), esse é o 4º pior salário entre os 27 estados do Brasil.

Dúvida cruel



Ed Alves/CB/DA.Press

Encerrada a presidência, o Luis Roberto Barroso vai fazer um retiro para pensar o futuro. Manter ou não a toga? Fora do STF, Barroso terá mais tempo para a vida pessoal — algo que ele deseja —, menos pressão do governo Trump, cujas sanções atrapalham a vida de seus filhos, e também abre a chance de faturar mais do que o salário de magistrado. Embora Barroso tenha que enfrentar uma quarenta de três anos para atuar no STF, ele pode elaborar pareceres jurídicos que valem muito a depender de quem assina. Fora do STF, Barroso perde aos poucos visibilidade e uma tribuna para participar de debates nacionais e internacionais que mexem com a vida de milhões de pessoas.

Fake news para derrubar

Ao participar do 3º Brasília Summit Lide — Correio Braziliense, o ministro Flávio Dino disse ser alvo diariamente de fake news, derrubadas por órgãos de checagem. Segundo ele, se as mentiras atingissem uma empresa, essa já teria quebrado há muito tempo. Dino, no entanto, disse que segue firme sem titubear.



Mariana Campos/CB/DA.Press

Ed Alves/CB/DA.Press



Aqui se faz, aqui se paga

Um dos nomes cotados para a vaga do ministro Luís Roberto Barroso, caso ele decida se aposentar, é o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Entre políticos, há uma avaliação de que o presidente Lula deve muito ao ex-presidente do Senado que sempre foi um bom aliado do governo.

ROSINEI COLOMBO/STF



Ministro Edson Fachin, presidente do STF

Ampliação da licença-maternidade

O presidente Lula sancionou nesta semana a ampliação da licença-maternidade e o salário-maternidade também passa a ter regras mais flexíveis em situações de complicações médicas relacionadas ao parto. A norma permite a prorrogação dos benefícios em até 120 dias após a alta hospitalar da mãe e do recém-nascido, quando houver internações que ultrapassem duas semanas. O projeto é de iniciativa da senadora Damares Alves (Republicanos-DF).



Ed Alves/CB/DA.Press



Quase metade dos profissionais já sofreu assédio moral

Segundo a pesquisa "Trabalho sem Assédio", conduzida pela Think Eva, consultoria para equidade de gênero, em parceria com a rede social LinkedIn, o assédio moral é o tipo de violência mais citado no ambiente profissional. Quase metade dos profissionais já o vivenciou: 46% das mulheres e 42% dos homens. O levantamento aponta a situação pode ser pior: outros 7% dos homens e 8% das mulheres não têm certeza se foram vítimas.

"Sou de uma geração que carregou o sonho de um país melhor. Não há poder maior que esse e é ele que amalgamou a Constituinte em 1988. Essa virtude — dar crédito antes mesmo de ver — precedeu nossas conquistas republicanas e democráticas"

ENTREVISTA — TARCÍSIO KROETZ,
presidente da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil (Fenia)

“Em todas as democracias, o Código Civil exige estabilidade”

Ana Maria Campos

Crítico do projeto em tramitação no Senado que altera o Código Civil Brasileiro, Tarcísio Kroetz, presidente da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados do Brasil (Fenia), avalia que a proposta com mais de mil artigos é inoportuna porque cria desestabilização. Ele sustenta que mudanças como as pretendidas em área, como família, regulação de empresas e contratos, herança, propriedade, direito dos animais e direito digital devem ser precedidas de amplo debate. Na semana passada, o Senado instalou a Comissão Especial, presidida pelo senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG). Mas o presidente da Fenia sustenta que o projeto deveria ser arquivado. A ideia foi divulgada na chamada “Carta de Salvador”, depois que diversos representantes de institutos dos advogados se reuniram na cidade para defender uma reflexão madura sobre o tema.

O senhor afirma que o projeto que trata da Reforma do Código Civil, na verdade, cria um novo Código Civil. Qual é a sua preocupação?

Em todas as democracias, o Código Civil exige estabilidade. Ao disciplinar o contrato, a propriedade, a família, não há espaço para mudanças radicais. Justamente por isso, alterações sensíveis do Código Civil nos principais países, como a França e a Alemanha, são precedidas de ampla discussão nacional. Nada disso ocorre na proposta do senador Rodrigo Pacheco. A sociedade é surpreendida com uma mudança de aproximadamente 1.200 artigos. Isso, em realidade, representa um novo Código Civil.

Em que áreas há alterações mais radicais?

Há alterações radicais em todas as áreas, sobretudo por um texto legislativo aberto, ambíguo, que a pretexto de reger a sociedade, confere aos juízes o poder de “criar direito” no caso concreto, resultando em grande insegurança. Nos contratos, apenas para citar um exemplo, o desrespeito a uma aberta “função social” pode levar à nulidade, ao desfazimento do negócio. Quem diz o que é função social de um contrato? A própria segurança do contrato desloca-se das partes para passar a residir no Poder Judiciário.

Divulgação



“Na França, o Código Napoleão, de 1804, continua em vigor, com reformas tópicas e importantes. Na Alemanha, o Código Civil que entrou em vigor em 1900, igualmente continua em vigor”

“A matéria da chamada ‘barriga de aluguel’ como cessão de útero, é transferida ao Código sem qualquer discussão relevante na sociedade”

A sociedade se modernizou desde a edição do Código Civil atual, há 23 anos. Já não era hora de uma atualização?

A sociedade está sempre em constante transformação. A lei é a mesma, mas a interpretação é renovada. Para um Código Civil, 23 anos é um tempo curtíssimo. Um olhar para as grandes democracias indica isso. Na França, o Código Napoleão, de 1804, continua em vigor, com reformas tópicas e importantes. Na Alemanha, o Código Civil que entrou em vigor em 1900, igualmente continua em vigor, com a reforma substancial de apenas um dos livros. As reformas são cuidadosas e precedidas de enorme discussão na sociedade, algo totalmente diferente do que ocorre hoje no Brasil.

Na área, por exemplo, do direito digital, hoje há uma realidade que não existia em termos de relações pessoais e empresariais. Como vê esse capítulo no projeto em tramitação no Senado?

O universo digital diz respeito ao direito como um todo. Não apenas ao Código Civil. Trata-se de matéria que seria muito melhor versada em leis especiais, como no caso do Marco Civil da Internet ou da Lei Geral de Proteção de Dados. O livro do direito digital apresenta grave risco às liberdades comunicativas, recriando o direito ao esquecimento (em sentido oposto ao que decidiu o STF) e criando um direito à desindexação. Apenas essas duas regras têm o poder de reescrever a história do país na internet, retirando e desindexando

conteúdos jornalísticos, permitindo que apenas uma leitura enviesada da história seja acessível.

No direito de família, há avanços, na sua opinião?

Não há, propriamente, avanços. Há a adoção de figuras controversas. Podemos citar, por exemplo, o chamado “direito dos animais” integrado em uma fluída compreensão de afeto familiar, sem apresentar solução concreta para os problemas práticos. A matéria da chamada “barriga de aluguel”, como cessão de útero, é transferida ao Código sem qualquer discussão relevante na sociedade. Esses dois exemplos demonstram o risco de uma mudança abrupta sem o conhecimento e a discussão pela sociedade.

E nas relações conjugais?

Pode-se dizer o mesmo. O Código traz a possibilidade do divórcio unilateral por cartório. Essa ideia fragiliza tremendamente as relações conjugais. Passará a ser mais simples desfazer um casamento do que um contrato de prestação de serviços de telefonia.

Por que o senhor tem dito que as mudanças incentivam um “ativismo judicial exacerbado”. Em que pontos?

Há diversas regras que, ao invés de trazer solução para os problemas brasileiros, remetem à construção da decisão ao Poder Judiciário. São as chamadas “cláusulas gerais”. Ainda que isso já existisse no Código Civil de 2002, essas aberturas foram ampliadas enormemente, trazendo grande instabilidade para as relações sociais.

Acredita que o Congresso vai debater o tema com o cuidado necessário?

É o que a advocacia espera. E está atenta. Mas esse debate não pode ficar circunscrito ao pequeno grupo que elaborou as propostas. Precisa ser ampliado ao Brasil.

Se esse projeto for aprovado, avalia que a necessidade de atualização vai ser necessária em pouco tempo?

Certamente. Se o projeto fosse aprovado hoje, logo seria necessária uma nova reforma para corrigir os problemas que a nova Lei traria para a sociedade brasileira.

Visão do Direito



Guilherme Veiga

Mestre em direito e especialista em direito constitucional internacional. Advogado com atuação no STF e STJ



Luiz Rodrigues Wambier

Mestre e doutor em direito. Professor no programa de mestrado em direito do IDP e advogado com atuação no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal

Sobrestamento de recursos inadmissíveis e temas repetitivos: a necessidade de uniformização pela Corte Especial do STJ

Um dos debates mais relevantes hoje no Superior Tribunal de Justiça diz respeito ao alcance do sobrestamento em temas repetitivos. Pode-se suspender recursos especiais e agravos que tratem de matéria afetada, mesmo quando o recurso não supera a barreira da admissibilidade? A questão, longe de ser apenas técnica, expõe a falta de uniformidade da Corte e pode comprometer a segurança jurídica.

Diante da dissonância jurisprudencial e da multiplicidade de decisões conflitantes, é importante que a matéria seja pacificada pelo STJ, seja por embargos de divergência, seja por Questão de Ordem em processo que trate do tema.

Na Primeira Turma, há precedentes admitindo o sobrestamento em razão da

afetação a repetitivos, mesmo quando ausentes requisitos de admissibilidade intrínsecos, desde que atendidos os extrínsecos, como tempestividade e preparo. Já a Segunda, Terceira e Quarta Turmas entendem não ser possível suspender recursos que não ultrapassaram o exame de admissibilidade, sem distinção entre pressupostos extrínsecos e intrínsecos.

Assim, se o recurso é inviável pela aplicação das Súmulas 5 ou 7 do STJ, pela ausência de impugnação específica ou de qualquer outro requisito, seria inútil aguardar julgamento de repetitivos, pois as questões discutidas nesses temas são de mérito. Nessas hipóteses, não haveria razão para suspender recurso que sequer pode ser conhecido.

A divergência compromete a uniformidade da aplicação do direito e a isonomia

entre jurisdicionados. Enquanto algumas Turmas afastam o sobrestamento por ausência de pressupostos recursais, a Primeira Turma determina a devolução dos autos para aguardar o julgamento de tema repetitivo, ainda que reconheça a inadmissibilidade. A solução, portanto, deve vir da Corte Especial, competente para pacificar entendimentos divergentes entre Turmas de Seções distintas do STJ.

Com o CPC/2015, a objetivação de teses jurídicas e a primazia do mérito flexibilizaram o rigor formal para fins de afetação de repetitivos. Essa relativização, porém, só deve ocorrer nos processos que selecionam o tema, e não naqueles em que ele será aplicado. Permitir o sobrestamento de recursos que não superaram a admissibilidade seria abrir caminho para o conhecimento de

apelos que não cumprem requisitos mínimos, como a indicação do artigo violado ou a impugnação do acórdão recorrido.

Admitimos apenas a hipótese de sobrestamento quando a negativa de seguimento se dá pela Súmula 83/STJ, caso em que a inadmissibilidade decorre unicamente do mérito, o qual estará em discussão no repetitivo. Fora disso, a suspensão não se justifica.

A uniformização sobre o tema é urgente: a divergência atual ameaça a segurança jurídica, a previsibilidade e a função institucional do STJ como órgão uniformizador da legislação federal. Cabe, portanto, à Corte Especial firmar posicionamento definitivo, assegurando coerência interna da jurisprudência, estabilidade e igualdade no tratamento dos jurisdicionados.

Visão do Direito



Elisa Alonso

Advogada especializada em direito trabalhista e sócia do RCA Advogados

Contratação de empregadas domésticas: direitos, deveres e riscos da irregularidade

Muito se tem discutido sobre a contratação de empregadas domésticas e os riscos que cercam essa relação de trabalho. Desde a entrada em vigor da Lei Complementar nº 150/2015, a chamada Lei das Domésticas, empregadores precisam dobrar a atenção: cumprir as regras deixou de ser opcional e passou a ser condição essencial para evitar problemas jurídicos e financeiros.

O primeiro passo indispensável é a assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). A formalização do vínculo é obrigatória desde o primeiro dia de serviço. A ausência de registro é considerada infração grave, sujeita à aplicação de multa administrativa pelo Ministério do Trabalho e a ações judiciais que, muitas vezes, resultam em condenações expressivas contra o empregador.

Outro ponto essencial é o uso do eSocial Doméstico, sistema eletrônico que concentra todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relacionadas ao emprego doméstico. É por meio dele que o empregador deve registrar admissões, rescisões, alterações contratuais, folhas de pagamento, recolher

contribuições ao INSS e ao FGTS, além de gerar guias de recolhimento. Ignorar essa obrigação significa deixar de cumprir com as contribuições legais, o que não apenas prejudica o trabalhador, mas também expõe o empregador a cobranças administrativas e judiciais.

O recolhimento do FGTS, por exemplo, é fiscalizado pelo eSocial e vem sendo alvo de atuação intensa do Ministério do Trabalho. Em setembro de 2025, mais de 80 mil empregadores foram notificados por débitos acumulados que ultrapassam R\$ 375 milhões, apenas no setor doméstico. O prazo dado pelo governo para regularização demonstra a seriedade da fiscalização que tende a se intensificar nos próximos anos.

No que se refere à jornada de trabalho, a Lei das Domésticas também trouxe mudanças significativas. Desde 2015, o empregador é obrigado a manter registro formal dos horários de entrada, saída e intervalos. A ausência desses registros gera uma consequência direta e onerosa ao empregador: a Justiça do Trabalho firmou entendimento que, ausente o registro, prevalece a jornada alegada pelo empregado, salvo prova em

contrário. Esse entendimento, inclusive, foi consolidado pelo Tema 122 do TST, que cria uma presunção relativa de veracidade em favor do trabalhador.

Outro aspecto importante diz respeito aos adiantamentos, pagamentos de diárias extras ou despesas realizadas em benefício do trabalhador, como o uso do cartão de crédito do empregador para compras ou crediários. Todas essas movimentações devem ser devidamente registradas, documentadas e acompanhadas de recibos assinados. A prática, muitas vezes vista como gesto de confiança ou ajuda, pode se tornar ponto de conflito em eventual ação trabalhista. A formalização desses pagamentos é medida de segurança jurídica para comprovar que se tratou de adiantamento ou benefício, evitando alegações de salário "por fora" ou descontos indevidos.

Essencial, ainda, que haja clareza nas funções contratadas. Muitos litígios surgem quando a empregada doméstica, originalmente contratada para serviços gerais, passa a acumular tarefas específicas, como cuidados com idosos, crianças ou animais em atividades comerciais. Nessas situações, a

Justiça pode reconhecer desvio ou acúmulo de função, gerando novas condenações. A solução é simples: registrar de forma clara as atribuições no contrato de trabalho.

Além disso, é preciso observar a regra legal que define o emprego doméstico: o serviço deve ser prestado de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal, por mais de dois dias na semana. Quando os serviços ocorrem em apenas um ou dois dias, a relação se caracteriza como de diarista, que não gera vínculo empregatício formal.

Cumprir essas obrigações não deve ser visto como mera formalidade ou peso burocrático, mas como um investimento em tranquilidade e segurança jurídica. Quando a contratação é feita de forma correta, mediante assinatura da CTPS, uso do eSocial, recolhimento de encargos, registro da jornada e documentação de pagamentos, o empregador protege a si mesmo de ações trabalhistas e garante ao trabalhador condições dignas e transparentes. A informalidade ou a negligência nessas obrigações pode transformar uma relação de confiança em um grave problema financeiro e judicial.

Visão do Direito



Renata Gil

Juíza do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e conselheira Nacional de Justiça



Roberta Ferme

Juíza auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e Membro do Comitê Executivo da Ouvidoria Nacional da Mulher

Mulheres na mira digital: Justiça e sociedade contra a violência de gênero on-line

A internet, espaço de liberdade e expressão, tornou-se também um território de opressão para milhões de mulheres. A misoginia digital, como aponta Catharine Mackinnon, é a extensão moderna da histórica tentativa de silenciar vozes femininas no espaço público. No Brasil, essa realidade se agrava com o avanço da tecnologia e o aumento, ainda crescente, da violência contra a mulher. Os novos contornos dessa violência, estimulada por discursos de ódio e pela disseminação de redes misóginas, levam à espetacularização e banalização da violência, além de evidenciar o descompasso entre a evolução das ferramentas digitais e os instrumentos de controle disponíveis.

Segundo levantamento do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 85% das mulheres já sofreram violência on-line — número que chega a 90% na América Latina. Jovens entre 15 e 25 anos, mais presentes nas redes, são as principais vítimas de assédio. Desde a manipulação de imagens (deepfakes) e extorsão sexual (sextorsão), até o uso de ferramentas de inteligência artificial para perseguição e localização da

vítima, explora-se uma gama crescente de possibilidades advindas de um universo ainda não totalmente conhecido, especialmente no que diz respeito ao controle de dados e à responsabilização por danos.

Por outro lado, o grande potencial disseminador, aliado à celeridade e à possibilidade de anonimização da conduta, encoraja uma violência que, por sua rápida exposição e múltiplas formas, silencia denúncias. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, em 2023, 77 mil denúncias formais de perseguição (stalking) foram registradas no Brasil, embora muitas permaneçam subnotificadas. Apesar de avanços, como a recente Lei nº 15.123/2025, que agrava penas para crimes cometidos com uso de inteligência artificial, ainda há muito a ser feito.

A interseccionalidade agrava o cenário. Mulheres negras, periféricas, indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência enfrentam riscos ampliados. Dados do Fundo Brasil revelam que 81% das mulheres negras entre 20 e 35 anos são alvo de discurso discriminatório nas redes. Para mulheres trans, 88,6% das menções no X (ex-Twitter) são associadas a ódio e transfobia.

Barreiras de acesso à internet agravam a

vulnerabilidade digital das mulheres. Segundo a União Internacional das Telecomunicações, há 189 milhões de homens a mais que mulheres conectados, o que amplia a exclusão de quem não domina ferramentas tecnológicas. Na América Latina, mais de 89 milhões de mulheres e meninas estão fora do ambiente digital, evidenciando a urgência de uma educação digital inclusiva. Além disso, a desigualdade de acesso impacta diretamente a economia: sua redução em países de baixa e média renda poderia adicionar mais de US\$ 1 trilhão ao PIB global. A ONU estima que políticas voltadas à igualdade de gênero poderiam elevar em mais de 20% o PIB mundial.

No Judiciário, magistradas e servidoras enfrentam obstáculos específicos. A Recomendação CNJ nº 102/2021 aponta dificuldades em denunciar agressores por medo de exposição, perda de legitimidade e prejuízos à carreira, além de falsa sensação de ausência de risco. Pesquisa realizada recentemente revela que a violência psicológica é a mais recorrente, seguida por moral, física, patrimonial e sexual.

O Judiciário, atento a essa realidade, alinha-se à Agenda 2030 da ONU, que reforça

o compromisso com a igualdade de gênero. A instalação dos Pontos de Inclusão Digital (PID), conforme a Resolução CNJ nº 508/2023, busca ampliar o acesso à justiça em regiões remotas. No Marajó, ações específicas combatem a violência doméstica e a exploração sexual de meninas. A implementação de painéis de monitoramento e medidas protetivas eletrônicas rápidas e eficazes são exemplos de ações concretas contra a violência de gênero.

A Ouvidoria Nacional da Mulher, criada pelo CNJ em 2022, tem sido um canal essencial de escuta e resposta, em parceria com a Corregedoria Nacional de Justiça. A atuação da Ouvidoria inclui campanhas de conscientização, parcerias com plataformas digitais, e incentivo à criação de ouvidorias locais.

A luta contra a violência digital envolve, ainda, o enfrentamento de barreiras climáticas e geográficas. O reconhecimento desse grave problema como uma urgência na construção de políticas públicas integradas entre os Poderes e a sociedade civil — envolvendo educação, capacitação e medidas estruturais preventivas — é essencial para a construção de um ambiente digital mais seguro, justo e inclusivo para todos e todas.

Visão do Direito



Guilherme Barcelos

Membro-fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep)



Anderson Alarcon

Membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep)

A CPI das Bets no Brasil – o que ficou decidido?

O jogo não é algo novo na história brasileira, muito pelo contrário. Ocorre que o Brasil, especialmente, a partir do governo de Jânio Quadros, sempre teve uma relação conflituosa para com a exploração dessa atividade — jogos de azar.

Esse conflito, entretanto, jamais fez com que o jogo fosse suprimido. Diante desse contexto, convenhamos, é muito melhor que essas questões sejam tratadas com transparência, segurança e legalidade. Isso é muito mais proveitoso, inclusive, para fins de arrecadação tributária, do que manter um viés de vilania na ótica do Estado para com os prestadores desse tipo de serviço.

É indubitável que a regulamentação da atuação das Bets — um “combo regulamentar” — só faz trazer garantias para o usuário,

de modo a estabelecer um ambiente de transparência e legalidade, saudável e eficiente para sua exploração. Mas, não para por aí. Isso também representa uma concreta garantia para o prestador do serviço, que possui, com isso, segurança jurídica na exploração da sua atividade comercial e, de igual modo, uma garantia, concedida pelo Estado, de que a observância das regras estabelecidas protegerá o desenvolvimento da atividade, inclusive, contra aqueles que se dispõem a exercê-la de maneira ilegal.

Inobstante esse arcabouço legislativo, que não é pouco, sobreveio recentemente a instalação da CPI das Bets perante o Congresso. A CPI das Bets foi instalada em novembro de 2024 para investigar o impacto que as apostas on-line causam no

orçamento das famílias brasileiras, apurar supostos vínculos com crime organizado e identificar irregularidades na atuação de influenciadores que divulgam essas apostas.

Ocorreu, todavia, que os integrantes da CPI das Bets rejeitaram o relatório final da Senadora Soraya Thronicke, relatora da CPI. Com isso, o colegiado teve suas atividades encerradas sem medidas adotadas — a primeira vez nos últimos 10 anos.

O que queremos destacar, entretanto, é que algumas propostas legislativas foram apresentadas nesse intento. Embora o relatório tenha sido rejeitado, as propostas permanecerão pipocando no universo do Legislativo

São — ou foram, a esse respeito, dezesseis propostas, entre elas a criação de um

cadastro de apostadores e a responsabilização de provedores de internet pelo acesso a sites ilegais. Outra proposta estendia à Anatel é o papel de supervisionar e fiscalizar provedores de acesso e de aplicação à internet, entre outras.

Isso indica, a mais não poder, que a regulamentação das Bets, ainda que tenha evoluído e se consolidado a partir do marco regulatório, estará em constante mutação. E uma dessas medidas possíveis, dizemos nós, segue sendo salutar, qual seja: a fiscalização daqueles mercados ilegais. Como dito, a prática clandestina não apenas é ilegal, como faz assentar um cenário de verdadeira concorrência desleal. Privilegiemos, pois, a legalidade e a transparência.



Visão do Direito



Everardo Gueiros

Advogado, ex-desembargador eleitoral do TRE-DF

Lula, a anistia e o casuísmo inquestionável

A Constituição de 1988 foi batizada de Cidadã. Mas, entre os dispositivos que a moldaram, há um ponto que hoje muitos tentam apagar da memória: a escolha deliberada de permitir a anistia a crimes contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

O texto original previa que tais crimes seriam inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. Foi o deputado Carlos Alberto Caó quem apresentou o destaque para suprimir a vedação da anistia. O plenário aprovou por 281 votos a favor e 120 contrários. Entre os que disseram “sim” estava Luiz Inácio Lula da Silva, então deputado constituinte, alinhado ao chamado Centrinho, a ala de esquerda que buscava diferenciar-se do Centrão conservador.

Não foi decisão envergonhada. Pelo contrário, houve defesa aberta e articulada.

Jutahy Magalhães sustentou na tribuna que a anistia deveria permanecer como instrumento político legítimo, capaz de pacificar a sociedade e desarmar os espíritos em momentos de crise. A anistia, dizia ele, era parte da tradição democrática e deveria estar disponível para governos que quisessem lançar mão dela.

Assim ficou a Constituição: crimes contra a ordem constitucional são inafiançáveis e imprescritíveis, mas não estão blindados contra anistia. Foi uma decisão política, jurídica e histórica. Registrada nos anais da Constituinte, gravada no voto de Lula, no discurso de Jutahy e no destaque de Caó.

E o que vemos hoje? Uma inversão completa. Os mesmos líderes que em 1988 defenderam e votaram a favor da possibilidade de anistiar agora bradam contra, como se jamais tivessem admitido tal hipótese. A

anistia, antes vista como válvula de pacificação, passou a ser demonizada em nome de um moralismo conveniente.

Entre todos os constituintes de esquerda que votaram sim naquela sessão histórica, como Eduardo Jorge, Paulo Delgado, Roberto Freire e Plínio Arruda Sampaio, apenas Lula permanece em plena atividade política. Os demais se afastaram, aposentaram-se ou já não estão entre nós. Isso torna o contraste ainda mais gritante: o homem que votou pela possibilidade de anistiar em 1988 é o mesmo que, em 2025, encarna a negação absoluta dessa mesma possibilidade.

Não há coerência alguma nesse movimento. Há apenas casuísmo. A Constituição Cidadã foi usada quando interessava e é renegada quando incomoda. A memória é seletiva, o discurso é adaptado e os princípios são tratados como peças descartáveis.

Esse não é um debate sobre evolução política, é sobre conveniência. É a prova de que a mesma liderança que pregava flexibilidade democrática hoje se aferra à rigidez mais conveniente para manter controle e punir adversários. O que antes foi exaltado como sinal de maturidade institucional agora é apresentado como ameaça à democracia.

Os registros oficiais não mentem. O voto de Lula, a defesa de Jutahy, a proposta de Caó, a posição do Centrinho. Tudo documentado, tudo público. E é justamente essa história que expõe o abismo entre o que se disse e o que se diz. Entre 1988 e hoje, o que mudou não foi a Constituição, foi a conveniência política.

A anistia que em 1988 foi tratada como instrumento de pacificação virou, nas mãos dos mesmos atores, tabu conveniente. A Constituição é a mesma. O que mudou foi apenas a conveniência de quem hoje a invoca.

Visão do Direito



Ademir Piccoli

Advogado, ativista de inovação e CEO do J.Ex

Como a tecnologia está ampliando o acesso à Justiça no Brasil

A transformação digital das instituições públicas brasileiras entrou em um novo ciclo. A agenda de 2026, desenhada a partir das prioridades já anunciadas por diversos tribunais, revela um movimento inequívoco: a tecnologia deixou de ser um setor de apoio e passou a ocupar papel estratégico na administração da Justiça. O que antes era tratado como modernização de processos hoje se impõe como política pública essencial para garantir direitos e ampliar o acesso ao Judiciário.

Nesse cenário, três eixos centrais estruturam a agenda de inovação da Justiça nos próximos anos. O primeiro é a computação em nuvem, com destaque para modelos multicloud que ganham corpo e criam possibilidades reais de escalabilidade, resiliência e interoperabilidade entre instituições. Em regiões historicamente desafiadas pela falta de conectividade, como no Amapá, a nuvem surge também como solução para manter serviços ativos mesmo diante de falhas locais de infraestrutura.

O segundo eixo é a cibersegurança, que deixou de ser opcional para se tornar custo fixo e estratégico. Mais do que barreiras de prevenção, exige mecanismos de monitoramento, resposta a incidentes e capacidade de recuperação rápida. O desafio não é mais “se” haverá ataques, mas “quando” e com que eficiência a instituição conseguirá se restabelecer.

O terceiro eixo é a inteligência artificial (IA), agora presente em frentes variadas de automação e suporte à decisão. A demanda por soluções inteligentes substitui gradualmente o antigo pedido por novos sistemas. O foco não está apenas em desenvolver ferramentas, mas em integrá-las ao cotidiano da Justiça com governança, métricas de retorno e transparência, para que gerem valor público de forma mensurável.

Mas a inovação não se resume a esses pilares. Ganha força a implantação de plataformas administrativas integradas, a contratação de serviços especializados e os modelos de outsourcing de

infraestrutura e microinformática como serviço. Avançam também iniciativas de superapps e portais de serviços, que reorganizam a relação com o cidadão e reforçam a visão de uma instituição pública mais próxima, acessível e digital.

Ao mesmo tempo, cresce a percepção de que a transformação digital não é responsabilidade exclusiva da área de tecnologia. Setores de finanças, recursos humanos e governança se tornaram atores estratégicos, e a participação da alta administração em fóruns de inovação deixou de ser exceção para se tornar regra.

Esses avanços revelam dilemas que vão além da técnica. A escassez de profissionais especializados continua a limitar a execução de projetos de alta complexidade. A desigualdade orçamentária entre as instituições públicas e a falta de indicadores claros para medir o retorno dos investimentos em IA e em ferramentas digitais cria barreiras para a uniformização do acesso à tecnologia. Sem métricas objetivas, corremos o risco de acumular

soluções sem comprovar seu impacto real na vida do cidadão.

Essa é uma preocupação ética e estratégica. Cada projeto precisa nascer com parâmetros de mensuração de valor público, para que a inovação não seja apenas um gasto, mas um investimento com resultados tangíveis em eficiência e acesso à Justiça.

É importante que as instituições públicas aproveitem a oportunidade de consolidar um ecossistema em que a tecnologia não é apenas contratada, mas governada, mensurada e compartilhada. O desafio é transformar investimento em resultado concreto para o cidadão.

O futuro da Justiça digital não será definido pela quantidade de sistemas adquiridos, mas pela capacidade de entregar valor com segurança, transparência e colaboração interinstitucional. Para quem acredita na inovação como motor de cidadania, esse é o verdadeiro norte, fazer da tecnologia não um fim em si mesma, mas um instrumento de garantia de direitos e de fortalecimento da democracia.

Visão do Direito



Fábio Feldmann

Advogado, ex-deputado constituinte e responsável pela inclusão da vedação de maus-tratos a animais na Constituição Federal

PL 347/2003 e a vedação aos maus-tratos a animais

Ao nos aproximarmos dos 40 anos da Constituição de 1988 — a nossa Constituição Cidadã — impossível não recordar o momento em que, como deputado constituinte, apresentei a proposta que hoje integra o artigo 225, § 1º, inciso VII da Constituição Federal, determinando ao Estado proteger a fauna e vedar, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade.

Essa proposta nasceu de um episódio marcante: o debate sobre a “farra do boi” em Santa Catarina, prática brutal que chocou o país por anos. Ao conhecer de perto aquela realidade e outras manifestações de violência contra animais, a Assembleia Nacional Constituinte entendeu que era preciso dar um passo civilizatório e incluir no texto constitucional uma barreira contra a crueldade animal. Assim nasceu um dispositivo que se tornou referência mundial e permanece uma das cláusulas

mais avançadas da nossa Constituição no campo socioambiental.

Quase quatro décadas depois, deparo-me com o PL 347/2003, atualmente na pauta de votação da Câmara dos Deputados. Trata-se de um projeto que, sem dúvida, representa um avanço extraordinário na proteção da fauna silvestre: eleva as penas para maus-tratos a animais silvestres e cavalos, podendo chegar a oito anos de reclusão em casos agravados para silvestres, e tipifica o tráfico de fauna, fornecendo um instrumento penal robusto para o combate a esse crime.

Entretanto, o texto contém um grave risco de retrocesso: o § 3º do art. 4º, que exclui os animais de produção agropecuária da proteção conferida pelo artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). A aprovação desse dispositivo significaria descriminalizar maus-tratos a milhões de animais todos os anos e poderia, até mesmo,

extinguir condenações já proferidas em casos emblemáticos, como o massacre das búfalas de Brotas e a morte por inanição de centenas de bezerras em Cunha, em razão do princípio do abolição criminis (art. 107, III, do Código Penal).

Não se pode aceitar que, para avançar na proteção de silvestres e cavalos, retrocedamos na proteção dos animais de produção. Barganhar direitos conquistados não é avanço. Assim como não seria admissível retirar direitos de mulheres para ampliar os dos homens, não se pode abrir mão de uma conquista civilizatória que levou décadas para ser incorporada ao nosso ordenamento jurídico.

A Constituição é clara: o art. 225, VII, veda práticas cruéis contra toda a fauna. O art. 32 da Lei de Crimes Ambientais é o que dá materialidade a esse princípio constitucional. Retirar sua aplicação aos animais de produção seria violar o princípio da

vedação ao retrocesso em matéria ambiental e esvaziar a própria força normativa da Constituição.

Há alternativas técnicas viáveis. É possível construir uma redação que mantenha a proteção penal para os animais de produção e, ao mesmo tempo, resguarde atividades legalmente regulamentadas com equídeos, evitando criminalização indevida. Basta que o § 3º se refira ao § 1º-D, e não ao caput do art. 32, vedadas as práticas de maus-tratos. Essa solução concilia avanço legislativo com respeito às conquistas constitucionais.

O PL 347/2003 deve ser aprovado para garantir maior proteção à fauna silvestre e, se possível, aos cavalos — mas o § 3º precisa ser corrigido ou suprimido para evitar que a lei se torne um instrumento de impunidade. Avançar na proteção penal da fauna sem retroceder é a única forma de honrar o legado da Constituição Cidadã.

Visão do Direito



Silvia Luisa Eifert Haas

Advogada do escritório Kipper Gewehr e pós-graduada em privacidade e proteção de dados pessoais

LGPD em 2025: balanço dos cinco anos de plena vigência

Recentemente, a Lei Geral de Proteção de Dados completa cinco anos em pleno vigor. Mas, afinal, como uma lei que trouxe uma série de obrigações para as empresas tem impactado não apenas as rotinas corporativas, mas também a vida dos titulares de dados — os verdadeiros protagonistas dessa história?

A LGPD é uma lei principiológica que estabeleceu direitos e deveres, mas não especificou como os controles de proteção de dados deveriam ser implementados no dia a dia das organizações. Para transformar as exigências legais em práticas efetivas, aquelas empresas comprometidas com o Compliance se viram obrigadas a recorrerem a normas técnicas, boas práticas reconhecidas internacionalmente e frameworks

consolidados, como as normas da família ISO/IEC 27000 e 27701, o NIST Privacy Framework, além das diretrizes da própria ANPD e também do CNIL (autoridade de proteção de dados da França). Esses referenciais fornecem como executar, traduzindo a legislação em medidas técnicas, administrativas e de governança capazes de concretizar a proteção de dados pessoais.

Com base nisso, as organizações engajadas em atuar em conformidade com a legislação começaram a promover uma verdadeira mudança cultural em privacidade e proteção de dados pessoais, incorporando novos controles às rotinas, bem como práticas contínuas de monitoramento e treinamento. À medida que a maturidade aumenta, consolida-se o entendimento

de que um projeto de privacidade, para ser efetivo, deve evoluir para um programa de governança estruturado, com início, meio e continuidade.

Só assim as empresas se tornam competitivas e capazes de respeitar os direitos dos titulares, que gradualmente vêm fazendo valer a proteção que lhes é conferida pela legislação. Há sete anos, quando a LGPD foi sancionada, muitos titulares sequer sabiam que esses direitos existiam. É importante lembrar que essa legislação foi criada para colocar as pessoas em primeiro lugar.

Além do mais, o aumento expressivo de golpes utilizando informações pessoais despertou um senso de urgência nos titulares em busca de proteção e/ou reparação.

Prova disso é o aumento expressivo de requerimentos à ANPD no último ano, seja por meio de petição de titulares, seja por denúncia que qualquer pessoa pode apresentar para relatar possíveis infrações à lei.

Nesse contexto, o dever das empresas de zelar pelos dados pessoais dos titulares que com elas interagem assume uma dimensão ainda maior. Assim como ocorreu em outras agendas sociais, a consolidação de uma cultura sólida de privacidade e proteção de dados pessoais tende a ser um processo gradual, mas que precisa ser cultivado desde já. Investir em proteção de dados hoje é, portanto, plantar as bases de um futuro digital mais seguro e menos vulnerável às fraudes e golpes que hoje assolam a sociedade.



Visão do Direito



Guilherme Campelo

Advogado, diretor de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar

Reflexos da reafirmada impenhorabilidade de valores de Previdência Privada pelo STJ

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reforçou a jurisprudência acerca da impenhorabilidade dos valores de previdência privada, consolidando a proteção desses recursos contra atos de execução e penhora. A decisão reforça a segurança jurídica e a proteção ao trabalhador e ao aposentado, garantindo que recursos destinados à previdência complementar sejam preservados em situações de dificuldades financeiras.

Segundo o entendimento do Tribunal, os valores de previdência privada têm natureza de bem de família e de renda de caráter alimentar, o que os torna imunes à penhora, exceto em casos de dívida referente a pensão alimentícia. Essa posição do STJ reflete a prioridade de garantir a subsistência do beneficiário, preservando os recursos que

compõem sua renda de sobrevivência.

Essa reafirmação da jurisprudência traz ganhos importantes para o setor de previdência complementar. Ao consolidar a impenhorabilidade dos valores aportados nas carteiras de previdência privada, o STJ proporciona maior segurança jurídica para as instituições e os participantes, estimulando a cultura de investimento em planos de previdência complementar. Além disso, reforça a credibilidade do mercado, atraindo novos investidores preocupados com a proteção de seus recursos de longo prazo.

Dados do setor de previdência complementar indicam que, atualmente, milhões de brasileiros dependem desses recursos em momentos de vulnerabilidade, como aposentadorias e benefícios por incapacidade. A estabilidade e a proteção desses

ativos garantem uma fonte de renda segura para o futuro, promovendo tranquilidade e confiabilidade no planejamento de aposentadorias.

Especialistas do setor ressaltam que a decisão do STJ é um avanço importante para a consolidação do direito previdenciário e reforça a importância de estratégias e produtos complementares de previdência como formas de garantir uma aposentadoria segura e protegida. Ao reafirmar a impenhorabilidade dos recursos, o Tribunal reforça o papel desses investimentos como verdadeiro colchão de segurança financeira, especialmente em momentos de crise.

Para os profissionais e clientes do segmento de previdência complementar, essa decisão representa uma garantia adicional de que os recursos ali acumulados não

poderão ser utilizados para saldar dívidas mediante penhora, salvo nas hipóteses previstas em lei. Com essa jurisprudência consolidada, o setor ganha maior segurança para promover suas estratégias de atração e retenção de clientes, além de fortalecer a confiança no mercado de previdência privada.

A jurisprudência do STJ reafirma a proteção dos valores de previdência privada, consolidando a impenhorabilidade como um direito fundamental dos beneficiários. Em um cenário econômico de instabilidade, essa garantia é essencial para assegurar a dignidade e o bem-estar daqueles que dependem desses recursos na fase mais delicada da vida, ao mesmo tempo em que traz maior segurança e credibilidade para o setor de previdência complementar.

Visão do Direito



Marco Antônio Ruzene

Sócio do Ruzene Sociedade de Advogados. Doutor em direito tributário, mestre em direito das relações econômicas internacionais, pós-graduado lato sensu em direito tributário e bacharel em ciências jurídicas e sociais

Licenciamento ambiental e justiça tributária: desafios de coerência normativa

O Congresso Nacional aprovou, após mais de 20 anos de debates, o Novo Marco Legal do Licenciamento Ambiental. A proposta, inicialmente apresentada como solução para lacunas normativas e excesso de burocracia, prometia previsibilidade tanto aos empreendedores quanto ao Poder Público. No entanto, a versão final do texto legaliza a flexibilização, acendendo um alerta vermelho para a proteção socioambiental no país.

A questão vai além de um debate meramente procedimental. O que está em jogo é a definição do modelo de desenvolvimento que o Brasil pretende adotar. O novo marco contém dispositivos profundamente problemáticos: a dispensa de licenciamento para atividades potencialmente impactantes, a limitação da atuação autônoma de órgãos ambientais e a restrição à participação de

comunidades tradicionais no processo decisório. Essas mudanças não apenas enfraquecem o principal instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente como também representam um potencial retrocesso constitucional, com alta probabilidade de judicialização no Supremo Tribunal Federal.

Em paralelo, a Reforma Tributária introduziu uma contradição gritante no tratamento do saneamento básico. Apesar de ser serviço público essencial, diretamente ligado ao direito à saúde, à moradia digna e ao meio ambiente equilibrado, o saneamento foi excluído do regime de alíquotas reduzidas do novo IVA dual. O resultado é previsível: aumento de tarifas, retração de investimentos e risco real de descumprimento das metas de universalização estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento.

Esses dois movimentos legislativos revelam uma incoerência normativa no projeto

nacional. De um lado, flexibiliza-se o licenciamento ambiental, instrumento constitucional de prevenção e controle. De outro, onera-se fiscalmente o saneamento, essencial para a concretização de direitos fundamentais. A pergunta que se impõe é: como conciliar a busca por eficiência regulatória e simplificação tributária com a necessidade imperiosa de proteger direitos socioambientais?

O licenciamento ambiental é muito mais do que uma etapa burocrática: é espaço de diálogo técnico, institucional e social. Ao relativizar a participação de órgãos como a Funai e a Fundação Palmares, o legislador silencia vozes historicamente vulnerabilizadas, ignorando que o desenvolvimento sustentável só se constrói com inclusão.

Do mesmo modo, a tributação deveria atuar como instrumento de justiça distributiva e de promoção de políticas públicas. A

Constituição já estabelece a defesa do meio ambiente como princípio da ordem tributária. Onerar um serviço básico como o saneamento, reconhecido pela ONU como direito humano, significa caminhar na contramão da função social e ambiental dos tributos. Essa escolha aprofunda desigualdades regionais e afronta o princípio da proporcionalidade.

Os próximos meses, com a sanção presidencial do Marco do Licenciamento e a aplicação da Reforma Tributária, serão decisivos. Eles definirão o compromisso do Brasil com sua Constituição e com as gerações presentes e futuras. A questão central é clara: queremos um desenvolvimento pautado pela simplificação formal e pela arrecadação imediata, ou um que alinhe regulação, tributação e políticas públicas em favor da dignidade humana e da Justiça socioambiental?

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 2 de outubro de 2025

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS
4 CASA
& SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES

6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS



ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE

FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

INVEST FLAT VENDE

FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB

LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
OCEANIA RESIDENCE
Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62,75m2 varanda 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE Res Natália Valois 3 qtos 1 suite 1 vaga 70m2 armários 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS


ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.

IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102/ 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suite), vazado, 4 andar, reformadíssimo, 135m2. Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

1 QUARTO

513 VENDO Apto, reformado parcialmente, 47,4 m2 F/ 99212-6212

513 VENDO Apto, reformado parcialmente, 47,4 m2 F/ 99212-6212

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102/ 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazado 167m2, c/ 3qts sendo uma suite, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102/ 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.2 ASA SUL

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 su cutes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQNW 102 Ap 101m2 3 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m2 2 vgas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA

2 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.3 CASAS

ÁGUAS CLARAS

4 OU MAIS QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanato 228m2 área construída 2 vgas 2 banhs 3344-4112

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QE 26 3 qtos laje lote 200m2, 180m2 construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

1.3 GUARÁ

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Bernardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m2 var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QE 38 sobradão 4qts 2 stes 300m2 ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qts 1suite 2 vgas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
COL AGRICOLA Arni-queiras Res Park Veredas 6qts 4sts It 1000m2 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos 128m2, 2 vgas sl de estar coz. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3 qtos, 1 suite, 2 vgas 98481-4268/ 3591-1306

PEDRO JR C1278 VENDE
QD 02 casa 120m2 3 qtos, 1 suite, 2 vgas 98481-4268/ 3591-1306

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS


CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m2, reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.4 GUARÁ

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS
AE 02 prédio comerc/ resid 2lj + 2ap It 200m2 R\$1.050.000, ac cs Guará Tr.99857115 c1533

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte 2 salas juntas reformadas 99275-8882 cj.6210 phimoveis.com.br

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo Brasil 21 Asa Sul vendo vaga de garagem 12m2 área comercial 3344-4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!


Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395
OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA
QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!


(62) 98280-1111

1.5 GAMA

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

GAMA

PEDRO JR C 12778 VENDE COND ALTO da Boa Vista excel lote 504m2. Preço ocasião. 98481-4268

PEDRO JR C1278 VENDE COND ALTO da Boa Vista It 504m2 R\$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

EXCELENTE LOCALIZAÇÃO
QI 06 Terreno à venda no Setor Leste Industrial do Gama. rea com 10.500 m². Tratar: (62) 98112-0219

PEDRO JR C1278 VENDE COND ALTO da Boa Vista It 504m2 R\$ 400.000,00. Tr: 98481-4268/ 3591-1306

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote comercial, 400m2. Podendo construir 3 vezes. Aceito 100% em imóveis 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PARK WAY

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

MSPW QD 13 Vdo Lote Fração de 2.500m2. Bem localizado. Aceito imóvel de maior ou menor valor. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

1.6 DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO Sítio 20 hectares Agrovi-la BR 251 Cavas / Baixo c/água, casa, cerca-da, etc... doc Ok. (61) 98202-7591 ou 99514-7645

RITA LANDIM VENDE PADRE BERNARDO GO linda chac. 14.000 m2. 3552-4358 c/12179

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1** Apart Hotel
- 2.2** Apartamentos
- 2.3** Casas
- 2.4** Lojas e Salas
- 2.5** Lotes, Áreas e Galpões
- 2.6** Quartos e Pensões
- 2.7** Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 GUARÁ

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

OCTOGONAL

2 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

AOS 01 Bl C 6 andar 2qts, DCE sala cozinha, vista livre, garagem. Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA LUGARCERTO.COM.BR Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA 101 BLOCO I alugo apto 3 qtos 110m2 1 su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid. Supremo Aluga-se loja c/ apróx 51.79m2 e 01 banheiro. R\$ 3.400,00 3355-2005/ 98141-1639 Imob. Forte cj7118

2.4 ASA NORTE

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA NORTE

ED VECON Center SCLN 310 Bl E, alugo excel sala 99212-6212

3

VEÍCULOS

- 3.1** Automóveis
- 3.2** Caminhonetes e Utilitários
- 3.3** Caminhões
- 3.4** Motos
- 3.5** Outros Veículos
- 3.6** Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

RENAULT

VOLKS

GOL/07 vendo ou troco 4pts Ac proposta 99969-9595 / 99909-7931

3.1 OUTRAS MARCAS

OUTRAS MARCAS

MUSTANG GT 5.0, V8, 500 CV, ano 2025, 0KM, (Obs., cambio manual), série 60 anos, fabricado apenas 200 unidades, cor cinza, bancos recaro concha, freios cobra, rodas forjada, + opcionais únicos etc, emplacado e IPVA pg, Brasília-DF. Valor R\$ 750.000,00 Contato : (61) 99189-2103

3.4 MOTOS

OUTRAS MARCAS

VENDOR\$27000 Gasolina Vermelho 10110 KM usado 61-98423810

4

CASA & SERVIÇOS

- 4.1** Construção e Reforma
- 4.2** Moda, Vestuário e Beleza
- 4.3** Saúde
- 4.4** Comemorações, e Eventos
- 4.5** Serviços Profissionais
- 4.6** Som e Imagem
- 4.7** Diversos

4.1 CONSTRUÇÃO E REFORMA

CONSTRUÇÃO

SERVIÇOS

PINTOR EM GERAL Gasas e Aptos. Tr: (61) 99504-7772

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

SOARES NETO ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1** Agricultura e Pecuária
- 5.2** Comunicados, Mensagens e Editais
- 5.3** Informática
- 5.4** Oportunidades
- 5.5** Pontos Comerciais
- 5.6** Telecomunicações
- 5.7** Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS

VENDE-SE TRATOR DE ESTEIRA marca Caterpillar mod D6D, excelente estado, e só pegar e trabalhar. Tr: (61) 99974-6248.

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

ACHADOS E PERDIDOS

CALOPSITA SILVESTRE macho 6 anos de convivência, está desaparecido desde o dia 14/09 na Qnc 12 Taguatinga Norte. Estava alimentando os filhotes um descuido fugiu. Está fazendo muita falta.. Pagamos recompensa quem encontrá-lo e devolver. Tr: (61) 98609-1992

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feriados. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

UNIÃO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTA DE BRASÍLIA - UMESB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONGRESSO EXTRAORDINÁRIO UNIÃO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE BRASÍLIA - UMESB

O Presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília -UMESB, o estudante Herbert Sousa Sampaio exercendo suas funções, convoca todos os estudantes secundaristas das redes pública e privada do Distrito Federal para participarem do Congresso Extraordinário da UMESB, a ser realizado no dia **18 de outubro de 2025**, como o seguinte horário:

Local: C 01 Lote 1/12 Sala 613 Ed. TTC - Taguatinga Centro
 Data: 18 de outubro de 2025;
 Horário:
 -Primeira convocação: **9h30** (com quórum estatutário);
 -Segunda convocação: **10h00** (com qualquer número de presentes).
 Pauta:
 1. Abertura e informes gerais;
 2. Composição da mesa;
 3. Análise de conjuntura estudantil local e nacional;
 4. Eleição da nova diretoria da UMESB;
 5. Apresentação de propostas e encaminhamentos;
 6. Encerramento.
 A presença de todos os estudantes é fundamental para o fortalecimento da entidade e da representação estudantil em Brasília.
 Brasília, 30 de setembro de 2025
Herbert Sousa Sampaio
 Presidente da UMESB

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (CREDORA FIDUCIÁRIA: ECAP ENGENHARIA LTDA)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do DF sob o nº 33, devidamente autorizado, torna público que realizará no dia **09/10/2025** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 1.669.035,87 (um milhão seiscentos e sessenta e nove mil trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **10/10/2025** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 342.126,97 (trezentos e quarenta e dois mil cento e vinte e seis reais e noventa e sete centavos) calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do(a) **Unidade Autônoma nº 22 do Conjunto 03, Condomínio Residencial Le Jardin 1, Lote nº 01, Quadra C-2, Setor Habitacional Tororó, Brasília-DF, com área de terreno de 400,05 m2 e respectiva casa edificada, com matrícula no 2º CRI do DF sob o nº 162.018**, oriundo(a) de consolidação de propriedade em favor de ECAP ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.945.467/0001-28, por força de Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, celebrado entre a Credora Fiduciária e MÁRCIO HENRIQUE CÉSAR PRATA, portador(a) da CNH nº 05041024501 Detran-DF e CPF nº 020.890.881-17 e LAÍS DA SILVA CÉSAR, portador(a) do RG nº 3.743.410 SESP-DF e CPF nº 300.144.171-20, tendo sido o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s) devidamente constituído(a)(s) em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP e Taxas Condominiais cujos vencimentos ocorram até o dia 10/10/2025 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como o pagamento dos emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da Escritura Pública de Compra e Venda. **O leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOS.COM.BR.** Fica(m) o(a)(s) devedor(a)(es) fiduciante(s), por este edital, desde já intimado(a)(s) das referidas datas.

Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOS.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
 Leiloeiro Público Oficial

SICOOB Empresarial EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE VENDA DE IMÓVEIS Lei 9.514/97

AVISO DE VENDA - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO

MOACIRA TEGONI GOEDERT, Leiloeira Pública Oficial, inscrita na JUCIS/DF sob o nº 63/2013, comunica a todos quanto o presente aviso virem ou dele tiverem conhecimento que, devidamente autorizada pelo credor fiduciário **SICOOB Empresarial** - Cooperativa de Economia e Crédito de Livre Admissão Ltda, CNPJ nº 05.856.736.0001-80, com sede em Brasília/DF, promoverá a venda em **LEILÃO PÚBLICO** on-line (internet), do tipo "Maior Lance ou Oferta", com base na Lei 9.514/97 e no Decreto 21.981/1932, de imóveis com consolidação da propriedade fiduciária em favor do SICOOB Empresarial, a saber:

Descrição dos Imóveis:

item	DESCRIÇÃO E ENDEREÇO	Lance Mínimo 1º Leilão (R\$)	Lance Mínimo 2º Leilão (R\$)
1	Imóvel residencial edificado: lote nº 05 (cinco), trecho 13 (treze), do Setor de Mansões do Lago Norte (SMLN), medindo: 50,00m pelo Noroeste, 51,40m pelo lado Sudeste, às margens do lago artificial de Brasília; 118,00m pelo lado Nordeste e 130,00m pelo lado Sudoeste, ou seja, área de 6.200m² aproximadamente, formando uma figura irregular e limitando-se pelos lotes nºs 04 e 06 do mesmo trecho, conforme matrícula nº 46175 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição nº 12003565 no GDF, com área construída declarada de 690,95m².	R\$ 7.900.000,00	R\$ 3.564.249,78

Datas e horários: Se no primeiro leilão público, às **10h do dia 18/11/2025**, o maior lance oferecido for inferior ao valor de avaliação dos imóveis, estipulado na forma da Lei 9.514/97, será realizado o segundo leilão às **10h do dia 24/11/2025**, quando será aceito o maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior ao valor integral da dívida garantida pela alienação fiduciária.

Situação Física: o imóvel é ofertado "ad corpus", nas condições, inclusive de ocupação, em que se encontra;

Local do Leilão: exclusivamente eletrônico (pela internet), no website da leiloeira: [https://moacira.leil.br/leilao/706].

Forma de pagamento, encargos e demais condições: consulte o edital completo no website da leiloeira, na aba EDITAL E INFORMAÇÕES.

Informações: contato@moacira.leil.br e moacira.leiloeira@gmail.com | telefones: (61) 3041-9533 e (61) 99232-8207.

5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

ASTRÓLOGA DO AMOR ATENÇÃO DF e Entorno. Está na cidade a Aстрóloga do Amor. Consulta com cartas, búzios e amarração amorosa, trabalho para trazer a pessoa amada. Consulta online e presencial. Atendemos a domicílio. (61) 99368-3836

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

ASTRÓLOGA DO AMOR ATENÇÃO DF e Entorno. Está na cidade a Aстрóloga do Amor. Consulta com cartas, búzios e amarração amorosa, trabalho para trazer a pessoa amada. Consulta online e presencial. Atendemos a domicílio. (61) 99368-3836

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 3/2025

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas visando à prestação conjunta de serviços de telefonia a partir de terminais móveis, nas modalidades SMP e STFC, na forma de um Plano Corporativo, envolvendo.

INÍCIO DE ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO: 02/10/2025, exclusivamente no endereço eletrônico: <https://www.camara.leg.br/protocolo-digital>.

EDITAL e INFORMAÇÕES: Secretaria da Comissão, no 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4907, bem como no endereço eletrônico: www.camara.leg.br.

Guilherme Barbosa Brandão
Diretor-Geral

SICOOB Empresarial

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO DE VENDA DE IMÓVEIS
Lei 9.514/97

AVISO DE VENDA - EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO nº 001/2025

MOACIRA TEGONI GOEDERT, Leiloeira Pública Oficial, inscrita na JUCIS/DF sob o nº 63/2013, comunica a todos quanto o presente aviso vierem ou dele tiverem conhecimento, a **ERRATA** do aviso de venda publicado nos dias 19, 22 e 23 de setembro de 2025:

Onde se lê:

item	Descrição e endereço
1	Imóvel residencial não edificado: Lote nº 1, conjunto A, QN 401, Samambaia, Distrito Federal, com área de 888,00 m², com a descrição, medidas e confrontações indicadas na matrícula nº 292.064 junto ao Cartório do 3º Ofício do Registro Imobiliário do Distrito Federal. Inscrição nº 45263825 informa o parcelamento administrativo com parcelas vincendas.

Leia-se

item	Descrição e endereço
1	Imóvel residencial não edificado: Lote nº 1, conjunto A, QN 401, Samambaia, Distrito Federal, com área de 888,00 m², com a descrição, medidas e confrontações indicadas na matrícula nº 229.545 junto ao Cartório do 3º Ofício do Registro Imobiliário do Distrito Federal. Inscrição nº 45263825 informa o parcelamento administrativo com parcelas vincendas.

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

LORRÂN Y ORGÁSMICA BRANQUINHA 20ª Faço oral até o fim!! Asa Norte (61) 99852-9937

LUANA LINDA LOIRA ALTA e MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

LUANA LINDA LOIRA ALTA e MAGRA Mass Anti-stress+Relax 1H Taguatinga 61 99230-2525

MASSAGEM RELAX AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

ATENDENTE LANCHONETE 15 dias p/mês. Inicial R\$ 2.250 vários horários à noite em Sobradinho. Enviar CV p/: lanchonetes@gmail.com

GERMANA ALIMENTOS CONTRATA

AUXILIAR DE PRODUÇÃO Aux. de Serviços gerais (limpeza) e Auxiliar de Câmara fria. Para trabalhar em Samambaia. Diversas vagas. Interessados enviar currículo: rh@germana.com.br

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

SERVIÇOS GERAIS c/ experiência em jardinagem. Apenas Zap (61) 98220-0974

TRATORISTA - Pá Carregadeira e Trator rural c/experiência. Apenas Zap (61) 98220-0974

DETRAN DF

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE CONTINUIDADE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90004/2025

Processo nº 00055-00045786/2024-52. O Detran/DF torna pública a continuidade da sessão do Pregão Eletrônico SRP 90004/2025. Objeto: Aquisição de equipamentos para modernização do aparato audiovisual da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - Detran/DF, conforme as condições constantes no Edital e anexos, no dia 06/10/2025, às 10h. Mais informações no e-mail: licitacao@detran.df.gov.br.

Brasília, 1º de outubro de 2025.
Valdete Amaral Dias
Pregoeira

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607

BLOCO C CONTRATA ATENDENTE c/ ou s/ experiência e Pizzaiolo somente c/experiência. Enviar CV: Whats (61) 98173-4833 ou bonanza.cruzeiro@gmail.com

VAGA ATENDENTE DE CLÍNICA de massagem, c/ ou sem experiência, altos ganhos 21 99728-7169

EMPRESA DE SINALIZAÇÃO CONTRATA AUXILIAR DE PINTURA (homem ou mulher) na área de sinalização viária com ou sem experiência. Tratar Whats: 61 99989-9476 Rubens

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A) com exp. informática, organização documental, atendimento ao público. Salário + VT + VR empregoextintores@gmail.com

VAGA PARA CUIDADOR DE IDOSOS em Sobradinho 44h semanais. Benefícios: Assistência médica e odontológica e almoço local CV: instcontrata@gmail.com (inserir cargo de interesse no título do e-mail.)

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

SELF SERVICE CONTRATA COZINHEIRO (A) Com experiência em forno e fogão, horário de 8 às 16h salário à combinar. Enviar currículo Whatsapp: 61 99674-0505

AUXILIAR DE LOGÍSTICA com CNH D c/experiência. Enviar CV Apenas Zap (61) 98220-0974

ESTOQUISTA CONTRATA-SE fixo + VT + VA. Enviar currículo para: carvalhodieseladm@gmail.com

FREELANCER Trabalhar em grandes eventos com cadastramento de público. Enviar currículo: parceirasdf@gmail.com

PRECISA-SE MARCENEIRO E MEIO OFICIAL De Marcenaria c/ experiência. Tr: (61) 99357-3888

PRECISA-SE MASSAGISTA com ou sem experiência. Tratar: Kely (61) 99371-7655

6.1 NÍVEL MÉDIO

NÍVEL MÉDIO

CONTRATO IMEDIATO MASSAGISTAS COM OU SEM experiência. p/ trabalhar em hotel de luxo em Brasília. Exige-se Ensino Médio e disponibilidade de horário. Interessados procurar Thiago Whats 61 99653-5661 ou thiagosinergia@gmail.com

RESTAURANTE CONTRATA OPERADOR(A) DE CAIXA com experiência p/ trabalhar no Lago Sul. Favor enviar Currículo: Whats (61) 99674-0505

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também: Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista. Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade

Sigilo absoluto.

197

PECINI LEILÕES Swiss Park

EDITAL SWISS PARK

Angela Pecini Silveira, Leiloeira Oficial, Mat. Jucesp 715, autorizada por Swiss Park Brasília Incorporadora Ltda. - CNPJ nº 13.217.929/0001-19, realizará nos dias **07/10/2025 e 09/10/2025**, às 11h30, Leilão Público Extrajudicial, regido pela Lei 9.514/97, e posteriores alterações, dos imóveis:

1) Lote nº 09, Quadra nº 40, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 17, Cidade Ocidental/GO. Área de 250,00m². Matrícula nº 12.168 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 754009 e inscrição nº 1.75.00040.00009.0. Consolidação da Propriedade em 10/09/2025. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS:** 1º LEILÃO: R\$ 123.953,87. 2º LEILÃO: R\$ 97.739,85. Devedores Fidejantes: Samuel Garcia Muniz, CPF nº 625.260.496-87, e Maristela Santos Muniz, CPF nº 823.830.145-91.

2) Lote nº 10, Quadra nº 55, do loteamento Parque do Distrito, à Rua 09, Cidade Ocidental/GO. Área do Terreno de 250,00m². Matrícula nº 12.338 do CRI de Cidade Ocidental/GO. CCI nº 755510 e inscrição nº 1.75.00055.00010.0. Consolidação da Propriedade em 09/09/2025. **DESOCUPADO. LANCES INICIAIS:** 1º LEILÃO: R\$ 188.686,44. 2º LEILÃO: R\$ 91.460,71. Devedora Fidejante: Fabiana Gomes da Silva, CPF nº 985.790.881-00.

Os valores foram apurados de acordo com a legislação vigente e com o pactuado em cláusula contratual, podendo ser atualizados até as datas dos leilões. **Encargos do Arrematante:** i) pagamento à vista do arremate e 5% comissão; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) custas e despesas para regularização de eventual construção/beneficentia; v) verificação dos imóveis e de eventuais ações judiciais em andamento; vi) observar as restrições urbanísticas e construtivas do loteamento; vii) desocupação, na hipótese de ocupado; viii) venda ad corpus, os imóveis serão entregues no estado em que se encontram. **Os Leilões serão realizados na modalidade online.** Ficam os fidejantes desde já intimados das datas dos leilões para todos os fins legais. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras para Participação, disponível no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fones: (19) 3794-2044 - (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

Embrapa MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA **BRASIL** GOVERNO FEDERAL UNIAO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que recebeu do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM/DF, a Licença de Operação SEI GDF no 68/2025 -IBRAM/PRESI, Processo: 00391-00004196/2025-85, Parecer Técnico: Parecer Técnico: 116/2025 -IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-IV (180946502), Interessado: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, ou CNPJ: 00.348.003/0038-02, Atividade Licenciada: Pesquisa agropecuária nos ramos de recursos genéticos, biotecnologia, controle biológico e segurança biológica, com utilização de atividades que envolvem materiais radioativos autorizados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CENEN. Prazo de Validade: 10 anos. Data de Assinatura: 17/9/2025. Signatários: Nathália Lima de Araujo Almeida - Superintendente de Licenciamento, Controle e Monitoramento Ambiental e Valterson da Silva - Secretário Executivo do Brasília Ambiental.

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital vierem, ou dele tiverem conhecimento que, a **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP**, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 17/03/2025, requereu a este Serviço Registral a intimação de, **GABRIEL SILVA OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 058.245.941-98, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Lote nº 05, do Conjunto nº 06, da Quadra 03 - PARANOÁ PARQUE; e, 2) Lote nº 01, Chácara nº 08, Colônia Agrícola águas Claras - Guarã, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 582.945,62 (quinhentos e oitenta e dois mil e novecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), atualizada até o dia 30/09/2025, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação Fiduciária do Lote nº 05, do Conjunto nº 06, da Quadra 03 - PARANOÁ PARQUE, nesta cidade, registradas sob os nºs R.02 e R.03 na matrícula nº 133.740. O Devedor Fidejante não foi localizado no endereço fornecido, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, **CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO**, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 05, do Conjunto nº 06, da Quadra 03 - PARANOÁ PARQUE, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 12 (doze) dias do mês de setembro de 2025. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar **JEFFERSON ALMEIDA SANTANA**, brasileiro, solteiro, agente de perdas, CNH nº 07237727404 DETRAN-DF, CPF nº 043.553.811-02, residente e domiciliado nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas ao Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 09 de setembro de 2021, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nºs R.7 e R.8 na matrícula nº 26.1601 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 02 do Bloco A2, a ser edificado no Lote nº 07 do Conjunto 02 da Quadra 501 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RAXXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 8.611,92, posição de 29/09/2025. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

CLASSIFICADOS

CORREIO BRAZILIENSE

Saiba como entrar em contato com o
Classificados do Correio Braziliense

Pequenos anúncios

61 3342-1000 opção 05 ou
61 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

61 3342-1000 opção 04 ou
61 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

Central

61 3342-1000

E-mail

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 Bl 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram:
[@classificadoscb](https://www.instagram.com/classificadoscb)



Facebook
[@classificadoscb](https://www.facebook.com/classificadoscb)